

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO**

**MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS SARGES**

**MEMÓRIAS DO “VELHO” INTENDENTE:**

**Antonio Lemos – 1869-1973**

CAMPINAS

1998

Sa73m

36218/BC

MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS SARGES

**MEMÓRIAS DO "VELHO" INTENDENTE:**

**Antonio Lemos – 1869-1973**

Tese de Doutorado apresentada  
ao Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob a  
orientação do Prof. Dr. Sidney  
Chalhoub.

Este exemplar corres-  
ponde à redação final da  
tese defendida e aprovada  
pela Comissão Julgadora  
em 05/11/1998.

Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Magali Gouveia Engel.

Prof. Dr. Reginaldo C. Moraes

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Clementina Pereira Cunha.

novembro/1998



8252066

UNIDADE	80
N.º CHAMADA:	
V	Ex.
TORR. 80/36238	
PREC. 229/99	
	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC. R\$ 11,00	
DATA 21/01/99	
N.º CPD	

em.00120278-0

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

As 73 m Sarges, Maria de Nazaré dos Santos  
**Memórias do "Velho" intendente: Antonio Lemos-  
 1869-1973 / Maria de Nazaré dos Santos Sarges . - -  
 Campinas, SP: [s.n.], 1998.**

**Orientador: Sidney Chaloub.  
 Tese ( doutorado ) - Universidade Estadual de Campinas,  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Lemos, Antonio José de, 1843-1913. 2. Políticos  
 brasileiros - Biografia. 3. Memória . 4. História social - Belém  
 (PA) - Séc. XIX - XX. 5. Relações sociais. 6. Amazônia-  
 História. I. Chaloub, Sidney. II. Universidade Estadual de  
 Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
 III. Título.**

*À memória de Flávia, minha mãe,  
com imensa saudade.*

## AGRADECIMENTOS

Cheguei ao fim de uma longa caminhada, acompanhando os passos de meu biografado. Não fui tão solitária neste percurso. Ainda bem! Nele, tive a felicidade de contar com a ajuda de inúmeras pessoas, a começar pelo meu orientador Prof. Dr. Sidney Chalhoub que, entre "uma vírgula e outra", soube com firmeza e paciência conduzir a orientação desta tese. Aos colegas do Departamento de História da UFPA, agradeço pelo apoio concedido ao meu afastamento. Sou também grata aos bolsistas de Iniciação Científica: Maurício, Gisele, Dayse e Renata, pela ajuda inestimável na fase do levantamento de fontes.

Não poderia deixar de esquecer meus colegas e amigos que foram obrigados a conviver durante quatro anos com a personagem desta história, entre eles, Franciane Gama Lacerda, Magda Ricci, Edilza Fontes e, em especial, Aldrin Moura de Figueiredo, escolhido para ser meu interlocutor de plantão, teve a paciência de suportar a minha presença, muitas vezes ao "raiar do dia". Às professoras Cláudia Fuller e Jane Beltrão, pela troca de idéias. Aos paraenses que conviveram comigo em Campinas, Cristina Cancela e Alan, Cristina Bentes, Cincinato, Letícia e Alex, quero registrar o quanto foi importante tê-los por perto.

Também quero agradecer aos amigos do curso de mestrado e doutorado, pelas horas de agradável convívio, em especial ao Leonardo, que nas suas pesquisas, não esqueceu de garimpar notícias sobre Antonio Lemos. E à minha colega e amiga gaúcha Beatriz Weber, que mesmo no outro extremo do país, esteve acompanhando, com interesse, o andamento deste trabalho, um agradecimento carinhoso.

Sou grata a Dina, funcionária do setor de microfilmagem da Biblioteca Arthur Vianna, aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, do Conselho Estadual de Cultura e ao Brás Gallotta do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pela gentileza com que me atenderam durante o período desta pesquisa. Meu agradecimento às bibliotecárias da UFPA, Andréa Maia e Alzira de Almeida, pelos esclarecimentos concedidos.

Gostaria de agradecer aos professores da UNICAMP com os quais tive um frutífero convívio acadêmico. Aos funcionários do Curso de Pós-Graduação em História, especialmente Marly, obrigada pela atenção com que sempre me trataram.

Na esfera familiar, agradeço o apoio de meus irmãos Dirceu, Paulo e Laura, que em muitos momentos assumiram o papel de "CAPES familiar", visto que o meu tempo de serviço na UFPA transformou-se em empecilho para a contemplação de uma bolsa do PICD. Klena e Keyla, filhas maravilhosas que cresceram assistindo "às manias de historiador", obrigada por assumirem os compromissos

domésticos enquanto eu estava em Campinas. A Bárbara, minha filha-neta, que chegou num momento especial, meu carinho por ter me ajudado a enxergar outros caminhos. Ao "velho comandante" Sarges, lá no seu pedacinho de chão na ilha do Marajó, sempre atento a tudo o que faço, quero registrar minha gratidão. Nilza, minha colega, amiga e companheira das lutas acadêmicas, sou grata pelo convívio desde os tempos da FAFI. Inilda, minha mana adotiva, o meu eterno reconhecimento pelo estímulo na realização desta desafiadora empreitada. Finalmente, ao Wendell, amigo que deu grande ajuda na formatação final do texto: muito obrigada.

*Todo ser humano, de uma maneira ou outra, tenta criar uma marca, para manter viva a sua chama, não virar meramente pó.*

PEDRO NAVA.

## SUMÁRIO

### AGRADECIMENTOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	09
------------------------------	----

### CAPÍTULO I

#### A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE ANTONIO LEMOS

1.1 Uma oração fúnebre: Belém reverencia a memória de Antonio Lemos .....	21
1.2 Em torno de uma memória .....	27
1.3 Antonio Lemos e a família .....	42
1.4 Dos navios de guerra ao Palacete Azul ...	53
1.5 Das festas de aniversário ao exílio .....	72
1.5.1. 17 de dezembro é dia de festa na cidade .....	72
1.5.2. A queda do "Cavour" paraense: uma única versão? .....	82
1.5.3. EIL-o AHI: o florido Cavour indígena	107

### CAPÍTULO II

#### ADMINISTRANDO A CIDADE E CONSTRUINDO A MEMÓRIA

2.1 Antonio Lemos e a memória escrita .....	116
2.2 Reurbanizando a cidade sob o discurso da civilização .....	131
2.2.1. Higienizando e ordenando o espaço urbano .....	131
2.2.2. Caridade, ciência: como se faz uma imagem .....	204
2.2.3. Um Lourenço de Médici nos trópicos?	217

### **CAPÍTULO III**

#### **O ÍCONE DA BELLE ÉPOQUE PARAENSE**

3.1 Percorrendo a trilha do esquecimento ..... 228

3.2 A memória mediando o presente e o passado 255

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 285

**BIBLIOGRAFIA E FONTES** ..... 295

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

"O Senador é que não devia ter se entregado, não. Nem se esconder também. Que entrassem em sua casa, queimassem o seu jornal, mas antes tinham de passar por cima de seu cadáver. Não fez, e apareceu de pijama, enxovalhado, vaiado, cuspidor. Só faltou aparecer de ceroula."

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Martins, 1960. p.129.

### O TEMA

No dia 30 de agosto de 1912, o *Correio da Manhã*, um dos principais jornais da capital do país, estampava em sua primeira página a seguinte manchete: "*São gravíssimas as notícias que chegam de Belém, em plena revolução. Mortos e feridos. Os lemistas recorrem à dinamite e tiroteiam com o povo*"<sup>1</sup>. No dia seguinte, o mesmo jornal continuava a dar destaque aos acontecimentos do Pará de modo contundente: "*O velho oligarca Antonio Lemos é preso pelo povo, sendo sua vida garantida pelo Senador Lauro Sodré*"<sup>2</sup>. Esse acontecimento que adquiriu dimensão nacional e segundo a mesma gazeta até internacional, retratava o clima de uma cidade amotinada. Na véspera, em decorrência de um suposto atentado a Lauro Sodré, a multidão, insuflada pelos lauristas, e após um *meeting*

---

<sup>1</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1912. p.1.

realizado na Praça da República, ateou fogo no prédio de *A Província do Pará*, o jornal lemista. Não satisfeitos, seguiram até a casa de Lemos onde promoveram um verdadeiro saque das obras de arte e objetos de valor, para depois colocar fogo na casa. Lemos, encurralado pelos seus perseguidores, foi encontrado no dia seguinte em uma casa vizinha à sua, vestindo apenas um pijama, e, aos empurrões, foi arrastado para a rua até ser levado a casa de Virgílio de Mendonça, intendente de Belém, onde encontrou alguns de seus antigos correligionários. Por ironia do destino, Lemos saiu da casa de Virgílio sob a proteção de Lauro Sodré, que o levou para a casa de seu genro, o engenheiro Joaquim Gonçalves de Lalôr. Essa revolta foi tão marcante na vida dos paraenses que, ainda no final dos anos 50, o romancista Dalcídio Jurandir se empenhava em resgatar fragmentos de memória, na forma de testemunhos históricos, em sua obra ficcional.

"O Senador no chão, incendiado o jornal, invadida a sua residência, enxovalhado na rua, escarnecido e cuspidado aquele a cujos pés durante anos se curvava o Pará."<sup>3</sup>

Esse acontecimento na biografia de Antonio Lemos foi o climax de uma história que será analisada no correr desta tese. Mesmo depois de morto e enterrado, a memória do "Velho" intendente ainda permanece na

---

<sup>2</sup> *Idem*, 31 de agosto de 1912. p. 1.

cidade, pois recordar Belém da virada do século, com suas ruas pavimentadas e praças embelezadas, necessariamente remete ao mito da *belle époque* simbolizado na figura de Antonio José de Lemos.

A proposta de fazer um trabalho sobre Antonio Lemos utilizando as diferentes memórias que foram construídas em torno de seu nome, tem como objetivo o descortinar de uma história que oficializou o tempo de Lemos como "o tempo da *belle époque*", o tempo do "progresso" e do "bem estar" para todos. Estou longe de pretender escrever a história de um grande homem; na verdade, quero sair da armadilha do mito lemista, tentando buscar os conflitos e as contradições da cidade, a ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências utilizando fontes pouco utilizadas pela historiografia oficial que se ocupou da biografia de Lemos, tais como as Atas do Conselho Municipal, do Senado Estadual, Relatórios da Intendência, bem como os jornais, panfletos e revistas de época. A administração de Lemos pode ser encontrada tanto nas manchetes políticas da *Folha do Norte* e na *A Província do Pará*, quanto nas colunas policiais, quando a população contestava as normas implementadas pelo intendente. Trata-se, num certo sentido, de

---

<sup>3</sup> JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Martins, 1960. p.16.

mostrar o "outro lado" da *belle époque*, na qual os sujeitos silenciados se movimentam nessa trama tecida em nome da civilização.

Seguindo um pouco a trilha de trabalhos que se utilizaram do gênero biográfico como os de Marc Bloch, Christopher Hill, Natalie Davis entre outros<sup>4</sup>, procuro percorrer a construção de uma imagem pública de um dos políticos mais influentes do início do século. O que temos, hoje, é o mito do "Velho" Lemos, assim chamado carinhosamente pelos cultuadores de um saudosismo impenitente.

O interessante é que não encontramos nenhum monumento mais vistoso do ilustre intendente pelas grandes avenidas que ele próprio ajudou a construir. A dimensão das lembranças em forma de monumentos são muito tímidas. São encontradas no famoso Palacete<sup>5</sup> onde funciona a Prefeitura de Belém; nos dois bustos

---

<sup>4</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.; DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Ainda sobre gênero biográfico ver LEVI, Giovanni. "Les usages de la biographie". *Annales*, Paris (6): 1, 325-26, nov/dec., 1989.; BOURDIE, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de & AMADO, Janaina (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.; ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo In: DUBY, George et al. *História e Nova História*. 3 ed. Portugal: Teorema, 1994.

<sup>5</sup> O palacete era conhecido pelos habitantes da cidade como o "Palacete Azul".

construídos em ocasiões comemorativas<sup>6</sup>; numa avenida no bairro periférico do Telégrafo, ou então nos chafarizes das praças. Ainda podemos comprovar essa lembrança quando as ruas são tomadas pelos "camelôs" e há quem diga, em tom de lamento: "Ah! no tempo de Lemos!" Ou seja, Lemos é evocado quando o espaço público demonstra estar desorganizado e sujo denunciando a incompetência da autoridade municipal na execução das posturas. De qualquer forma, chamou-me a atenção o fato de que Lemos, considerado o melhor administrador de Belém, não é lembrado cotidianamente, como é o caso, por exemplo, do Presidente Getúlio Vargas, que além de dar nome a uma das mais movimentadas avenidas da cidade, tem a homenagem de um busto erigido num dos pontos de maior fluxo de população, uma praça próxima ao Ver-o-Peso.<sup>7</sup>

A resposta à questão acima, essa quase ausência do nome de Antonio Lemos do cotidiano da cidade, leva-me a indagar se isso não seria, em parte, fruto das dissensões políticas que se arrastaram durante décadas no Pará, nas quais lemistas e lauristas<sup>8</sup> disputaram ferrenhamente o controle do poder local,

---

<sup>6</sup> Um dos bustos fica no Palácio Antonio Lemos e o outro erguido no Bosque Municipal, no ano de 1906, em comemoração ao Congresso dos Intendentes do interior, ocorrido no ano de 1903.

<sup>7</sup> Ver-o-Peso, localizado na parte histórica da cidade, à margem da baía de Guajará, abriga uma feira e dois mercados do início do século.

<sup>8</sup> As facções "lemista" e "laurista" abrigavam os partidários de Antonio Lemos e de Lauro Sodré, respectivamente.

culminando com a humilhante expulsão de Antonio Lemos da cidade em 1912. Num momento posterior, esta ausência se efetou pela sobreposição da memória de outro político local, detentor do poder a partir de 1930: Magalhães Barata.

Por outro lado, Antonio Lemos suscitou alguns estudos biográficos que bem expressam a polêmica em torno de sua imagem. Em 1904, Carlos Fernandes, redator do jornal *A Província do Pará*, escreveu uma biografia cuja finalidade era mostrar o seu patrão/protetor na figura de "anjo do bem". Em 1913, quando Lemos encontrava-se "exilado" no Rio de Janeiro<sup>9</sup>, Valente de Andrade, sob o pretexto de fazer um estudo das oligarquias brasileiras, dedicou a maior parte de sua obra à figura de Antonio Lemos. São biografias com imagens diferenciadas e com objetivos diversos.

Em 1973, Carlos Rocque, por solicitação do prefeito da cidade Coronel Nélio Lobato, aceitou o desafio de escrever uma biografia de Antonio Lemos num período de dois meses, visto que esta obra faria parte das comemorações da vinda dos restos mortais do intendente para a cidade de Belém. Em junho de 1996 a referida biografia foi reeditada sem nenhuma revisão historiográfica; apenas foi acrescentado um índice

onomástico e algumas fotos da chegada dos restos mortais, publicadas na ocasião pela *A Província do Pará*.

Artigos também construíram a memória lemista, como o de Romeu Marques Mariz, publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, por ocasião do centenário de nascimento de Antonio José de Lemos<sup>10</sup>. Augusto Meira Filho, detentor do título de "Historiador da Cidade", resolveu sair em defesa da imagem do "Velho" Lemos publicando, em 1978, um opúsculo de 27 páginas.<sup>11</sup>

Todos esses escritos sobre Antonio Lemos, com exceção daquele de Valente de Andrade, procuram construir uma memória em que o indivíduo Antonio José de Lemos, apesar de não ser paraense, como ressaltam alguns memorialistas, "procurou amar este chão como nenhum outro" de seu tempo. O sentido do forasteiro que fez benefícios à cidade, é muito forte. Desde o momento em que ele se candidatou pela primeira vez ao cargo de intendente de Belém, em 1897, o jornal *O Holofote*, que apoiava a candidatura de João Pontes de Carvalho, reconhecia que Lemos "é um dos poucos

---

<sup>9</sup> Antonio Lemos depois que foi expulso da cidade resolveu fixar residência no Rio de Janeiro onde veio a falecer em outubro de 1913.

<sup>10</sup> MARIZ, Romeu Marques. *O Centenário de Antonio José de Lemos - O "Velho" Lemos*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Belém, v. 13, p.31-49, 1952-65.

maranhenses que mais têm trabalhado pelo progresso desta terra, há talvez, vinte longos anos, todos devotados ao Pará, seu segundo berço.”<sup>12</sup>

É inegável o peso dessa “tradição” na historiografia local, tanto que, em plena campanha eleitoral de 1996, os candidatos ao cargo de prefeito da cidade manipularam a imagem de Lemos como se em cada um deles houvesse a possibilidade de “reencarnação” do mais eficiente e mais popular espírito de homem público. Isto sugere, lembrando Le Goff, que a memória coletiva é muito mais que uma conquista, constituindo um dos principais objetos de poder.<sup>13</sup>

É um tanto curioso notar que a Antonio Lemos, mesmo tendo saído da cidade numa situação bem desconfortável, sobretudo porque seu principal rival era Lauro Sodré, que detinha prestígio nacional, e tendo perdido espaço político para o mesmo, tenha ficado associada a imagem do grande chefe político e do melhor administrador de Belém. Assim sendo, é importante que se percorra o caminho da memória e se verifique como ocorreu o desgaste de uma imagem que, mesmo assim, permaneceu latente, sendo em

---

<sup>11</sup> MEIRA FILHO, Augusto. *Antonio José de Lemos - o plasmador de Belém*. Belém: Grafisa, 1978.

<sup>12</sup> *O Holofote*. Belém, 16 de maio de 1897, p. 2.

<sup>13</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p.476.

determinados momentos reativada pelos lampejos do saudosismo, ou como admite Maurice Halbwachs, de acordo com as solicitações do presente.<sup>14</sup>

Não pretendo fazer a "história de uma vida", nem compreender a imortalidade de Lemos enquanto figura pública, mas tentar entender que "uma vida não pode ser compreendida através apenas dos seus desvios ou singularidade mas, ao contrário, recolocando cada desvio aparente nas normas, mostrando que ela toma lugar em um contexto histórico que o autoriza".<sup>15</sup> Nesse sentido, minha perspectiva não é apenas a atuação política de Lemos; quero tentar dialogar com o contexto em que se desenrolaram suas ações, assim como observar a atuação dos agentes sociais que eram alvos de seus atos administrativos.

Fazer um estudo recuperando as memórias produzidas não é tão simples assim, porém é desafiador sobretudo quando, através delas, proponho recuperar muitos outros sujeitos históricos além do biografado. Parafraseando Pierre Nora, "O dever da memória faz de cada um, historiador de si."<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Apud. VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória. A batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p.10.

## 2. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Quero justificar, inicialmente, a temporalidade escolhida para discutir a construção da memória de Antonio Lemos. Ao contrário de uma escolha arbitrária, ela guarda o significado da "chegada". Por duas vezes, Lemos chegou a Belém. Num primeiro momento, em 1869, de maneira silenciosa e anônima, na condição de um simples escrevente da Armada Brasileira. Em 1973, pela segunda vez, Lemos chegava à cidade, agora como um mito consolidado. A urna que encerrava silenciosamente os restos mortais do "Velho" intendente, era recebida ruidosamente por uma multidão que esperava o momento da celebração da volta daquele que, mesmo "em pó", personificava um pedaço da história da cidade. No entremeio dessa cronologia, estructurei o trabalho como se segue.

No primeiro capítulo da tese serão discutidas as biografias contemporâneas a Antonio Lemos produzidas nos anos de 1904 e 1913, e o ponto de intersecção entre elas, procurando entender o jogo que se estabeleceu na fixação de uma dada memória. Desse modo, não é somente a carreira política que buscarei nessas memórias, mas também as discussões que se estabeleceram sobre a vida privada, a

---

<sup>15</sup> LEVI, Giovanni. "Les usages de la biographie". *Annales E.S.C.*, Paris, n. 6, p. 1325-1336. nov/déc. 1989.

condição social e as relações pessoais que permearam a vida do intendente.

O segundo capítulo focaliza as medidas administrativas tomadas por Antonio Lemos durante os 14 anos de seu governo. Procuro recuperar o discurso legitimador de suas ações, as festas patrocinadas pela sua administração, a filantropia por ele exercitada, a proteção dispensada aos artistas e literatos e a preocupação em deixar nos escritos o testemunho de sua intervenção na cidade.

Através dos *Relatórios da Intendência* (7 volumes), do *Livro de Detalhes*, das *Atas do Conselho Municipal*, dos *Ofícios recebidos e expedidos pela Intendência*, de jornais e revistas da época, entrevejo a possibilidade de alcançar o resultado desse embate que se travou entre as imagens produzidas e as manipuladas pelos diferentes grupos sociais da cidade de Belém. Explorando esse *corpus* documental, verifico a produção de um modelo de personagem ideal, a percepção de seu jogo na construção de imagens que deveriam ser absorvidas pela população e como essas camadas populares construíram a(s) imagem(s) do biografado.

O terceiro capítulo tem por finalidade a procura de indícios que apontem para a permanência da memória

---

<sup>16</sup> NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1977. p. 32.

do intendente, mesmo após os acontecimentos que resultaram em sua expulsão de Belém. Recorro a jornais a partir da década de 20, para demonstrar que após a expulsão de Antonio Lemos, o *débâcle* da borracha gerou um decréscimo na atividade econômica da região, vindo a refletir na cidade de Belém. Nesse momento, quando a cidade não tem mais o vigor econômico e urbano da administração lemistá, críticos da administração pública utilizam-se da imprensa para expressar um "canto de saudade" pelo "Velho" Lemos.

A figura de Lemos transformada em um mito político tornou-se mais forte a partir da década de 70, com a elaboração da biografia de autoria de Carlos Rocque, *Antônio Lemos e sua época*, encomendada pelo prefeito municipal, buscando recuperar uma memória que sempre esteve a serviço das elites intelectuais e políticas do Estado. O livro de Carlos Rocque marcava a transferência dos restos mortais do intendente para o vestíbulo do Palácio Antonio Lemos. O caminho percorrido por Carlos Rocque incorpora, em grande medida, a imagem pública de Antonio Lemos que foi pautada na memória construída pelo próprio intendente e pelos grupos que o cercavam, dando corpo ao que conhecemos como memória oficial.

## CAPÍTULO I

### A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE ANTONIO LEMOS

#### 1.1. Uma oração fúnebre: Belém reverencia a memória de Antonio Lemos

"Despertas, hoje, do sono que aqui vinhas dormindo há sessenta anos, na paz antiga deste cemitério. E te reencontras com a Vida, com a vida que foi madrasta, nos últimos dias da tua existência, e que agora te é maternal, no reconhecimento de teus méritos, na glorificação de teus feitos, na reabilitação de teu nome."<sup>1</sup>

A epígrafe acima faz parte de um discurso proferido pelo escritor paraense Corrêa Pinto, na cidade do Rio de Janeiro, diante do túmulo de Antonio Lemos, por ocasião do traslado dos restos mortais do Cemitério de São João Batista para o vestíbulo do Palácio Antonio Lemos, em Belém, no dia 15 de dezembro de 1973.

Antonio José de Lemos, considerado o responsável pela feição de *belle époque* que se instaurou em Belém, foi intendente municipal durante 14 anos, tendo sido

---

<sup>1</sup> IHGP. Corrêa Pinto. *Antônio Lemos*. Rio de Janeiro, 1973. (opúsculo)

eleito pela primeira vez em 1897 e renunciado ao mandato, após várias reeleições, em junho de 1911.

O emocionado discurso do escritor tenta redimir "a calúnia e a injúria que não se cansaram de roer a tua memória", cessando naquele momento as lembranças funestas lançadas à imagem "de quem só recebeu em vida a ingratidão de um povo."

A sua fala enfatiza a dimensão da destruição da memória de Lemos, mostrando a manipulação do imaginário popular. Era voz corrente na cidade a presença da "alma-penada" do intendente, que nas noites escuras percorria as ruas ermas de Belém,<sup>2</sup> como que pagando pelos desatinos cometidos contra a cidade e seus habitantes. Era como o "fantasma do Rei Lear, a caminhar, aflito, pelo mundo das sombras", numa comparação shakesperiana. Corrêa Pinto certamente sabia das estórias que se contavam em Belém acerca do fantasma de Lemos; uma delas dizia que ele era tão preso ao poder que até morto continuava a se fazer presente na cidade. Outros lembravam que enquanto não redimissem as injustiças, a humilhação que lhe impuseram durante os acontecimentos de 1912, a sua alma não descansaria em paz.

---

<sup>2</sup> *Ibidem.*

Os mitos e as lendas representam um contraponto à imagem da modernização de Belém. Neste sentido, é muito provável que o mito da "alma-penada" fizesse parte das conversas de "cadeira na porta da rua", muito comum nas noites de Belém do início do século.

Continua Corrêa Pinto: "Cessa, nesse momento, a lenda da tua infelicidade. Deixas de ser a criatura funesta, como te chamavam teus inimigos".<sup>3</sup> O orador, assumindo a condição de porta-voz dos habitantes da cidade, procurou fazer daquela cerimônia um momento de redenção de um personagem que durante décadas foi lembrado não pelas suas realizações, mas sim pela situação deprimente com que foi escorraçado da cidade pela multidão enfurecida, como já foi ligeiramente descrita nas páginas iniciais deste trabalho.

Interessante é que o escritor, na sua oração fúnebre, não somente redime a figura pública de Lemos, ele também redime a população paraense ao afirmar que esse populacho agiu insuflado pelos inimigos, pelos "agitadores profissionais". A oração toda é pontuada de expressões reafirmadoras da recuperação da memória daquele que "era a expressão propulsora da Natureza, um

---

<sup>3</sup> *Ibidem.*

elemento dinâmico do Cosmo". Como uma fênix que ressurge das cinzas, Antonio Lemos nesta oração "Ressuscita impávido e sobranceiro, na plenitude de teu valor e de tua influência"<sup>4</sup>. Depreende-se que a oração fúnebre pronunciada por Corrêa Pinto vitimiza a figura do homenageado, e aquele momento tinha a finalidade de fazer a celebração, a glorificação da grandeza de Antonio Lemos.<sup>5</sup>

Mudemos de cenário. Deixemos o Rio de Janeiro e entremos em Belém do Pará, precisamente no momento em que, sob uma chuva fina, pousava um avião da Força Aérea Brasileira trazendo a urna contendo os restos mortais do "Velho" Lemos.

Todas as honras militares foram prestadas. As autoridades aguardavam o momento para reverenciar a memória daquele que havia 61 anos tinha deixado Belém, entre elas o prefeito, coronel Nélcio Lobato, representantes do Governo do Estado, do poder judiciário, da Igreja, do Conselho Estadual de Cultura, dos Diários Associados, além de membros da família Lemos. A urna, coberta pelas bandeiras do Maranhão, do Pará e da cidade

---

<sup>4</sup> *Ibidem.*

<sup>5</sup> Sobre a prática de discursos lidos em funerais, encontramos referências em BURKE, Peter. *A fabricação do rei- a construção da*

de Belém, ficou exposta no saguão do Aeroporto Militar guardada solenemente por soldados da Aeronáutica.

No dia seguinte, 17 de dezembro, data em que se comemorava o aniversário do intendente, a urna foi transportada para a Base Naval, de onde seguiria a bordo de uma corveta da Marinha até a escadinha do Cais do Porto. Uma multidão esperava o início do cortejo que deveria seguir as principais ruas e avenidas de Belém até o Palácio Antonio Lemos: representações de sindicatos, entidades civis e religiosas, de colégios, especialmente do Colégio Estadual Antonio Lemos, enfim de pessoas de todas as camadas sociais, mesmo que muitas delas soubessem de Lemos somente do "ouvi contar".<sup>6</sup>

Isso não quer dizer que pessoas do povo não tivessem alguma imagem de Antonio Lemos. Um velhinho de 80 anos deu o seguinte depoimento:

"Eu o conheci pessoalmente e assisti queimarem A Província e a casa dele. Não foi o povo que expulsou o Senador Antonio Lemos de Belém. Foi uma meia dúzia. O povo mesmo o amava e continua amando, como a gente pode ver (...)"<sup>7</sup>

---

imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.35-36.

<sup>6</sup> A Província do Pará. Belém, 17 de dezembro de 1973. p.1

<sup>7</sup> A Província do Pará. Caderno 2. Belém, 18 de dezembro de 1973.

Este depoimento, que sugere a imagem do grande administrador de Belém, do homem que sabia amar o seu povo e por ele era amado, me faz lembrar o que afirmou Peter Burke ao redefinir o conceito de ideologia para "designar o poder dos símbolos sobre todas as pessoas, tenham elas consciência disto ou não."<sup>8</sup>

Os rituais continuavam a fazer parte da história de Lemos; não importava que ele estivesse morto. O cortejo, as bandas, os discursos elogiosos ao morto, as lágrimas, enfim, tudo fazia parte do espetáculo de glorificação do senador. A apoteose ocorreu no Palácio Antonio Lemos<sup>9</sup>, cenário adequado para a colocação da urna com as cinzas, para que lá ficasse marcada permanentemente a autoridade do político modernizador da cidade.

A forma triunfal como a memória de Lemos retornou à cidade faz-me retomar as reflexões de Burke, "um palácio é mais que a soma de suas partes. É um símbolo de seu proprietário, uma extensão de sua personalidade, um meio para sua auto-representação"<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> BURKE, Peter. *op. cit.*, p.23.

<sup>9</sup> O palácio Antonio Lemos, antigo Palacete Azul, sede do Paço Municipal, foi inaugurado em 1883, recebendo a atual denominação em 1953.

<sup>10</sup> BURKE, Peter. *op. cit.*, p.29.

Essa idéia do monumento enquanto extensão de si mesmo estava expressa na vontade de Antonio Lemos, pois como intendente tomou a decisão de construir um novo palácio por considerar o antigo bastante acanhado para as novas funções da municipalidade. Antonio Lemos, ao encomendar ao engenheiro italiano Filinto Santoro o projeto para o novo paço municipal, que deveria ser erigido à praça da República, um dos lugares mais imponentes da cidade, tinha um sentido de grandiosidade e de perpetuação de sua obra, e, ao referir-se ao projeto no relatório, aos seus pares do Conselho Municipal, disse:

“Por ela ajuizareis a grandiosidade do projeto e da extraordinária beleza do novo palácio, que será único em toda a América do Sul.”<sup>11</sup>

## 1.2. Em torno de uma memória

Em 1904, o jornalista Carlos Dias Fernandes, ao traçar um estudo biográfico de Antonio Lemos, procurou

---

<sup>11</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907. p.256 . O palácio não foi construído pelas dificuldades financeiras que o Estado, particularmente a Intendência, passava naquele momento, considerando-se que a economia da borracha já começava a dar sinais de queda na exportação, além dos inúmeros empréstimos que Lemos havia feito para remodelar a cidade.

dar atenção a uma das dimensões da construção da memória de sua personagem. A intimidade do homem de governo foi colocada em foco pela primeira vez. Nessa construção, o biógrafo procurou projetar algumas qualidades fundamentais no homem público, entrecruzando sua dedicação ao trabalho com higiene e disciplina. A narrativa de Carlos Fernandes começa com a alvorada.

"São três horas da madrugada, Antônio Lemos vai principiar a sua faina. Assenta-se à mesa do trabalho, diante da vela acesa e começa a leitura da correspondência da véspera. Uma média de cem cartas diárias. Sem motivos de incorreção e impontualidade capazes de comprometer a reputação de homem ocupado.

Ao passo que se inteira do assunto, vai ele mesmo escrevendo a resposta, num cursivo miúdo e nítido, trançado a prumo em cartões sem pauta, com tamanha firmeza de pulso que dá a impressão de uma litografia.

Às vezes são pedidos, notas, reclamações, observações, emendas que interessam à Província, à secretaria da Intendência, à Guarda Nacional, ao Asilo da Mendicidade, ao Orfanato Municipal, etc.(...) Mas, também, às vezes, são cartas políticas que demandam certa reflexão e certo estudo ponderado (...) Quando termina essa tarefa exaustiva, já reluz por trás das venezianas um pálido e esquivo raio de sol. Antônio Lemos abre o seu estojo de barba e rapa-se às pressas, com uma perícia de Fígaro."<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> FERNANDES, Carlos. Antonio Lemos: *Monographia de o homem, o político, o jornalista, o administrador, escorço biographico*. Pará: C. Wiegandt, 1904. p.14.

Para compor essa imagem do homem público dedicado ao trabalho, antes de tudo, era necessário que desse visualização às representações sociais do "homem civilizado", nas quais o estilo de vida e a elegância dos hábitos são elementos definidores da personalidade. Como bem diz Gilda de Mello e Souza<sup>13</sup>, na sociedade do século XIX a moda servirá de instrumento de visibilidade dos traços de distinção e liderança.

"Segue-se o arranjo simples e distinto da sua toilette. Colarinho decotado, um laço preto, horizontal, preso ao botão por um elástico, às vezes à moda do Príncipe de Gales, alindado com um alfinete de pérola ou diamante. Calça de casimira de cor e sobrecasaca negra, em cuja *boutonnière* há sempre uma flor colhida de fresco. Botinas de pelica também negra, bem polidas, com a sola sempre limpa e o tacão sempre perfeito. (...) Agora é somente por a cartola bem anediada e tomar uma de suas artísticas bengalas, saltar para a sua elegante e lustrosa vitória e trotar pelo distrito e ver e examinar o estado das obras municipais, a conservação dos jardins, o asseio das sarjetas, o calçamento das ruas, a segurança da higiene e todo esse mundo de coisas, que fornecem o assunto do Detalhe da Intendência."<sup>14</sup> \*

---

<sup>13</sup> SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas - a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 25.

<sup>14</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.* p. 14.

\* A ortografia foi atualizada ao longo do trabalho para facilitar ao leitor.

A descrição dessas imagens de afirmação social não dispensa o enfoque de elementos que tornam o biografado um indivíduo distinto numa sociedade exibicionista, não apenas pelo gosto aristocrata, mas sobretudo pela disciplina com que exercia as funções de jornalista e administrador da cidade.

"São 9 horas da manhã, Antônio Lemos entra na redação d'A Província, que já traz anotada, se encontrou erros de revisão(...) ou alguma notícia destoante da orientação político-administrativa do seu jornal. Nessa visita matinal, Antônio Lemos dispõe, como chefe de Estado os negócios políticos, adstritos à sua iniciativa de diretor do partido. Às 11 horas recolhe-se à sua residência para a primeira refeição do dia (...) o seu almoço quase frugal corre alegre na intimidade da sua família.

Um charuto fumado negligentemente no seu gabinete, que abre para um jardim, e depois disto a sesta higiênica. Precisamente às duas da tarde, recomeça seus afazeres, alguma correspondência de ocasião e audiência que lhe tenham solicitado, isso de véspera.

Às 8 horas da noite, depois da segunda refeição diária, Antônio Lemos recebe amigos políticos do interior e da capital, continua a sua audiência a pessoas do povo, atendendo a todas com especial carinho. À essa audiência da noite concorre uma média de cinquenta pessoas.

E assim, estritamente distribuído pelas horas úteis, passa Antônio Lemos o seu dia, todo consagrado aos austeros deleites do trabalho."<sup>15</sup>

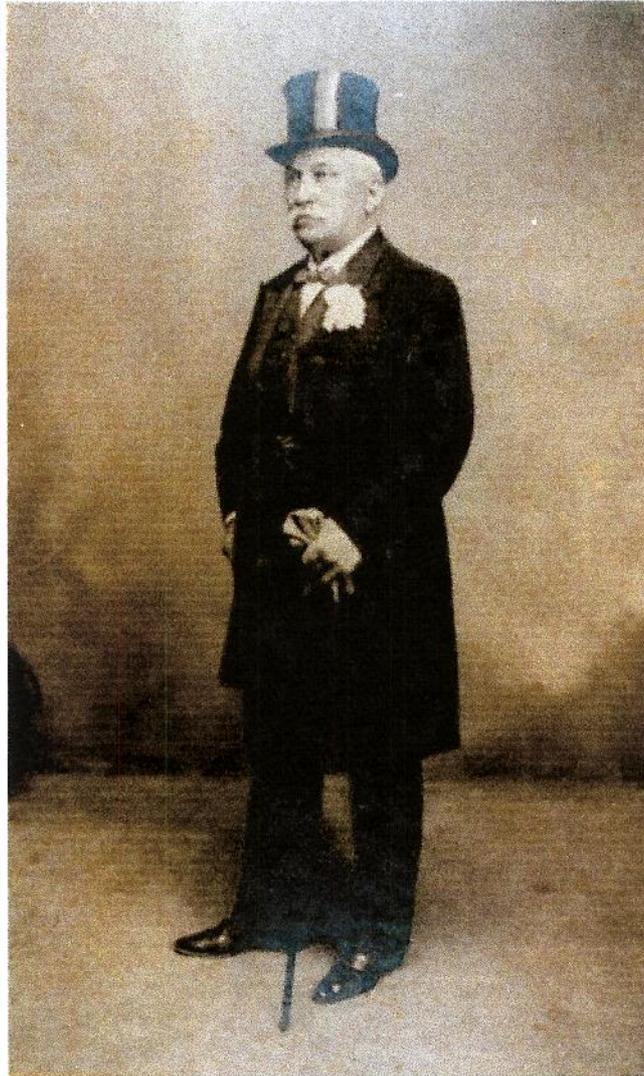
---

<sup>15</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.* p. 14.

O arranjador dessa imagem de Antonio Lemos era, naquela época, um aspirante ao mundo das letras. Carlos Dias Fernandes, paraibano, jornalista, chegou ao Pará em 1900, quase que por um acaso. Segundo seu depoimento, um emprego prometido deveria levá-lo até Manaus. Porém, ao chegar em Belém, por questões políticas, soube que a promessa tinha se rompido. Não querendo mais voltar ao Rio de Janeiro, ficou pela cidade até ser levado por um amigo à presença de Antonio Lemos, que de imediato ofereceu-lhe um emprego na redação de seu jornal - *A Província do Pará*. O seu relato leva-me a acreditar que era uma pessoa que circulava pela casa de Lemos privando de sua vida particular com a maior desenvoltura.

De modo bastante enfático, o biógrafo vai construindo a figura pública de Lemos a partir da intimidade do indivíduo, assumindo, às vezes, um tom confidencial, à medida que a intimidade vai sendo esmiuçada. A biografia toma como pano de fundo a figura do intendente na sua cotidianidade, que vai do privado ao público. A imagem dessa vida organizada de Antonio Lemos, diria até linear, demonstrada através dos hábitos, do comportamento e do vestuário, conduz à construção da imagem de um indivíduo diferente dos demais, necessária para corroborar o discurso do sujeito ideal, predestinado

a ser o condutor do bem estar social dos cidadãos de Belém.



FONTE: IHGSP - Arquivo Theodoro Braga

O registro dessas cenas, sem querer ser anacrônica, faz-me lembrar o ritual que cercava Luis XIV, no seu cotidiano, "a tal ponto que uma pessoa poderia acertar

seu relógio pelo rei.”<sup>16</sup> O relato de seu vestuário, por exemplo, serviu para apresentá-lo ao público como uma pessoa que tinha bom gosto, refinada, identificada com a civilização, simbolizando distinção social, luxo e poder.

Entretanto, não só de elogios foi construída a imagem de Antonio Lemos. Em oposição ao que pensa Fernandes, coloca-se Valente de Andrade, que elaborou um estudo, em 1913, sobre as oligarquias no Brasil<sup>17</sup>, dando um enfoque especial à carreira política de Lemos. Valente de Andrade, cronista, jornalista, fez parte do corpo de redatores de *A Província do Pará* e trabalhou também na Intendência até o dia em que foi despedido por Antonio Lemos, por ter-lhe dirigido críticas em uma viagem que fez à ilha do Marajó<sup>18</sup>. Após deixar Belém, trabalhou em um grande jornal no Rio de Janeiro, e por muitos anos foi cronista da Câmara e do Senado Federal.

Dentre as críticas que dirige ao intendente, considera o hábito de “usar sobrecasaca com boutonnière

---

<sup>16</sup> Cf. BURKE, Peter. *op. cit.*, p. 101.

<sup>17</sup> Àquela época, tornou-se uma constante grandes figuras discutirem a questão das oligarquias como foi o caso de Sílvio Romero, nome celebrado no pensamento brasileiro, que em 1908, pronunciou um discurso considerando as oligarquias nefandas ao regime republicano. Classificou-as em quatro modalidades e, dentre elas, considera “a futura dinastia dos Lemos um exemplo típico do familismo ou aciolismo cearense.” Ver ROMERO, Sílvio. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979. p. 204.

fleurie e cartola huit reflets", mesmo sob um calor escaldante de 36 graus à sombra, nada mais que uma postura exibicionista, coisa muito própria do intendente que "se sentia bonito, elegante, rico, querido e popular".<sup>19</sup> No entender de Gilda de Mello e Souza<sup>20</sup>, essa distinção expressa através de sinais exteriores como o vestuário, era necessária numa sociedade que até poderia abrir possibilidades de ascensão social e política a indivíduos não originalmente vinculados aos poderosos da terra. No caso de Lemos, que não pertencia a nenhuma família aristocrata local, era até natural que assim se comportasse diante do círculo fechado da alta sociedade paraense e também enquanto a mais importante autoridade do município.

Continuando sua acidez verbal, Valente de Andrade afirma que o maior prazer de Lemos era ser convidado para padrinho de casamento ou batizado porque "eram oportunidades raras no Pará para calçar luvas."<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Cf. ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. 2 ed. Belém: Cejup, 1996. p.79.

<sup>19</sup> VALENTE DE ANDRADE. *Evolução Política - A queda das oligarchias (Ensaio de Crítica Social)*. Belém: Livraria Escolar, 1913. p.183.

<sup>20</sup> Cf. SOUZA, Gilda de Mello e. *op. cit.*, p. 81. Segundo a autora, este novo elemento, no caso, o vestuário, estava ausente em sociedades anteriores ao aparecimento da burguesia, vincadas por intransponíveis barreiras de classes.

<sup>21</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 184.

Ao expor essas extravagâncias de um político que encomendara um enxoval de roupa branca a um respeitável camiseiro de Paris, teria Valente de Andrade a intenção de ridicularizar Lemos? Acredito que sim, mas para o autor, o relato de "cousas insignificantes" tinha por objetivo revelar o estudo de sua mentalidade. A referência a esses detalhes, que são aparentemente irrelevantes, não deixa dúvida que Andrade percebia que o vestuário era um dos meios utilizados pelo intendente para imprimir a imagem do grande chefe de Estado ao mesmo tempo em que reforçava as relações de dominação que se estabeleciam entre o administrador e o restante da população. É importante ver como os dois biógrafos de Lemos se apropriam de um mesmo "detalhe" para dar significados diferentes. Isto quer dizer que ambos compartilham a idéia da importância do vestuário para conformar a figura do homem público, embora com visões díspares.

Por outro lado, nas descrições do cotidiano do intendente, as suas ações públicas estão sempre misturadas com o ambiente familiar; o escritório é o local da casa que se sobressai enquanto espaço eminentemente masculino e de autoridade, onde a esfera

pública e a pessoal se confundem, assumindo aura de espaço sagrado do poder.

Na descrição de Fernandes, ao mesmo tempo em que assume um ar de altivez, o biografado é capaz de mostrar virtudes que só os homens especiais são capazes de demonstrar, como generosidade e bom humor. Tais qualidades são comprovadas durante as audiências noturnas, quando atendia as pessoas do povo "com especial carinho, amparando muitas com o seu prestígio e servindo outras com os poucos recursos da sua bolsa particular."<sup>22</sup>

Pergunta o autor:

"Será possível que um homem tão vastamente preocupado, dividindo a sua atividade por afazeres tão diferentes quase inteiramente privado dos encantos da vida, tenha o bom humor necessário para viver em sociedade, expandindo-se com jovialidade, entre os seus semelhantes menos atarefados na existência?"<sup>23</sup>

Era ainda:

"um excelente *causeur*, com um vasto repertório de anedotas e um talento cômico especial para imitação de certos tipos pitorescos. Para arremedar a prosódia de um ilhéu\* não conheço ator

---

<sup>22</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 16.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

algum com a mais própria e humorística capacidade."<sup>24</sup>

Mas esse hábil político era também um devoto. A construção do mito caminha *pari passu* à imagem do santo cuja conversão dá-se com o avançar da idade:

"Antonio Lemos revigorando sua crença católica na hora em que começa a envelhecer (...) tratando-os (seus semelhantes) com aquela suave mansidão bebida nos preceitos do Evangelho."<sup>25</sup>

No mesmo registro da "santidade" do biografado, Fernandes menciona as insígnias de *Grão Cavalheiro da Ordo Romanus Princeps Patronorum a Sancto Petro*, concedida pelo Papa Leão XIII, entregue ao agraciado numa cerimônia simples no Retiro de Moêma, pelo Mr. Georges Latâche, representante da Ordem. O recebimento dessa alta dignidade por Lemos, que até então era Delegado do Grande Oriente Maçônico, é visto com certa desconfiança tanto por Valente de Andrade como por Ricardo Borges e Carlos Rocque, que consideram esse ato um vulgar tartufismo.<sup>26</sup>

Nessa construção da imagem de homem público, fazia-se necessário evidenciar outras virtudes, além da pessoa

---

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 122.

\* ilhéo, refere-se ao caboclo habitante de ilhas próximas a Belém

acessível a seus "súditos". Seria preciso destacar a jovialidade do intendente, uma questão recorrente na obra de Carlos Fernandes; vejamos:

"Já assisti naquele sítio a uma festa ao ar livre, em honra dos oficiais de marinha, que vieram a Belém, a bordo do cruzador português D. Carlos, então em visita ao Brasil. Havia mais de seiscentas pessoas nesse pic-nic memorável(..). Pois bem, nesse tumulto de convivas, Antônio Lemos teve a palma de campeão cavalheiro, pela feição irrepreensível da sua jovialidade, distribuída igualmente por todos, homens e senhoras, que o aclamaram com verdadeiro delírio, ao partirem saudosos daquela abençoada vivenda."<sup>27</sup>

A imagem do "jovial" Antonio Lemos projetada por Fernandes está muito relacionada à imagem do herói, a figuras da mitologia grega, do imortal, soando como uma afirmação simbólica da superioridade do intendente sobre seus governados.

Essa interpretação vem reforçar a aura mítica que o biógrafo tentou conferir a seu biografado, sobretudo porque naquele momento (1904) as disputas políticas estavam acirradas e os inimigos de Lemos, cada vez mais, ameaçavam o longo poder do intendente.

---

<sup>26</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 178.

<sup>27</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 18.

"Como se explica psicologicamente que um homem tão profundamente desiludido dos homens, tão trabalhado por íntimas aflições, incessantes, tantas vezes traído na sua sinceridade e tantas vezes iludido, mau grado a sua profunda experiência da vida, ainda possa tolerar a contingência dos seus semelhantes, e ainda mais sorrir-lhes com enternecimento e carinho(...)? É, portanto unicamente desdobrando-se a si mesmo e sem fazer como os santos e os sábios que se afastam com temor da convivência dos homens, que Antonio Lemos é jovial e tolerante e sempre alegre, como um pássaro num vergel."<sup>28</sup>

Carlos Fernandes estava escrevendo a biografia de um dos homens mais poderosos da política paraense; desse modo, tenta enquadrá-lo num modelo entre o homem e o santo não somente pelas ações de generosidade que tinha para com os que o procuravam, mas sobretudo por colocar-se em contato com seus semelhantes, virtude que nem os santos eram capazes de ter por temerem "o contato corrosivo da imperfeição e do pecado"<sup>29</sup>. Aliás, era preciso ser mais do que santo, era preciso ter alcançado "um certo grau de perfeição mental."<sup>30</sup>

O mundo de Antonio Lemos construído por Fernandes era um mundo no qual só cabiam generosidade,

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.18-19.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.19.

inteligência, disciplina, fraternidade, honradez e trabalho. Disseminando um discurso bem adequado ao novo regime que se instalara no Brasil a partir de 1889, a apologia do trabalho era uma das formas de mostrar que o próprio líder tinha encontrado a felicidade através da labuta diária, embora o biógrafo não deixe de ressaltar que só poderia amar o trabalho quem dispunha de uma certa intelectualidade.<sup>31</sup>

Essa ênfase ao trabalho também está associada ao momento em que se afirma, no Pará, uma ideologia do trabalho como estratégia de combater a vadiagem que representava ônus para a administração pública. Há gastos com a contratação de um maior número de fiscais pela municipalidade objetivando uma melhor aplicação das posturas, assim como despesas com a construção de locais para o confinamento dos chamados vadios. Essa política de combate à vadiagem teve apoio de outros poderes como bem reflete o projeto apresentado pelo senador Moura Palha, em 1899, autorizando a fundar-se em locais apropriados, uma ou mais colônias correccionais agrícolas, destinadas a "educar e instruir os vadios e mendigos."<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.20.

<sup>32</sup> Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Ata da Câmara dos Senadores. v. 38. Belém, 18 de abril de 1899. Nessa ocasião Antonio Lemos ocupava o cargo de 1º secretário do Senado Estadual.

Essa associação da imagem de Antonio Lemos com o trabalho era muito recorrente nesse período, embora Valente de Andrade não enfatize nada a este respeito. Ainda que o biógrafo hostil não desse importância a isso, os áulicos, ao contrário, consideravam a dedicação ao trabalho uma virtude essencial do intendente. Outros grupos, como o *Clube União e Perseverança*<sup>33</sup>, por exemplo, na ocasião do aniversário do intendente faziam questão de ressaltar a condição do indivíduo laborioso. A saudação que se observa a seguir é reveladora dessa imagem:

"Todo o país consagra e aclama o trabalho abençoado, cujos frutos de ouro se multiplicam no jornalismo e na administração."<sup>34</sup>

A construção da figura do homem de bem não poderia ficar, contudo, apenas no trabalho e na relação com os cidadãos; era preciso traçar o quadro de Antonio Lemos em família, afinal a figura do patriarca exemplar se baseia em grande parte nas suas relações dentro do ambiente familiar e extrapola seus limites ao se introduzir no ambiente público.

---

<sup>33</sup> O Clube União e Perseverança era uma associação dentre outras, que foi criada para promover eventos em homenagem ao Intendente, sobretudo a comemoração da data de seu aniversário.

<sup>34</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p.61.

### 1.3. Antonio Lemos e a família

Carlos Fernandes ao construir a trajetória de vida de seu biografado a partir do nascimento, busca explicações para a existência do grande homem público.

Segundo Fernandes, no dia 17 de dezembro de 1843 nascia Antonio José de Lemos, filho de "um guerreiro de igual nome (capitão-mor das antigas milícias e veterano da campanha da independência) e de sua esposa dona Olivia de Souza Lemos"<sup>35</sup>. Assim, o biógrafo procura tecer a trajetória do maranhense que veio predestinado a fazer de Belém a cidade mais imponente da Amazônia, como também tornar-se a figura política mais importante da fase republicana paraense.

Desde o início, o biógrafo ressalta a condição diferente de seu biografado, tanto que ele deixa apenas subentendido o nome do pai, para ressaltar que Lemos era filho de um homem com uma patente muito importante no Brasil imperial, deixando sugerida a origem distinta do futuro intendente.

Nascido na capital do Maranhão, cursou o Liceu maranhense, onde estudou humanidades, entre outros mestres, com o filósofo Sotero dos Reis, além de ter sido

influenciado por vários intelectuais como o jornalista João Francisco Lisboa, redator do *Jornal de Timon*<sup>36</sup>. Fernandes ressalta que Lemos foi um privilegiado ao fazer seus estudos num próspero período literário do Maranhão, tanto que a cidade era chamada de "Athenas do Brazil".

Depois de alguns anos servindo na Armada na condição de escrevente, Antonio Lemos foi destacado para servir na Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Pará. Era o ano de 1869. Em Belém, Lemos constituiu família casando com D. Ignez "que vive oculta no retiro pacífico do lar"<sup>37</sup>, desempenhando obedientemente o papel hierárquico que lhe cabia enquanto esposa/mãe, como diria Natalie Davis, "nas margens" do poder sedutor exercido por seu marido.<sup>38</sup> Essa imagem de D. Ignez, enquanto esposa recatada, a "protetora do lar", representa o papel que o positivismo, inspirador da República brasileira, reforçou à figura feminina; ela seria a responsável pela reprodução dos valores morais da humanidade.<sup>39</sup>

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.97.

<sup>36</sup> *Jornal de Timon* era um conjunto de folhetins que expressavam as idéias do jornalista e historiador João Francisco Lisboa sobre temas e assuntos diversificados: legislação, política partidária, a vida do Padre Vieira, etc. LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*; organizado por José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>37</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 119.

<sup>38</sup> DAVIS, Natalie Z. *Nas Margens. Três Mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>39</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.93.

O pai amoroso e sensível se refletia nas atitudes de Lemos para com seus filhos Antônio Pindobussú, Maria Guajarina, casada com o primo Arthur de Lemos, mais tarde deputado federal, Olívia Moêma, casada com o engenheiro Dr. Joaquim Gonçalves de Lalôr, Cecília Iêrece e o mais m<sup>o</sup>ço, Manoel Tibiriçá, portador de uma doença incurável que o levou à morte em 1904 e que talvez por isso fosse o filho mais afeiçoado do Senador Lemos.

A escolha de nomes indígenas para seus filhos é um dado interessante, pois me leva a pensar que seja um reflexo dessa necessidade de afirmação de uma identidade que não fosse apenas regional, mas de caráter nacional. Utilizando nomes indígenas, Lemos procurava resgatar o percurso da história da nossa "civilização". Se a vontade do intendente era transformar Belém numa espécie de Paris n'América, a trajetória dessa construção era muito própria, partilhando mesmo da elaboração de uma noção da identidade nacional, na qual a Amazônia com simbologia indígena tinha grande parcela de responsabilidade.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Essa discussão sobre o resgate da "civilização", na época, era muito comum entre os literatos. Essa discussão foi muito bem colocada por FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia - a constituição de um campo de estudo*. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, p. 66.

Em 1904, o sofrimento do filho mais jovem terminou, porém o político continuava a ter problemas de doença em família, tanto que Lemos teve que viajar até o Rio de Janeiro acompanhando a filha solteira, Cecília Iêrece, portadora de uma grave doença. Pela primeira vez, na condição de intendente de Belém, Lemos deslocou-se até a Capital Federal, e foi por esta ocasião que teve um encontro com o prefeito Pereira Passos, o reformador da cidade do Rio de Janeiro. O intendente paraense teria sido cercado de atenção pelas mais altas autoridades,

“Desde o Magistrado supremo da Nação, seus Ministros, o ilustre gestor dos negócios do Distrito Federal, os representantes dos munícipes desse Distrito e os dos grandes Estados da União até o Operariado numa demonstração soleníssima, levaram durante dois curtos meses a Antonio Lemos o testemunho vivo do seu respeito e de sua admiração”.<sup>41</sup>

A viagem até o Rio de Janeiro, mesmo sendo por motivo de doença na família, assume na biografia uma forma apoteótica, na qual desfilam desde a suprema autoridade da nação até membros da classe trabalhadora, como faz questão de frisar Carlos Fernandes. Sem dúvida, o papel desempenhado por Antonio Lemos enquanto

---

<sup>41</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 120.

administrador e político tinha que causar grande impacto na imaginação popular e sobretudo na de seus opositores.

Entretanto, a *Folha do Norte*, jornal oposicionista, reagiu a esta viagem de maneira ambígua. Por um lado, exaltava em suas páginas a figura de Lemos diante do prefeito do Rio de Janeiro, conforme a quadrinha a seguir:

"Pereira estremecei! Tremei ó Passos!  
 Vem aí o maior dos intendentess  
 E isso sabem cariocas gentes  
 Estais fora do lugar com 2 trampassos."<sup>42</sup>  
 (sic)

Alguns dias depois, porém, o mesmo jornal reclamava dos gastos com os festejos para receber o senador Lemos de volta da viagem ao Rio de Janeiro, pois só com a iluminação haviam sido gastos quatro contos de réis, o que representava uma dívida a mais para os cofres da municipalidade.

Carlos Fernandes procura construir ambientes virtuosos nos quais possa encaixar o seu biografado.

---

<sup>42</sup> FOLHA DO NORTE. Belém, 05 de julho de 1904. Sobre essa viagem, Humberto de Campos, na obra *Carvalhos e Roseiras*, registra o encontro de Lemos com Pereira Passos. O prefeito do Distrito Federal

Voltando às descrições do ambiente familiar, constituíram-se num recurso recorrente no texto como se quisesse mostrar a aura mítica que cercava o austero e sereno estadista que tem "superiormente a religião da família."<sup>43</sup>

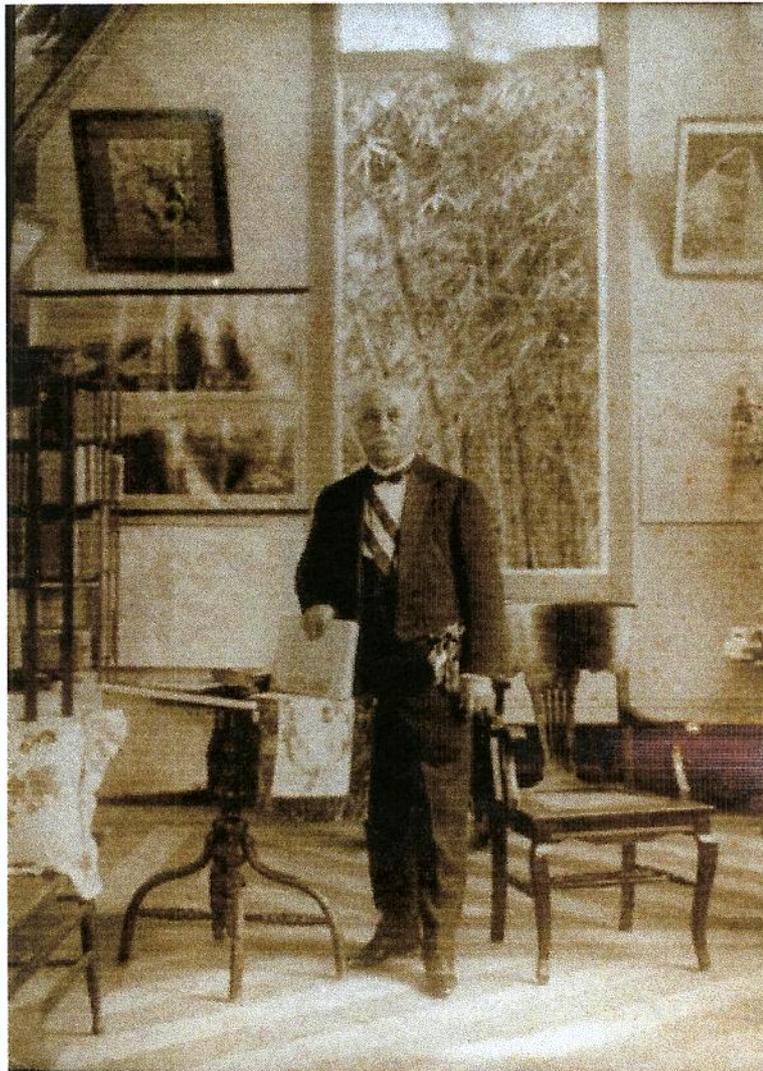
Para Antonio Lemos, a sua casa não significava apenas o espaço da política de "gabinete", era também um espaço onde se recebia eleitores, correligionários, autoridades e gente do povo. Assim, sua residência também funcionou como extensão da Intendência, e isso estava muito presente no cotidiano do administrador: basta olhar a reprodução na página seguinte, para perceber que mesmo em recinto familiar, Lemos não se despojava de sua postura de intendente. A faixa, o relatório e o ar circunspecto são símbolos reveladores de autoridade que Lemos fazia questão de colocar em evidência mesmo que estivesse posando no espaço doméstico. Foi com espanto e até certo ponto com alívio que Carlos Fernandes surpreendeu-o na sua intimidade doméstica "nobremente trabalhando no seu gabinete, não com a pijama clássica, desrespeitosa e cômoda que eu tanto estremeço neste calor

---

teria dito a Lemos: "Eu começo a fazer na minha cidade o que V. Exa. já fez na sua."

<sup>43</sup> FERNADES, Carlos. *op. cit.*, p. 20.

equatorial, mas gravemente vestido..."<sup>44</sup> Nesse sentido, a vida em família também serviu para formar uma determinada imagem do intendente, que deveria ser vista e percebida pelos belemenses, e não apenas divulgada em discursos.



Fonte: IHGSP - Arquivo Theodoro Braga

No entanto, esse cenário familiar não é relevante para Valente de Andrade que dispensa a reconstituição da origem do intendente ao afirmar enfaticamente:

---

<sup>44</sup>.*Ibidem*, p. 11.

"Para abreviar um período de sua vida pouco interessante e que nada adianta à elucidação deste estudo, vamos encontrá-lo, por ocasião da proclamação da República, já com alguma importância política que lhe vinha do fato de ser um dos proprietários d'A Província do Pará".<sup>45</sup>

Para Valente de Andrade basta apenas dizer que Lemos chegara ao Pará como oficial da Marinha de Guerra e que, com o passar dos anos, a juventude se esvaindo e o dinheiro acabando, não restava ao ilustre senador senão cultivar amizade com homens de prestígio político daquela época.<sup>46</sup>

Na verdade, a construção da imagem de Lemos por Valente de Andrade faz-se às avessas de Fernandes. Enquanto este procura destacar a sólida formação intelectual de Antonio Lemos adquirida no "período helênico" do Maranhão, o autor de *Evolução Política* deixa claro que a personagem central, "sem grande cultura intelectual, sem profissão liberal, a única garantia de um futuro, que ambicionava brilhante, era a política."<sup>47</sup> É bom lembrar que, nesse momento, Lemos tinha sido execrado do convívio paraense, portanto para Valente de

---

<sup>45</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 154. Antonio Lemos como proprietário de *A Província do Pará* será enfocado mais adiante.

<sup>46</sup> *Ibidem.*

Andrade tornava-se irrelevante tratar das origens do intendente diante das questões políticas. Para esse autor, o mais importante era traçar a trajetória da queda de Lemos, já que o considera o melhor exemplo de como as oligarquias haviam sido perniciosas tanto no Império como na República.

Por outro lado, Valente de Andrade não lhe poupa a vaidade como componente de sua personalidade, observando que Lemos não dispensou o séquito, mesmo na viagem que fez ao Rio de Janeiro, "tendo a ilusão de que era querido, verdadeiramente ilustrado e o maior político do Norte, como os seus jornais não se cansavam de o proclamar".<sup>48</sup>

Para completar essa imagem invertida construída por Valente de Andrade, o autor afirma que a queda de Antonio Lemos teve início com a desmesurada paixão que passou a nutrir por uma jovem professora do interior do Estado, denotando a senilidade do político sexagenário. Nas biografias contemporâneas a Lemos, apenas Valente de Andrade se reporta a tal fato. Apropriando-se de figuras da mitologia grega, narra que numa de suas viagens ao interior teria "o deus alado - cupido - escolhendo no

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 177.

carcaz a mais afiada de suas setas, o feriu em pleno coração com certa pontaria"<sup>49</sup>, ao se apaixonar pela jovem professora que havia sido escolhida para servir o ilustre político nessa visita a uma pequena vila do interior. Nas memórias de Virgílio de Mendonça, essa paixão provocou situação de extremo constrangimento à esposa de Lemos que o teria flagrado com a referida professora num jantar íntimo na residência da Av. Gentil Bittencourt. A esposa tentou agredir a rival provocando a ira do "chefe", que ameaçou bater na primeira dama, sendo impedido pelo filho Pindobussú que teria dito: "Na minha mãe o senhor não bate".<sup>50</sup>

Lemos teria brigado com membros da Igreja por estes não concordarem em fazer desaparecer o registro de seu casamento. Num momento de explosão de raiva teria dito: "Façam desaparecer o registro de casamento religioso que no civil eu caso quantas vezes quiser."<sup>51</sup> A religião, os padres, São Pedro e o Papa foram todos mandados de presente ao diabo, como ironicamente se referia Valente de Andrade ao caso extraconjugal. Aliás, a fama de

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>50</sup> Apud ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Saias, Laços & Ligas: construindo imagens e lutas. (Um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses - 1910/1937)*. Belém, 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGPA. p. 160.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.185.

conquistador de Lemos corria a cidade, e aqui novamente recorro à obra de Dalcídio Jurandir, que através do personagem Virgílio, observa:

“Vendo Inácia no auge do fervor lemista, temeu pela fidelidade da mulher, pelo menos por sua reputação. Não ouvia o que se falava das senhoras ao pé do Senador, e senhoras que podiam desonrar-se impunemente e até mesmo obrigatoriamente por serem da sociedade?”<sup>52</sup>

Humberto de Campos considera esse episódio uma maledicência dos inimigos, pois tudo foi gerado por Antonio Lemos ter expressado sua opinião favorável ao “casamento por contrato”,<sup>53</sup> prática muito comum na sociedade paraense, sobretudo entre pessoas da elite. O jornalista afirma que não era um costume tão novo e para confirmar o que escrevia contava uma série de casos, entre eles o de um médico paraense, diretor da Higiene e Senador estadual, que apesar de não ser livre, pois

---

<sup>52</sup> JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Martins Ed., 1960. p.14.

<sup>53</sup> O casamento por contrato não representava o casamento civil, apenas as pessoas que viviam sob o mesmo teto por estarem impedidas de casar, assinavam um contrato em cartório diante do tabelião em vez do juiz; era uma forma de “legitimar” uma união. Sobre esse assunto ver CAMPOS, Humberto. *Notas de um Diarista*. 2ª série. Rio de Janeiro/São Paulo/ Porto Alegre: W.M. Jackson Inc., 1958. p. 30. Sobre alianças matrimoniais no Pará ver MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX.” *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15 (nº especial), 1985.

encontrava-se com a esposa internada num asilo de loucos em Portugal, assinou contrato com uma viúva e passou a viver sem constrangimento em Belém<sup>54</sup>.

A imagem do intendente representada por Fernandes, no ano de 1904, foi a de um homem íntegro e despojado de ambições, sempre dedicado ao embelezamento da cidade e ao bem estar de todos, sobretudo de sua família. A projetada no período final da administração de Antonio Lemos, por Valente de Andrade, quando o intendente sofria a mais violenta oposição política, sugere que a administração lemista foi a mais arbitrária, a mais despótica que o Pará já conheceu.

#### **1.4. Dos navios de guerra ao Palacete Azul.**

No estudo biográfico de Carlos Fernandes, Lemos assume várias identidades - jornalista, político, administrador, além, é claro, de exemplar chefe de família. Mas, antes de tudo, era disciplinado, inteligente e patriota, qualidades estas adquiridas por ter sido:

“educado a bordo de navios de guerra, sob a ação contínua de uma disciplina inquebrantável, ele não podia deixar de

---

<sup>54</sup> CAMPOS, Humberto de. *op. cit.*, p. 30.

ser, como foi, é ainda e será sempre um grande disciplinador. É talvez, esta a mais poderosa condição de sucesso desse triunfador invicto.”<sup>55</sup>

Aos 17 anos resolveu “servir à pátria” ao se engajar na Armada Nacional, na função de escrevente. Logo depois seguiu para o Rio de Janeiro, onde fez seu curso de praticante, submetendo-se no final a um concurso, sendo aprovado, o que lhe garantiu a nomeação para o cargo de escrivão extranumerário da Armada Brasileira.

Por essa ocasião, continua Fernandes, o Brasil entrou em conflito com a República Oriental do Uruguai, e Antonio Lemos viu-se obrigado a embarcar na corveta que deveria se dirigir ao local do conflito. Suspensas as hostilidades e estabelecida a paz com o Uruguai, Lemos, em 1866, novamente foi designado para participar de outra operação militar, desta feita envolvendo o Brasil e o Paraguai de Solano López.

Antes de terminar o conflito, a corveta Paraense retirou-se do *theatrum* de guerra dirigindo-se em seguida para Belém, trazendo a bordo o Almirante que viria assumir o comando do 3º distrito naval. A 2 de fevereiro de 1867, a corveta fundeava na baía de Guajará e Antonio

---

<sup>55</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 103.

Lemos pisava pela primeira vez em chão paraense na condição de secretário particular do Almirante e, posteriormente, oficial de quarta classe do Corpo de Fazenda.

Em 1869, voltou ao Rio de Janeiro para, em pouco tempo, voltar a Belém para servir na Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Pará, trazendo no peito as medalhas que havia recebido por ter participado dos conflitos platinos. A fixação à terra ocorreu no momento em que o Inspetor da Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Manuel Carneiro da Rocha, convidou-o a assumir o cargo de secretário do Arsenal de Marinha. Posteriormente, assumiu em caráter cumulativo o cargo de Secretário da Capitania do Porto do Pará.

Recuperando essa trajetória militar de Lemos, Carlos Fernandes busca reforçar a figura do herói, procurando incorporar uma das tradições mais arraigadas, à época, no imaginário do povo brasileiro, no qual a figura de Solano López assumia um papel de verdadeiro demônio do Prata. O ditador que queria se assenhorar de parte do território brasileiro era periodicamente lembrado nas festas comemorativas da guerra, como um símbolo que foi destruído pela bravura e coragem dos que tiveram a honra de participar do feito. Quando Carlos

Fernandes fez a biografia de Lemos, essa exaltação da guerra era recorrente aqui no Pará, tanto que em 1882 foi inaugurado um monumento em homenagem ao general paraense Hilário Maximiniano Antunes Gurjão, herói da guerra.

Portanto, ao chegar ao Pará, Antonio Lemos já trazia consigo uma história de experiências e de triunfos, o que, segundo Fernandes, é motivo para "entrar tão valorosamente na linha combatente do jornalismo paraense(...)"<sup>56</sup>. Além disso, o fato de Lemos ter sido responsável pela divulgação das notícias a respeito da guerra platina através do jornal uruguaiano *El Ferro Carril* justificava o sucesso do intendente enquanto jornalista.

A trajetória política do intendente mistura-se com o exercício do jornalismo. Na verdade, a carreira política de Lemos iniciou-se quando estabeleceu amizade com o Dr. José Joaquim de Assis,<sup>57</sup> bacharel mineiro, rico fazendeiro e latifundiário na Ilha do Marajó, chefe do Partido Liberal, tendo mais tarde se associado a Antonio Lemos e Francisco Cerqueira e fundado, em 1876, o diário

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>57</sup> O dr. Assis foi temporariamente republicano chegando a fundar um órgão chamado de *O Futuro*, que após o décimo número, encerrou suas atividades, voltando seu dono "ao passado e às idéias monárquicas", buscando o convívio com a maçonaria. cf. BARATA, Manuel. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973. p. 248.

A *Província do Pará*, após algumas experiências adquiridas em pequenos jornais.

Dentre as glórias construídas para o "grande homem" está o fato de ter Antonio Lemos estreado como jornalista na redação de *O Pelicano*, órgão do Oriente Maçônico do Pará, no momento em que eclodia "A Questão Religiosa", envolvendo dois príncipes da Igreja - D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará e D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda.<sup>58</sup>

Um dado surpreendente na vida de Antonio Lemos é que sempre esteve envolvido em questões com membros da Igreja. Em 1888, quando era deputado provincial, envolveu-se em um debate com o Padre Mâncio<sup>59</sup> acerca de jogos de loteria. O Padre defendia as "extrações lotéricas" com a finalidade de libertar escravos, promover obras pias e ajudar a instrução pública. Com postura contrária estava Antonio Lemos, porta-voz dos liberais, que considerava os jogos escandalosos e imorais.

---

<sup>58</sup> Antonio Lemos ainda trabalhou nos periódicos *O Tacape* e *O Liberal do Pará*.

<sup>59</sup> Padre Mâncio Caetano Ribeiro, adepto do processo de Romanização da Igreja, foi vigário da Vigia (PA), onde fundou o Partido Católico, além de ser 2 vezes deputado provincial, diretor de Instrução Pública e redator do jornal conservador *Diário do Gram-Pará*.

No ano anterior, 1887, Antonio Lemos já havia se defrontado com o mesmo padre em torno de um projeto de construção de um teatro no Largo das Mercês, no centro de Belém. Para isso era preciso derrubar a igreja e parte do convento. Tanto o Partido Liberal como *A Província do Pará* apoiavam esse empreendimento, mas graças à lucidez do Padre Mâncio, o conjunto dos Mercedários, imponente monumento histórico datado do século XVIII, foi preservado.<sup>60</sup> Outros confrontos com o clero pontuaram a vida política de Lemos, e serão mencionados oportunamente.

Com o fim da chamada Questão Religiosa, deu-se também a morte de *O Pelicano*, sendo sua tipografia adquirida por Francisco de Souza Cerqueira, dando origem ao primeiro número do periódico que mais tarde viria a ser o mais importante jornal do Pará, chamado de *A Província do Pará*. Era o ano de 1876, e assim Antonio Lemos assumiu de vez sua condição de jornalista, dividindo a responsabilidade da redação do jornal com o seu proprietário, Dr. Joaquim José de Assis. Enquanto responsável pela administração, Lemos imprimiu outra dinâmica ao jornal, chegando ao ponto de ensinar aos

---

<sup>60</sup> MAUÉS, Raymundo Herald. "As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou como a

"gazeteiros", por ocasião da distribuição dos jornais, as notícias mais interessantes que deveriam ser apregoadas<sup>61</sup>. Nesse momento, Lemos entra definitivamente na política e passa a ser o maior exemplo do marinheiro que deu certo na vida pública.

Na condição de membro do Partido Liberal, sem precipitação, segundo Fernandes, Lemos não quis aliar-se aos radicais que erguiam suas vozes contra a instituição monárquica. Eu diria que "astutamente" o senador se comprometia, através das colunas de *A Província do Pará*, a aderir ao regime vitorioso, sem deixar explícito qual seria esse regime. Ressalte-se que a maioria dos que compunham a redação do jornal era republicana, o que justifica as páginas de *A Província do Pará* publicarem freqüentemente notas em favor da República e dos atos do Clube Republicano.<sup>62</sup> O editorial de *A Província do Pará* do dia 17 de novembro de 1889, fazia questão de confirmar as ligações de seu chefe de redação, Antonio Lemos, com o grupo monárquico até alguns dias antes da proclamação,

---

política mexe com a Igreja Católica." *Revista de Cultura do Pará*, Belém, v. 12, n. 1, 1991. p. 68.

<sup>61</sup> Cf. FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 107.

<sup>62</sup> ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph, 1976. Lauro Sodré inclusive escreveu vários artigos no jornal sob o pseudônimo de Diderot.

embora afirmasse que seu corpo de redatores aderira oficialmente à República.<sup>63</sup>

A postura monarquista e aristocrata de Lemos é comprovada em vários momentos de sua carreira política, inclusive por ocasião da visita do Conde D'Eu ao Pará, em junho de 1889, em propaganda do terceiro reinado. Antonio Lemos foi convidado pelo presidente da Província a fazer parte da comissão de recepção ao representante da monarquia brasileira. É evidente que Lemos sabia que esta visita do conde francês não seria bem recebida na cidade, considerando que o próprio jornal do senador havia noticiado que, logo ao ser anunciada a visita do representante da Casa Imperial, espalhou-se pela cidade rumores de que os republicanos e "os meninos do Lycêu" iriam "botar o mundo abaixo"<sup>64</sup>, como de fato aconteceu com passeatas e toda a sorte de manifestação de repúdio ao nobre visitante, fazendo-o retornar à Corte bem antes do tempo previsto. Nesse episódio também vamos encontrar Lauro Sodré que, apesar de ser sabidamente um republicano histórico, foi designado pelo Comandante das Armas a comandar o contingente que deveria prestar continência ao Conde D'Eu. Lauro Sodré cumpriu sua missão militar,

---

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 50. O editorial de *A Província do Pará* do dia 3 de novembro de 1889 confirma o rompimento de Lemos com o grupo monárquico.

porém, à noite, no Clube Republicano, fez um violento discurso contra a monarquia. Isto foi considerado um ato de indisciplina, o que motivou a transferência de Sodré para Mato Grosso. No Rio de Janeiro, Floriano Peixoto, que era, na época, general ajudante do exército, interceptou seu degredo<sup>65</sup>. Segundo Emmanuel Sodré, com a ausência de seu orador habitual o Clube Republicano do Pará entrou "em relativo marasmo."<sup>66</sup>

Voltando ao ano de 1885, podemos dizer que o início da carreira política vertiginosa e brilhante, concretiza-se neste ano. Quando Lemos encontrava-se sem nenhuma função política, o Partido Liberal resolveu reparar "tamanha injustiça" elegendo-o deputado provincial pelo 1º e 5º distritos.

Nesse momento, o partido conservador, representado pela figura do cônego Siqueira Mendes, irá eleger o vitorioso deputado pelo Partido Liberal como uma das figuras mais perigosas do cenário político. Segundo Fernandes, "Antonio Lemos era uma das preocupações

---

<sup>64</sup> *A Província do Pará*. Belém, 27 de julho de 1889.

<sup>65</sup> BORGES, Ricardo. *O Pará republicano- Ensaio histórico. 1824-1929*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983. p. 36-37. Nessa época, a punição aplicada aos militares indisciplinados era deportação para Mato Grosso. Ainda sobre esse incidente, Borges informa que Lauro Sodré embarcou no mesmo navio que transportava o Conde D'Eu.

<sup>66</sup> SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970. p. 37.

amargas desse homem formidável, que nele enxergava o seu mais perigoso opositor, sem que isso, entretanto, obstasse as relações de amizade que entre ambos sempre existiu<sup>67</sup>. Foi neste mesmo ano de 1885 que Lauro Sodré, na condição de 1º tenente lotado na Guarnição do Pará, iniciou em Belém a propaganda republicana fundando um clube e um jornal.

Em 1889, Antonio Lemos foi eleito vereador. Ao ser proclamada a República, encontrava-se exercendo a presidência da Câmara Municipal, tendo sido o responsável em dar posse à Junta constituída por Justo Chermont, José Maria do Nascimento (Marinha) e Tenente-Coronel José Fernandes Júnior (Exército), que governaria o Pará nesses primeiros momentos do novo regime.

Com a instalação da República, foi fundado o Partido Republicano Democrata, congregando os elementos do Liberal e Conservador, extintos partidos monarquistas. Porém, essa aglutinação não foi suficiente para diminuir o ânimo dos monarquistas conservadores que ainda acreditavam na possível restauração monárquica. Segundo Hall de Moura, logo depois o Democrata, com medo do socialismo, une-se aos republicanos históricos e fundam,

---

<sup>67</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 25.

em 1896, o Partido Republicano Paraense. Essas cisões e adesões não causam surpresa, pois os partidos monarquistas passaram a republicanos num passe de mágica, e mesmo assim, continuavam a brigar entre si.<sup>68</sup> Esse adesismo à República por políticos do Império era explicável, pois persistindo a mesma estrutura econômica, o poder continuava nas mãos das velhas oligarquias, como "Justo Chermont no Pará, Rosa e Silva em Pernambuco, Coelho Rodrigues no Piauí, eram 'donos' de suas províncias e, com a República, assim permaneceram", como registra Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>69</sup>.

Neste mesmo ano, uns meses antes da instalação da República, morrera o fundador de *A Província*. Pouco depois, a viúva do Dr. Assis repassou suas cotas para o mais fiel amigo do proprietário; desse modo, Lemos passou a ser o único dono do jornal.

Era momento de se fortalecer, então Antonio Lemos parte para a organização de um partido forte, tendo como companheiros de Diretório o médico José Paes de Carvalho

---

<sup>68</sup> MOURA, Levi Hall de. *Esquema da origem e da evolução da sociedade paraense*. v. 1. Belém: Irmãos os Moura, 1957. p. 53. Conforme este autor, a criação dos partidos Operário e Nacional, frutos da cisão do Radical e Democrata causou medo até aos republicanos históricos que perseguiram ferozmente o Partido Operário chegando a empastelar o seu jornal, *A Tribuna Operária*.

<sup>69</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira - Da colônia à primeira República*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969. p. 87.

e os irmãos Pedro e Justo Chermont. Ao ausentar-se do Pará, Paes de Carvalho entregou a presidência do Partido Republicano a Antonio Lemos, que aos poucos foi adquirindo prestígio por uma série de razões, entre elas o fato de atender com deferência os intendentes do interior, o que geralmente era comentado com destaque no jornal lemista.<sup>70</sup>

Após a eleição de Paes de Carvalho para governador, em substituição a Lauro Sodré que governara até 1897, as divergências políticas ficaram acirradas, tendo Lauro Sodré e Justo Chermont se desligado do Partido Republicano para integrar-se à oposição. Toda essa trama política é narrada por Fernandes sem grandes comentários; talvez o biógrafo não quisesse mexer num vespeiro.

A força política de Lemos cada vez mais vai se afirmando. Foi eleito duas vezes Senador do Estado, sendo uma delas como membro do Congresso Constituinte do Pará. Também elegeu-se por cinco vezes intendente do Município de Belém, sendo escolhido pela primeira vez para este cargo em 22 de junho de 1897 ao derrotar o candidato do Partido Operário - João Pontes de Carvalho<sup>71</sup>, além de

---

<sup>70</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 26.

<sup>71</sup> Cf. SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1992. p. 223. Segundo Vicente Salles, Antonio Lemos era ligado por laços de amizade ao chefe do partido dos Artistas e Operários do Pará, o

acumular o cargo de Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional.

Aliás, o ano de 1897 não significou apenas o início de um poder que se estendeu por 14 anos, mas também no cenário nacional ocorreu a grande cisão do Partido Republicano, com reflexos na política de todos os Estados brasileiros. O rompimento de Francisco Glycério com o presidente Prudente de Moraes só veio a contribuir para tirar Lauro Sodré da liderança do Partido Republicano do Pará <sup>72</sup>. A nível estadual, ao lado do presidente da República ficaram Augusto Montenegro, Justo Chermont e Antonio Lemos, e ao lado de Glycerio ficou o governador do Pará, Lauro Sodré.<sup>73</sup> Essa briga dos caciques nacionais veio contribuir para o rompimento entre os líderes estaduais. Não tardou muito para Francisco Glycerio, na condição de chefe do novo partido - Partido Republicano Federal - visitar o Pará, sendo objeto de notícia na imprensa:

---

engenheiro Teodomiro Martins, que chegou a homenageá-lo no jornal do movimento operário.

<sup>72</sup> ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph Ed., 1976. p. 76.

<sup>73</sup> Lauro Sodré era paraense, positivista, Grão-Mestre da Maçonaria, engenheiro, doutor em Matemática e Ciências Físicas, foi secretário de Benjamin Constant nos Ministérios da Guerra e da Instrução Pública. Elegeu-se deputado constituinte pelo Pará, e nomeado governador opôs-se ao golpe de Deodoro da Fonseca de novembro de 1891. Foi candidato à Presidência da República em 1898, concorrendo com Campos Sales. Senador pelo Pará reelegeu-se em 1903 pelo Distrito Federal. Participou do golpe de outubro de 1904 para tentar

"Os que lêem pela sua cartilha já prepararam as costumeiras manifestações(...) O povo que será como sempre quem pagará o pato, verá de longe os perús trufflés e ouvirá o estouro da boa champagne(...) O povo, já se vê por curiosidade, comparecerá ao desembarque do sr. Glycerio, para ver se o donatário do Brasil é gordo ou magro, claro ou moreno, velho ou moço, alto ou baixo, bonito ou feio, e se traz muitas sacas de café para distribuir à pobreza como presente das armas (...)"<sup>74</sup>

Neste mesmo ano, Antonio Lemos associou-se a Antonio e Pedro Chermont, representantes de uma das oligarquias do Pará. Esta associação transformou A *Província do Pará* num dos jornais mais modernos da região. O jornal passou a ser impresso numa rotativa importada da Europa, ganhando nova feição gráfica, como também adquiriu um outro prédio mais amplo, situado no centro comercial da cidade, tornando-se o mais importante jornal do norte e nordeste do país<sup>75</sup>. Por questões políticas, essa sociedade rompeu-se em 1900, em decorrência da substituição do nome de Justo Chermont

---

derrubar o presidente Rodrigues Alves. Em 1917, volta pela 2ª vez ao governo do Pará.

<sup>74</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 06 de janeiro de 1897. Ao lado do Republicano Federal ficou o conhecido jornal *A República* e o Partido Republicano Paraense editou *O Pará*, que passou a ser o porta-voz dos republicanos paraenses. Ambos encerraram suas atividades no ano de 1900.

<sup>75</sup> Cf. ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. p 72.

para concorrer ao pleito estadual pelo Partido Republicano.

É *A Província do Pará*, juntamente com outro jornal de menor expressão, *O Pará*, que servirão de trincheira no processo de consolidação do poder quase absoluto de Antonio Lemos.

"Ele torna-se, desta sorte, um centro de vidas que para ele convergem, porque nele se inspiram e em torno dele gravitam (...) não é só a estima política do Partido Republicano que sufocadoramente circunda Antonio Lemos de um insistente e tumultuado afeto, mas o carinho pessoal de cada indivíduo, que uma vez lhe sentiu de perto a insinuante e poderosa influência."<sup>76</sup>

Valente de Andrade não compartilha da mesma idéia de Fernandes, ao se reportar à carreira política de Lemos. Dizia que a política era a única garantia de um futuro e que dela "havia de arrancar uma posição social eminente, para esmagar o frio orgulho dos aristocratizados políticos paraenses (...)"<sup>77</sup>

Na análise de Valente de Andrade, existem indícios de um velado preconceito contra Antonio Lemos. Além de

---

<sup>76</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 29.

<sup>77</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 151.

ser um forasteiro, não pertencia a nenhuma família ilustre do Pará<sup>78</sup>, e a importância dos laços familiares era uma prática estabelecida na política paraense que em nada diferia do contexto nacional. Embora pareça uma contradição do biógrafo que critica ferozmente as oligarquias, no caso de Lemos o problema é que ele era sobretudo um "não-paraense" que, segundo Valente de Andrade, havia formado uma oligarquia muito pessoal aqui no Pará.

No entanto não surpreende que, para Valente de Andrade, Antonio Lemos tenha sido um tirano, "um czar-mirim, um satrapa de sobrecasaca e cartola, do sultão, fardado de coronel da Guarda Nacional". Essa representação feita pelo autor denota o quanto o considerava um déspota, tanto que afirma que a suposta admiração que nutriam por ele não passava de um resultado da política de terror que havia implantado, haja vista que "de muita sala de visitas foi dependurado o retrato

---

<sup>78</sup>No Pará, essas famílias ilustres representavam verdadeiras oligarquias, embora isto não signifique que todas fossem originariamente proprietárias de terras como a família Chermont cujo primeiro membro, o Cel. Theodósio Constantino, chegou ao Pará no final do século XVIII, na condição de militar, tendo casado seu filho com uma moça de uma rica família latifundiária. A idéia de oligarquia está associada principalmente ao controle do poder político. Sobre as relações matrimoniais das elites no Pará, ver o artigo já citado de MARIN, Rosa Acevedo, e o trabalho de Mestrado de EMMI, Marília F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA, 1987.

de Lauro Sodré para ser substituído pelo de Antonio Lemos."<sup>79</sup>

Segundo Valente de Andrade, jornais do período afirmavam que havia capangas a serviço de Lemos, contratados para dar surras em quem desagradasse o intendente. Era uma espécie de "guarda-negra" que agia sob as ordens de um tal Antonio Marcellino, e este sob as ordens dos lemistas.

Um opúsculo publicado em 1915, provavelmente de autoria de Paulo Maranhão, jornalista da *Folha do Norte*, insinua a existência de outra "guarda-negra", formada pelos "mercenários intelectuais" que compunham o corpo redacional de *A Província*, chegando a afirmar que os dois grupos disputavam a eficiência em suas tarefas; o primeiro através do punhal, e o segundo usando a pena.<sup>80</sup>

Mesmo assim, Valente de Andrade reconhece a força política de Lemos, que no embate destronou o seu antigo correligionário, Lauro Sodré, político de expressão nacional. É sabido que Antonio Lemos não era membro da

---

<sup>79</sup> Cf. VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 175.

<sup>80</sup> MARTIUS. "O 29 de Agosto no Pará. Narrativa fiel do levante revolucionário de 1912, na capital paraense". Belém: Typ. da Papelaria Fonseca, 1915. p.07. Segundo Carlos Rocque, Marcus era o pseudônimo usado por Paulo Maranhão, inimigo figadal de Lemos e pela virulência do opúsculo suponho que Marcus ou Martius seja a mesma pessoa.

oligarquia paraense, porém possuía uma arma poderosa: o jornal *A Província do Pará*. Contudo, Valente de Andrade ressalta que essa vitória lemista ocorreu em consequência dos "adversários escrupulosos que sempre desdenharam lutar com certas armas."<sup>81</sup>

\* \* \*

As duas visões biográficas sobre Lemos estão colocadas. Elas são opostas, mas devem ser interpretadas no seu tempo. Carlos Fernandes era um jornalista de *A Província do Pará* que, além de ser subordinado a Antonio Lemos, considerava-se um homem grato ao intendente por ter lhe dado chances de chegar à redação do referido jornal, embora anuncie aos leitores de sua obra que ela nada tem a ver com o sentimento de gratidão pelo seu biografado. Afirma que a obra destinava-se àqueles que não conheciam pessoalmente o intendente, embora os que o conhecessem, naturalmente, o achariam muito breve em suas páginas para "uma vida tão pródiga de Virtudes"<sup>82</sup>, como foi a de Antonio Lemos. Ressalte-se que esta obra foi publicada em 1904, quando Lemos estava no auge de sua

---

<sup>81</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 175.

<sup>82</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 7.

administração, ao mesmo tempo em que as lutas políticas já eram contundentes no cenário político paraense.

No caso de *Evolução Política*, Valente de Andrade ressalta que a finalidade do livro não é tecer uma biografia de Antonio Lemos, e sim "um estudo da questão política através do critério econômico"<sup>83</sup>. Assim nos dois primeiros capítulos de sua obra discute as oligarquias e o panorama político nacional, aproveitando para mostrar o quanto o poder oligárquico era nefasto para o país, colocando como um dos exemplos a política lemista que se implantou no Pará. Esse "reverso da medalha" sugere que tal estudo foi construído "em coisas aparentemente insignificantes na tentativa de ver a realidade enquanto reflexo do eu"<sup>84</sup>. Não resta dúvida de que o autor está mais preocupado em demonstrar que Lemos era uma figura demoníaca do que recuperar o contexto em que o intendente exerceu o poder, como forma de compreender o discurso da modernidade que se instalou em Belém com a administração lemista. Vale lembrar que essa obra foi publicada em 1913, quando Antonio Lemos havia deixado o poder numa situação constrangedora, fruto da luta pelo poder

---

<sup>83</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 1.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 183.

político entre os partidários de Antonio Lemos e Lauro Sodré.

### 1.5. Das festas de aniversário ao exílio.

#### 1.5.1. 17 de dezembro é dia de festa na cidade.

As festas também serviram para reforçar a imagem do administrador sobre os cidadãos, fossem eles correligionários ou opositores. Antonio Lemos soube muito bem tirar proveito dessas ocasiões, como foi possível observar não somente através das biografias, mas também consultando os jornais da época.

O ilustre aniversariante de 17 de dezembro costumava fazer dessa data uma verdadeira celebração. Certamente que, por trás dos festejos, estavam os amigos e admiradores que sabiam muito bem explorar a vaidade do intendente.

Com a finalidade específica de comemorar o aniversário de Lemos foram criados verdadeiros clubes de honra, como o "União e Perseverança" e "União e Firmeza", que contavam com o apoio de *A Província do Pará*.<sup>85</sup> A

---

<sup>85</sup> Existiam outros clubes dessa natureza, como a Liga Política Senador Lemos, Liga Política e Operária Senador Lemos, Club Beneficente Antonio Lemos, Grupo Político 7 de Setembro, Escola Literária Antonio Lemos.

organização dessas associações seguia a estrutura de clubes com seus cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro, orador e, em alguns, até o cargo de adjunto de orador. A constatação de que nesses clubes o cargo de presidente era sempre ocupado por um militar, conforme pode-se observar no quadro seguinte, revela-nos uma permanente ligação com o passado que possivelmente Lemos fazia questão de preservar ou cultivar.

CLUBE	PRESIDENTE	PROFISSÃO
União e Perseverança	Antonio Pinto Xavier	Major
União e Firmeza	Juvêncio Sarmiento Tavares e Silva	Coronel
Liga Política Senador Lemos	Miguel Fontello	Tenente-Coronel

Fonte: Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará. Indicador para 1904-1905. Pará: F. Cardoso & Co., 1904.

A data de aniversário de Antonio Lemos já fazia parte do calendário da Intendência, assumindo ares de comemoração cívica; os festejos eram quase sempre comparados com "as pompas das festas cívicas de Athenas"<sup>86</sup>, numa alusão à imponente e à reverência aos símbolos de caráter patriótico dando uma dimensão olímpica à figura do intendente. O próprio Lemos assim pensava, tanto que em seu relatório do ano de 1907 transcreveu o que um jornal da cidade, provavelmente o de sua

propriedade, havia publicado no dia de seu aniversário daquele ano:

"O dia 17 de dezembro tornou-se com efeito, no Estado do Pará um dia de regozijo geral, um feriado popular, em que todos, em um conceito unanime, procuram patentear a sua gratidão a este cidadão."<sup>87</sup>

Os festejos começavam com o toque da Alvorada, com a presença das bandas de música do Corpo Municipal dos Bombeiros, do Corpo do Regimento Militar do Estado e da Infantaria do Exército. Quando o toque das fanfarras e as girândolas eclodiam no ar, o povo vinha às ruas, "bando de operários levam a certeza magnífica da popularidade e da homenagem sincera do trabalho ao invicto cidadão."<sup>88</sup>

Em seguida, havia missa rezada em louvor à vida, da qual todos aqueles que quisessem cair ou permanecer nas boas graças do aniversariante deveriam participar, segundo Valente de Andrade.<sup>89</sup> Posteriormente, o homenageado dirigia-se à sua casa para ler as mensagens enviadas pelos amigos e correligionários provenientes de todos "os ângulos do país" - eram telegramas, cartas ou

---

<sup>86</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 62.

<sup>87</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908. p. 7.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p.30.

cartões de visitas; recebia também os presentes que lhe eram ofertados. Pelo que Carlos Fernandes revela, formava-se na casa de Lemos um verdadeiro "museu de preciosidades", que podia conter uma soberba medalha de ouro ou até mesmo "airosas estatuetas que trazem a idéia da glória mitológica de Ceres e Diana"<sup>90</sup>.

No aniversário do ano de 1902, vários presentes foram colocados em exposição nas lojas da cidade:

"No 'Palais Royal' está em exposição um presente que vai ser oferecido ao senador Antonio Lemos, pelos empregados da Recebedoria, no dia de seu aniversário natalício. Na casa Krause & irmãos também se acha em exposição outro presente (...)." <sup>91</sup>

O hábito dos subalternos serem obrigados a demonstrar a afeição pelo chefe político no dia de seu aniversário vai ser objeto de gozação e de crítica em periódicos de circulação nacional. Em 1911, a revista *O Malho*, do Rio de Janeiro, ridicularizou essa prática através de uma *charge* que enfatizava a imagem de Lemos como o "tutu" do Pará. Contudo, não é de causar estranhamento essa bajulação que ocorria por ocasião do

---

<sup>89</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 182.

<sup>90</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 30.

<sup>91</sup> *O Notícias*. Belém, 10 de fevereiro de 1902.

aniversário do intendente. Sendo Lemos um aristocrata, torna-se compreensível que através dessa prática, largamente usada pelo Imperador, o chefe político que se identificava com o comportamento da aristocracia quisesse estabelecer uma tradição que deveria ser usada em benefício de seu projeto político.



Fonte: Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 14/05/1911.

No dia seguinte, *O Notícias*, além de divulgar as homenagens ao intendente, destacava o programa executado na sessão solene promovida pelo Clube União e Perseverança, no Instituto Carlos Gomes:

- "I - Marcha da ópera 'Aida', pela banda do corpo de bombeiros municipais, sob a direção do professor Cincinato de Souza.
- II - Leitura do relatório pelo presidente Ricardo José de Oliveira Santos.
- III - Capricho Moraima
- IV- Posse dos novos funcionários
- V- Phantasia "Sinos de Corneville
- VI- Discurso do orador oficial dr. Paulino de Brito
- VII- Marcha "Lourenço Motta"
- VIII- Encerramento da Sessão pelo presidente dr. Manuel da Silva Villaça
- IX- Paso doble "La banda Trampetas"<sup>92</sup>

Os festejos patrocinados pelo Clube União e Perseverança incluíam também uma publicação anual denominada "17 de dezembro", cujas páginas eram consagradas ao caráter e à vida do homenageado, como podemos verificar na foto, na página seguinte, que

---

<sup>92</sup> *Idem*, 18 de dezembro de 1902. Paulino de Brito era um poeta amazonense, orador e gramático tendo inclusive publicado uma cartilha que até a década de 40 foi utilizada nas escolas primárias de Belém.

reproduz a capa do exemplar de 1902.<sup>93</sup> Todos aqueles que se consideravam amigos ou admiradores do intendente escreviam poesias, notas de júbilo e louvor pela data, enfim, era um desfiar de louvações como: "Ao venerando chefe", "Ao grande estadista", "Ao proeminente senador", "Ao ilustre patriota", "Ao Benemérito", quando não comparavam-no a Napoleão "com o peito inexpugnável diante das pirâmides do Egito".



Fonte: IHGSP

---

<sup>93</sup> Essa publicação especial era volumosa, às vezes chegava a ter mais de cem páginas. Nesse ano, o jornal anunciava que o exemplar "estava artisticamente envolvido numa bela capa, bordada pela senhorita Amalia de Almeida."

Durante o período em que Antonio Lemos foi um poderoso chefe político, além de ser o intendente de Belém, os áulicos não cansaram de homenageá-lo através dessas poliantéias, que circulavam no dia de seu aniversário. Para termos uma idéia, o quadro seguinte registra alguns desses exemplares:

TÍTULO DOS JORNAIS	DATA	TIPOGRAFIA	LOCAL
ANTONIO LEMOS	17/12/1898	C. WIEGANDT	Belém
A PROVÍNCIA DO PARÁ	17/12/1900	A PROVÍNCIA DO PARÁ	Belém
SENADOR LEMOS	17/12/1901	INSTITUTO LAURO SODRÉ	Belém
BOMBEIRO MUNICIPAL	17/12/1902	GILLET BRITO & Ca.	Belém
17 DE DEZEMBRO	17/12/1902	—————	Belém
BOMBEIRO MUNICIPAL	17/12/1903	GILLET BRITO & Ca.	Belém
VIA LACTEA	17/12/1903	A PROVÍNCIA DO PARÁ	Belém
17 DE DEZEMBRO	17/12/1908	—————	Monte Alegre

Fonte: IHGSP. Catálogo de Jornais Paraenses. Anotações Inéditas de Theodoro Braga.

Politicamente, essas comemorações significavam o momento de reafirmar a autoridade de Lemos. A bajulação feita em torno desse evento serviu para reforçar a "política do favor", que perpassou toda a administração lemista. Aqui faço uma alusão à política que se estabeleceu na administração de Lemos, quando tornou-se comum agraciar amigos e parentes com concessões para

exploração de serviços urbanos ou execução de obras, questão que analisarei mais adiante.

Os biógrafos de Lemos são generosos nos detalhes desse evento anual que pode ser interpretado como mais um instrumento de autopromoção. A figura de Antonio Lemos precisava ser anualmente revigorada, além de permitir que ao envolver-se pessoalmente nessas comemorações, essas imagens fossem reforçadas. Lemos chegou a transcrever em seus relatórios notícias dessas comemorações, nas quais o povo não aparece. Os convidados eram políticos, intelectuais, militares, enfim, pessoas de sua relação de amizade e o cardápio oferecido era escrito em francês, como o do almoço ocorrido em 1908.

"No Hotel Paris reuniram-se ontem vários amigos do sr. Senador Antonio Lemos, em almoço íntimo, para comemorar a data de seu aniversário natalício. Tomaram parte no almoço o Senador Indio do Brazil, Deputados Rogério Miranda, Paulino de Brito (...) Foi servido o seguinte menu: Hors d'oeuvre, poison; Entrée: grillé; légumes; dessert: fruit fromages; vins, champagnes; eaux minérales, café et liqueurs."<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909. p. 331.

No relato de Fernandes, outras imagens são superpostas para justificar a popularidade do intendente. O culto a Antonio Lemos envolvia pessoas de todas as profissões, podendo ser observado com mais vigor na redação de seu próprio jornal, no qual era considerado "patrono de artistas e letrados", pelos jornalistas de plantão. Para cultivar ainda mais a sua vaidade, chamavam-no de o "Mecenas paraense", como fazia questão de enfatizar o cronista João Marques de Carvalho, que chegou a ser diretor de redação de *A Província do Pará*. Sobre esse aspecto da vida de Lemos focalizarei com mais detalhe no segundo capítulo.

Já ilustramos alguns desses mecanismos de construção de imagens a partir de biografias que lhe foram contemporâneas. Agora, é importante percorrer o caminho do confronto político que redundará no fim do período de glória vivenciado pelo intendente Antonio Lemos, justamente para evidenciar o embate que se estabeleceu entre a imagem que Lemos construiu para si e a que seus opositores tentavam impor.

### 1.5.2. A queda do "Cavour"<sup>95</sup> paraense: uma única versão?

Seria necessário retomar os acontecimentos que levaram ao fim do prestígio político de Antonio Lemos? A resposta envolve a recuperação de alguns indícios fundamentais para o entendimento da construção de uma carreira política vinculada à edificação de uma imagem que deveria fixar uma dada memória do intendente.

Sobre os acontecimentos que levaram à queda de Lemos, tanto as notícias da *Folha do Norte* como os escritos de Valente de Andrade, Ricardo Borges, autores que foram contemporâneos aos acontecimentos, até Carlos Rocque, confirmam apenas uma única versão dos fatos. O jornal *A Província do Pará* não pôde dar testemunho do ato final por ter sido incendiado na noite de 29 de agosto de 1912, dia em que a cidade estava amotinada em decorrência do suposto atentado sofrido por Lauro Sodré, que havia chegado ao Pará depois de uma ausência de 10 anos. Assim, utilizei-me das biografias sobre Lemos e de outras fontes contemporâneas ao evento, usando tanto quanto possível um método de entrecruzamento de informações para compreender

---

<sup>95</sup> Os desafetos de Lemos fizeram uma analogia à figura de Cavour, do processo de unificação italiana, no sentido de designar aquele que pretendia ampliar seu poder extrapolando os limites do município de

os elementos apontados como responsáveis pelo fim do predomínio da chamada "oligarquia dos Lemos"<sup>96</sup>.

As construções elaboradas sobre os acontecimentos de 1911 e 1912, todas lançando responsabilidades a Lemos, se transformaram numa imagem unívoca daquele evento, encontrando, mais tarde, legitimidade na obra de Carlos Rocque sobre a época de Antonio Lemos. Enquanto tudo isso acontecia no Pará, o leitor talvez pergunte onde estava Carlos Dias Fernandes, autor da primeira biografia? O ilustre jornalista estava bem distante da tragédia que ocorria com seu biografado. Carlos Fernandes encontrava-se, em 1912, no Rio de Janeiro, depois de ter passado alguns anos na Europa e, pasmem, algum tempo na prisão em Pernambuco acusado de ter falsificado estampilhas, embora tenha terminado por receber um indulto do presidente Epitácio Pessoa.<sup>97</sup>

Político de extrema habilidade, Lemos envolvia-se intensamente com os afazeres do ofício, desde receber os correligionários e eleitores até os intendentess do interior, tarefa que os grandes caciques da política,

---

Belém . A *Folha do Norte* não o poupava nessa comparação, chamando-o de "florido Cavour indígena".

<sup>96</sup> Assim se referia o jornal carioca *Correio da Manhã*. Sílvio Romero chamava de a "dinastia dos Lemos", numa alusão a Antonio Lemos e seus parentes que exerciam forte influência no poder municipal.

como Lauro Sodré e Paes de Carvalho, até então consideravam de menor prestígio. Foi esse "devotamento" partidário que garantiu ao intendente experiência no jogo político, ao ponto de assumir, em 1900, o importante cargo de chefe do Partido Republicano Paraense. Os biógrafos de Lemos são unânimes em ressaltar a astúcia política do biografado, tanto que Carlos Fernandes enfatiza que Antonio Lemos era a própria personificação do "método das junções políticas."<sup>98</sup>

Já vimos que foi eleito para diversos cargos, embora seja no papel de intendente municipal que irá consolidar a carreira de estrategista político. Ainda em 1900, a 22 de junho, Antonio Lemos, enfrentando os lauristas, reelegeu-se intendente, além de conseguir eleger três quartos da Câmara Municipal. Segundo os autores aqui citados, tudo indicava que a consolidação da força do Partido Republicano paraense culminaria, em novembro de 1900, com a eleição de Justo Chermont para o cargo de governador do Estado, pois em novembro de 1898 o irmão do sócio e correligionário de Lemos fora lançado pelo Partido Republicano, em suntuoso banquete ocorrido no Teatro da Paz. No entanto, foi por ocasião da

---

<sup>97</sup> TAVARES BASTOS, C. *O Simbolismo no Brasil e outros escritos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1969. p. 36.

<sup>98</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 23

inauguração do monumento do Frei Caetano Brandão que ocorreu um episódio que daria outro rumo na composição política do Partido Republicano. Aspectos importantes desse incidente nos ajudarão a entender o jogo político armado por Lemos e seus desdobramentos, culminando em 1910, com uma série de incidentes cruciais para a renúncia do senador ao cargo de intendente de Belém ocorrida em 1911.

Era manhã do dia 15 de agosto de 1900, Paes de Carvalho, governador do Pará, havia sido convidado para inaugurar o monumento do Frei Caetano Brandão. Ao descerrar o pano, deparou-se com um cartaz que lançava Augusto Montenegro ao cargo do executivo estadual.<sup>99</sup> A situação constrangedora para todos os presentes não deixava dúvidas de que por trás daquele episódio estava Antonio Lemos. A certeza era tanta que, à noite, Lemos discursou numa concentração política bastante concorrida, todos talvez interessados em saber se naquele momento ele lançaria a candidatura de Montenegro; mas nada aconteceu. O grande chefe republicano limitou-se apenas a discursar sobre fidelidade partidária.

---

<sup>99</sup> ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph. Ed., 1976. p.94.

Os jornais do dia seguinte noticiavam o sucesso da manifestação com a presença de pessoas vindas de trens da zona bragantina, de vapores e "também em pequenas embarcações procedentes de localidades ribeirinhas, pouco afastadas desta capital(...) vinham para a glorificação do mestre."<sup>100</sup> Essas notícias serviam para corroborar o prestígio de Lemos fora da capital e convencer os leitores e eleitores da força política do intendente. Ou seja, através de estratégias de alianças com chefes políticos do interior, Lemos estabelecia uma projeção política que ia além das fronteiras da Intendência.

Voltando a esse incidente, ocorrido por ocasião da inauguração do monumento do Frei Caetano, o mesmo contribuiu para o rompimento de Lemos com o político Justo Chermont e com seus irmãos que eram sócios de Lemos em *A Província do Pará*. Para a quebra do acordo político com Chermont existem várias versões, uma delas dizendo respeito à separação de Justo Chermont da filha do Dr. Assis, o responsável pela iniciação de Lemos na política. Antonio Lemos, ao que parece, teria vingado o seu protetor. A outra versão sugere que eleger Montenegro era muito mais seguro para a estratégia política de Lemos do que um Chermont, que mantinha laços de amizade com Lauro

---

<sup>100</sup> *O Pará*. Belém, 16 de agosto de 1900.

Sodré, seu maior opositor. Sobre essa troca de candidatos existem suspeitas de que Campos Sales, colocando em prática a "política dos governadores", teria influenciado na escolha por não confiar em Justo Chermont, por ser este mais afinado politicamente com Rosa e Silva, que era o vice-presidente da República. Na ocasião, o presidente e seu vice estavam em choque fazendo com que Campos Sales ordenasse a escolha de Augusto Montenegro, que era da confiança dele, presidente.<sup>101</sup> A interferência na política dos estados reproduz a mesma política coronelista que existiu nas províncias do Império, resultado de uma República instalada sobre as bases de um mandonismo que vinha desde o tempo da monarquia.<sup>102</sup>

Somente no mês de setembro é que Lemos convocou o congresso partidário para decidir a candidatura ao governo estadual, tendo os congressistas apontado, ou melhor, referendado, o nome de Augusto Montenegro. Justo Chermont, neste momento, encontrava-se no Rio de Janeiro compondo a bancada paraense na Câmara de Deputados e, ao saber da exclusão de sua candidatura, voltou a Belém para exigir do partido o cumprimento da homologação feita em

---

<sup>101</sup> SILVA, Hélio. *Os Presidentes - Venceslau Brás*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983-1984. p. 99.

<sup>102</sup> Sobre mandonismo ver QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *op. cit.*

1898. A partir de então, travou-se uma acirrada polêmica através da imprensa entre Justo Chermont e Antonio Lemos.

Lauro Sodré, aproveitando essa cizânia, indicou Chermont a candidato nas eleições para o governo do Estado pelo Partido Republicano Federal, além de vir pessoalmente a Belém para participar da campanha do mais novo aliado. Instalou-se no Estado um violento confronto através da imprensa, envolvendo os patronos dos partidos; de um lado *A Folha do Norte* e *A República*, trincheiras lauristas e, de outro, *A Província do Pará*, quartel-general de Antonio Lemos.<sup>103</sup>

No pleito final de janeiro de 1901, Augusto Montenegro disparou na contagem de votos, sendo eleito juntamente com Lyra Castro. Essa vitória sobre Lauro Sodré firmou o prestígio e a força de Antonio Lemos no cenário político paraense.

A movimentação das pedras nesse jogo político ainda não havia terminado. Em 1903, Antonio Lemos, na condição de presidente da comissão Executiva do Partido Republicano, propôs aos correligionários uma reforma

---

<sup>103</sup>Em decorrência dessa quebra de acordo eleitoral, os irmãos Chermont se retiraram da sociedade que tinham com Lemos em *A Província do Pará*, deixando o referido jornal de circular por seis meses. No dia 1º de maio de 1901, depois de indenizar os sócios, os

constitucional, alegando que o documento que regia o Estado ainda não tinha se adequado ao novo regime implantado no país. Essa proposta iria desencadear uma avalanche de críticas tanto na imprensa como no Senado. Desconfiava-se que Lemos queria alterar o dispositivo que proibia a candidatura de pessoas que não fossem paraenses ao cargo de governador do Estado. Tendo o Bosque Municipal como cenário, os representantes de todos os municípios reuniram-se em Congresso<sup>104</sup>. Na ocasião, ouviram de Lemos o motivo da convocação, usando a justificativa de que tratava-se de uma "palestra sobre assuntos de ordem política e partidária".<sup>105</sup> O conteúdo do discurso não deixava dúvidas:

"não é possível que devamos por mais tempo continuar sem a revisão que reclama o código da nossa Constituição estadual (...) o que não é razoável nem patriótico é que, decorridos já doze anos, após o memorável 22 de junho de 1891, deixemos ainda para mais tarde a revisão que será o complemento daquela obra."<sup>106</sup>

---

gazeteiros de *A Província* voltaram às ruas. Ver ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph, 1976.

<sup>104</sup> Em comemoração a esse evento foi inaugurado um monumento em 17 de dezembro de 1906.

<sup>105</sup> Cf. editorial de *A Província do Pará* apud FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 55-58.

<sup>106</sup> LEMOS, Antonio. Discurso pronunciado no Bosque Municipal, em 15 de agosto de 1903. Belém: *A Província do Pará*, 1903. p.5-6.

O discurso de Lemos, e a estreita ligação que tinha com os políticos do interior, propiciou a apresentação de uma proposta feita pelo intendente de Cametá, o Coronel José Heitor de Mendonça, que em nada agradou o chefe do Partido Republicano Paraense. Esta proposta, contendo várias assinaturas, apoiava a exclusão do dispositivo constitucional referente à obrigatoriedade da naturalidade paraense aos candidatos a chefe do Estado. Imaginavam os correligionários de Lemos que, talvez, a sua grande aspiração política fosse concorrer ao governo do Estado, e portanto, nada melhor do que agradar o chefe político com essa estratégica mudança na constituição estadual.

Registra o biógrafo Carlos Fernandes e mais tarde, Carlos Rocque corroborou a contundência com que Lemos reagiu a semelhante proposta, inclusive não permitindo sequer que fosse discutida. Ele ameaçou dissolver o congresso diante da insistência do proponente e dos demais que compartilhavam a idéia. Diante dessa atitude enérgica do líder, a proposta foi retirada, causando surpresa em seus opositores. Os motivos de Lemos para não concordar com a mudança do dispositivo constitucional que o impedia de concorrer ao governo do Estado necessita de uma explicação.

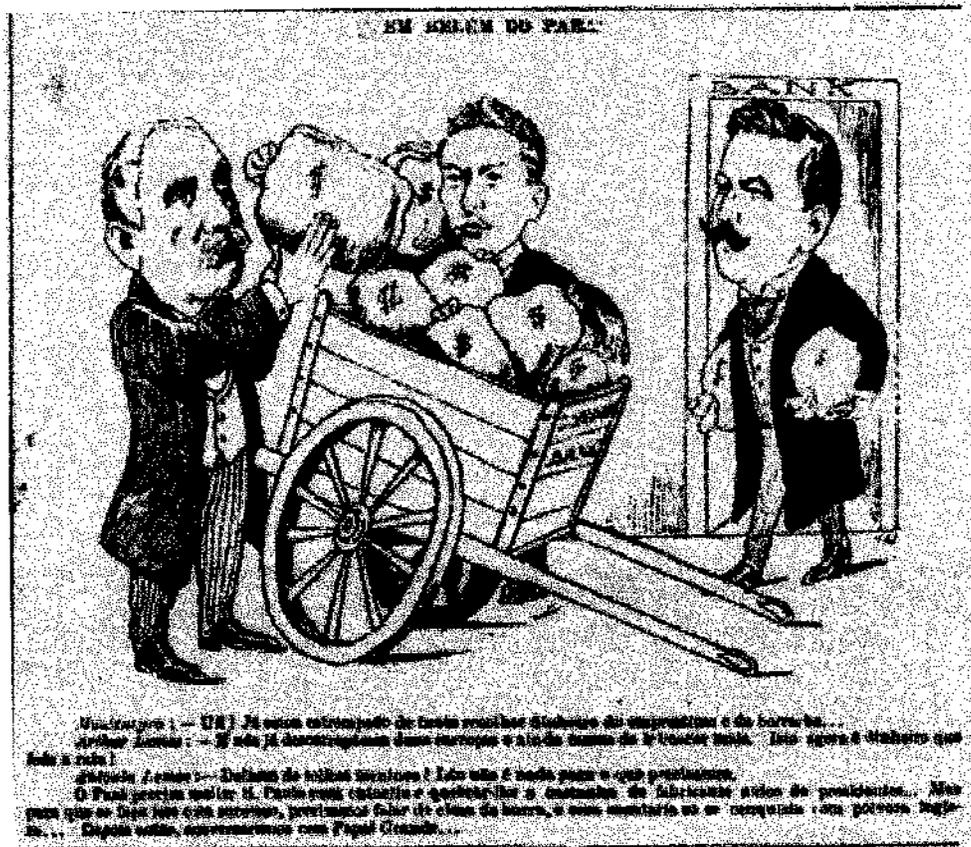
De acordo com a Constituição Estadual, era proibida a reeleição do governador. Ao findar o quadriênio de Montenegro, Lemos resolveu convocar o Congresso do Partido Republicano para propor uma emenda referente à reeleição, que deveria depois ser submetida ao Congresso Legislativo. Pensava o chefe político que "O alargamento por meio da reeleição do período governamental tão curto para os bons governos"<sup>107</sup> era necessário para a continuação de uma "administração exemplar", como a do Dr. Augusto Montenegro. A emenda foi apresentada e aprovada, permitindo, desse modo, a candidatura de Montenegro e posteriormente a vitória. O novo período governamental de Augusto Montenegro iniciou em fevereiro de 1905 e se estendeu até o início de 1909.

Essa aliança política vai ser objeto de várias críticas feitas pelos opositores de Lemos. Serviu de inspiração para algumas *charges* que saíram na revista *O Malho*. A *charge* apresentada logo a seguir fazia alusão aos planos dos grandes chefes políticos locais para a ocupação do cargo de presidente da República, aliás o que Valente de Andrade também comentou em sua obra de 1913. Não devemos esquecer, também, que as forças políticas da região, que haviam apoiado a instituição do regime

---

<sup>107</sup> *Ibidem*.

republicano, sentiam-se alijadas da estrutura do poder nacional, apesar da importância econômica da Amazônia.



Fonte: Revista O Malho. Rio de Janeiro, 15/04/1905.

Montenegro: *Uff! Já estou estrompado de tanto recolher dinheiro dos empréstimos e da borracha.*

Arthur Lemos: *É, nós já descarregamos duas carroças e ainda temos de ir buscar mais. Isto agora é dinheiro que fede a rato!*

Antonio Lemos: *Deixem de tolices meninos! Isto não é nada para o que precisamos. O Pará precisa meter São Paulo num chinelo e quebrar-lhe a castanha de fabricante único de presidentes... Mas para que se faça isso com sucesso, precisamos falar de cima da burra, e essa montaria só se conquista com pólvora inglesa... Depois então, conversaremos com Papai Grande.*

A dobradinha entre Lemos e Montenegro vai durar mais dois anos. Segundo Valente de Andrade, o governador foi-se cansando do domínio de Lemos, apesar de ser a suprema figura constitucional do Estado, além de sentir-

se ferido em seu orgulho de paraense nativo.<sup>108</sup> O rompimento ocorreu algum tempo depois da escolha do sucessor de Augusto Montenegro. A lista apresentada a Montenegro pelo diretório do Partido Republicano era composta de três nomes: Antonio Acatauassu Nunes, Juiz Federal; Geminiano de Lira Castro, médico, ex-deputado, senador e vice-governador do Estado e João Antonio Luiz Coelho, engenheiro, professor aposentado do Liceu Paraense, e que durante muitos anos exercera o cargo de secretário da Intendência.

Segundo Ricardo Borges<sup>109</sup>, Augusto Montenegro, apesar de ser amigo dos três candidatos, escolheu João Coelho, por ser mais ajustado politicamente a Antonio Lemos. Um dos biógrafos de Antonio Lemos, Carlos Rocque, apresenta outra explicação ao afirmar que João Coelho foi escolhido por Augusto Montenegro, apesar de ser o terceiro da lista, por ser o único capaz de enfrentar o intendente, justamente por saber de todas as artimanhas políticas de seu ex-chefe.<sup>110</sup>

Diante destas duas versões, aqui cabe uma pergunta: Antonio Lemos apoiaria um candidato que, mesmo sendo seu

---

<sup>108</sup>VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 179.

<sup>109</sup>BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano, 1824-1929. Ensaio Histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983. p.191-192.

antigo e fiel correligionário, era seu "secretário" desde o início do primeiro mandato? Talvez. No jogo das possibilidades aparece um problema: João Coelho na Intendência era apenas um funcionário. Sendo assim, seria impensável para Lemos, que mantinha muito claro o discurso de preservação da hierarquia entre pessoas e classes, se relacionar com um futuro governador, que, até então, não passava de um subalterno seu. Essa era uma questão que tinha muito a ver com a concepção de hierarquia que Lemos adquirira nas Forças Armadas. As rígidas concepções hierárquicas de Lemos aparecem também em sua oposição ao estabelecimento de igualdade social entre patrões e empregados, como argumenta em seu relatório de 1904.

"Não se conhecem entre nós as linhas divisórias das classes. E a preconizada igualdade democrática é, aos olhos de muita gente, o nivelamento absoluto dos indivíduos que não a severa e completa identidade de direitos e deveres dos cidadãos perante a lei, guardadas embora as distinções, esferas, hierarquias e gradações sociais."<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup>ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. 2 ed. Belém: Cejup, 1996. p.265.

<sup>111</sup>LE MOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905. p. 156.

Pois bem, o candidato Acatauassu Nunes, ilustre Juiz Federal, e pertencente a uma das oligarquias do Pará, ao ser preterido, apesar de ser o primeiro da lista, rompe com Lemos e Montenegro. Esse dado é fundamental, visto que na política paraense, que não difere muito da nacional, era quase uma norma estabelecida que os pares concorrentes nas eleições deveriam ser "iguais", ou seja, somente pessoas de "estirpe", sobretudo bacharéis em direito ou médicos, poderiam exercer os cargos políticos.

João Coelho, mesmo tendo cursado engenharia na Escola Nacional de Minas, em Paris, graças a uma bolsa de estudos concedida pela Assembléia Legislativa da Província, ao chegar em Belém dedicou-se mais à política e ao magistério. Eleito Governador do Estado, na condição de candidato único, João Coelho assumiu o cargo a 1º de fevereiro de 1909.

No final de 1910, a crise interna no arraial republicano conservador tornara-se pública com a rebeldia do vogal lemista Virgílio Mendonça<sup>112</sup>, que se negara a votar favoravelmente a mais uma das concessões que Lemos costumava dar a familiares e protegidos. Essa atitude

encorajou outros membros do Conselho Municipal a votar contra os interesses do intendente, sobretudo a oposição. Essa versão é compartilhada tanto por Borges como por Valente de Andrade e Carlos Rocque.

A situação de confronto ao lemismo já era uma realidade no Estado desde a cisão do Partido Republicano. A oposição fazia-se através da imprensa, no noticiário da *Folha do Norte*, e agora através do Conselho Municipal, que sempre fora manipulado por Antonio Lemos. A insatisfação com a política de concessões adotada por Lemos extrapolou os recintos da edilidade chegando às ruas com o famoso incidente das latas de lixo, objeto de uma concessão, que abordarei mais adiante. Para evitar que a população colocasse lixo nas calçadas ou nas caixas de papelão, Antonio Lemos exigiu que o lixo fosse acondicionado em latas herméticas, medida necessária à manutenção da higiene da cidade. No entanto, o problema estava na regulamentação do uso desse recipiente que, de maneira geral, era repudiado pela população.

As medidas saneadoras baixadas pela Intendência eram vistas de maneira extremamente antipática pela população, considerando que sempre representavam taxas a

---

<sup>112</sup>Virgílio de Mendonça era político leal a Lemos, tendo sempre

serem pagas pelos trabalhadores, como, por exemplo, as latas de lixo que custavam 20\$000 a unidade, além de serem facilmente deterioráveis.

Para aprofundar um pouco mais essa discussão, vejamos o caso da Empresa Americana de Veículos, concessionária de carrocinhas. Através de um acordo firmado com a Intendência, os vendedores ambulantes só poderiam exercer suas atividades desde que usassem as carrocinhas dessa empresa. O problema é que o aluguel desses veículos era muito caro, além de exigir taxas de depósito ao firmar o contrato. Daí o comércio ambulante continuar a ser feito em tabuleiros, o que geralmente ocasionava apreensão da mercadoria pelos fiscais da Intendência. Essa medida era um trunfo nas mãos da oposição que a utilizava para incitar a população contra o governo lemista.

Voltemos ao episódio das latas de lixo. No mês de dezembro de 1910, pessoas que passavam pela área comercial, ao verem na beira da calçada as latas desprezadas pelos comerciantes, em sinal de protesto a essa obrigatoriedade, resolveram investir contra as

---

exercido o cargo de secretário no Conselho Municipal.

latas, gerando um verdadeiro tumulto, como relata Valente de Andrade:

"A algazarra fez chegar mais gente e, no incitamento do sucesso, sob aplausos, o grupo, já bastante numeroso sai, num ímpeto pelas outras ruas, à procura de mais latas herméticas para inutilizá-las a pau, pontapés, a pedradas. Aparece a polícia civil e pouco depois a cavalaria. Os ânimos exaltam-se. A polícia civil não é atendida nas suas exortações à calma, à ordem e a polícia a cavalo dá uma carga, para dispersar os amotinados. Há conflito e vários feridos."<sup>113</sup>

Este é o início de uma série de incidentes que marcam o fim do período lemista. A população continuava a promover distúrbios, partindo, agora, para o incêndio de quiosques que também são explorados por concessionários, geralmente amigos ou parentes, como o filho de Lemos, Antônio Pindobussú<sup>114</sup>. Para todos os autores citados, a partir desses acontecimentos estava claro que seria difícil segurar a população. O registro de Theodoro Braga, artista, amigo e protegido de Lemos e que presenciou os acontecimentos, se constitui numa voz dissonante ao considerar o episódio um movimento de

---

<sup>113</sup>VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 196.

<sup>114</sup>Antônio Pindobussú de Lemos era ainda proprietário de uma revista, *A Semana*, que circulou em Belém a partir de 1909, e do periódico *O Dia* que circulou no período de 10 de abril a 30 de maio de 1911.

arruaceiros nas ruas de Belém, insuflados pelos "cabecilhas da oposição política".<sup>115</sup>

A oposição a qual se refere Theodoro Braga é encabeçada pela *Folha do Norte*, que passou a contar com o jornal *O Estado do Pará*, sob a direção de Fulgêncio Simões e do ex-lemista Virgílio Mendonça. A cidade foi bombardeada por panfletos, boletins, libelos, pasquins, todos incitando o povo a derrubar o governo lemista. *Meetings* são convocados:

AO POVO!

"Convida-se o povo para um *meeting*, domingo dia 11 de junho de 1911, às 4 horas da tarde, na praça da República para que se possa deliberar sobre a partida clandestina do "Cavour" que se eclipsa sem dar satisfação dos seus escandalosos atos.

Ganganelli"<sup>116</sup>

Em março de 1911, na reabertura do novo período do Conselho Municipal, Lemos deixou de comparecer às sessões e no dia 13 de junho, não resistindo às pressões

---

<sup>115</sup>Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). BRAGA, Theodoro. Anotações inéditas. Ainda sobre esses acontecimentos, Theodoro Braga registra que a sublevação alastrou-se por vários bairros de Belém e que a polícia tornou-se impotente diante da massa amotinada. Registra ainda que dos quiosques existentes na cidade, apenas quatro escaparam do incêndio.

<sup>116</sup>IHGP. Coleção Palma Muniz. Boletins impressos. Ganganelly era o pseudônimo de Saldanha Marinho, ex-deputado pelo Partido Liberal. cf. FIGUEREDO, Aldrin Moura de. op. cit., p. 66.

políticas, enviou ao Conselho Municipal uma carta renunciando ao cargo, nos seguintes termos:

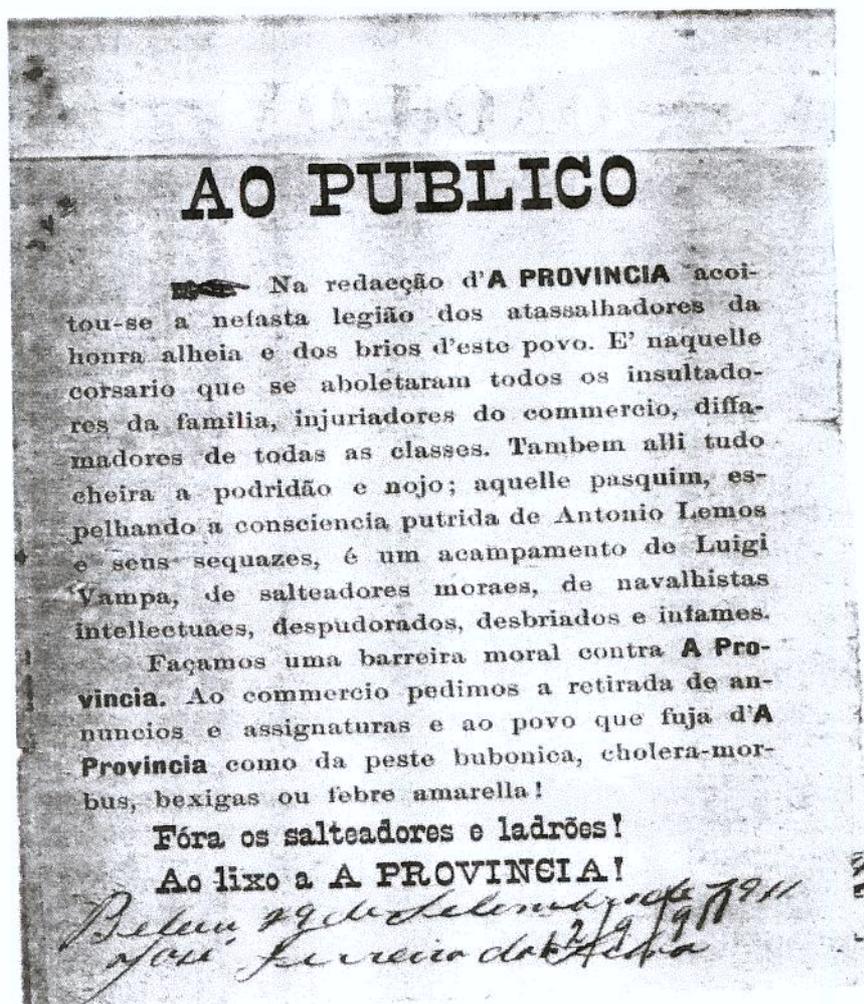
"Senhores. Cumpro o dever de comunicar-vos que resolvi renunciar o mandato de intendente municipal de Belém, com o qual, por cinco vezes, honrou-me o Partido Republicano. Aproveitando-me desta oportunidade, quero manifestar-vos, srs. Vice-presidente e mais membros do Conselho Municipal de Belém, os meus sinceros agradecimentos pelas ininterruptas provas de consideração e apreço que me conferistes, durante o exercício desse mandato.

Recebei, srs. Vice-presidente e mais membros do Conselho, a ratificação de minha estima. Antonio José de Lemos."<sup>117</sup>

Segundo a notícia do jornal oposicionista, ao término da leitura feita pelo vogal Sr. Virgílio Mendonça, as pessoas que assistiam à sessão, das galerias, deram uma salva de palmas. Mesmo após a renúncia de Lemos, os panfletos não cessaram. Eram ataques dirigidos ao senador e ao grupo de *A Província do Pará*.

---

<sup>117</sup> *Folha do Norte*. Belém, 13 de junho de 1911.



Fonte: IHGP. Coleção Palma Muniz

Buscando insuflar a população contra os lemistas, comparavam-nos às mais devastadoras epidemias, como a "peste-bubônica", a "cólera-morbus", "bexiga" e outras. Era preciso expurgar da sociedade esses males que se aboletavam no "pasquim que espelhava a consciência pútrida de Antonio Lemos", escreviam os adversários. Conclamavam toda a população, desde generais, comerciantes, médicos até os operários a não comprarem um só exemplar do jornal lequista.

Torna-se evidente que ao comparar Antonio Lemos e seus sequazes à peste, os panfletários estavam colocando para a população o quanto a presença de Lemos e de *A Província* era devastadora e letal, sendo por isso necessário destruí-los. Lemos, que tanto havia investido no saneamento de Belém, agora era tratado como se fosse uma peste tão mortal quanto as que haviam dizimado a cidade. Nesse contexto, o papel invertia-se, é um representante da elite política com seu jornal que tornava-se "perigoso", no sentido de provocar contaminação moral da sociedade paraense.

O embarque de Lemos é o seu último teste de popularidade. Ao intendente foi oferecido o embarque pelo Arsenal de Marinha, mas ele não aceitou, preferindo embarcar pelo cais da *Port of Pará*<sup>118</sup>. Em uma carruagem, chegara o ilustre político ao cais do porto, em companhia de João Coelho, governador do Estado, e a esperar-lhe estava uma multidão, que, entre gritos e assobios, o recepcionou com uma vaia colossal, segundo Valente de Andrade.<sup>119</sup> Já Theodoro Braga, que em certa medida representava a voz de *A Província do Pará*, escreveu em suas anotações de maneira indignada:

---

<sup>118</sup> *Port of Pará* era a empresa inglesa que administrava as docas do Pará.

<sup>119</sup> VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 199.

"Na ocasião de seu embarque, uma onda de turbulentos entre os quais muitos dos que o adulara, acometeram-no desrespeitosamente chegando a atirar-lhe areia e pedras. Mas ainda foi aclamado por um grande número de amigos."<sup>120</sup>

Cabisbaixo, como não acreditando na imensa impopularidade, Lemos deixou o Pará tomando o rumo de Lisboa e, depois de algum tempo, seguiu para o Rio de Janeiro onde fixaria residência. A revista *O Malho*, sempre atenta aos acontecimentos políticos do Pará, assim registrou o bota-fora de Lemos.



Fonte: Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 26/07/1911

<sup>120</sup> IHGSP. BRAGA, Theodoro. Anotações inéditas.

Os opositores, entrincheirados na *Folha do Norte*, não satisfeitos com uma simples renúncia, passaram o mês de junho reclamando contra a saída "à francesa", como diziam, de Antonio Lemos. Consideravam vexatório para o povo paraense:

"Ele vai rir-se de nós (...) vai beber champagne em homenagem à nossa inépcia, à nossa generosidade ou à nossa apatia (...) damo-lhe a Europa por homenagem, em vez da cadeia. Paris em lugar de S. José! Paris, terra do prazer, onde vão ter os felizes, os que amam a mulher, o jogo e o vinho."<sup>121</sup>

Insistia a oposição que o correto era imputar responsabilidade ao intendente, apurando as dilapidações e instaurando contra Lemos o procedimento da lei. Com certeza, afirmavam indignados, o desenlace seria a cadeia (São José) e a hasta pública para seus bens, considerando que foram adquiridos com dinheiro dos cofres municipais. Não bastava tirar Lemos do poder, era preciso puni-lo para que servisse de exemplo. No entanto, insistia o periódico, "para o fazerem embarcar tomou-se o compromisso de não abrir nenhuma devassa nos arquivos e nos cofres da municipalidade."<sup>122</sup>

Perguntavam:

"Há, porventura, aí alguém que pretenda arcar com a responsabilidade moral de seus atos? Quem é que fica para responder por ele perante o jardineiro, a quem caloteou, o calceteiro que passa fome por sua culpa? O funcionário do município, que não recebe os seus ordenados?"<sup>123</sup>

Supostamente em defesa do "povo" paraense escreveram num panfleto que foi distribuído na cidade, a seguinte SENTENÇA

"O povo paraense

Considerando que Antonio José de Lemos cometeu crimes contra a vida, a dignidade, a honra e a propriedade das famílias paraenses e dos habitantes do Estado do Pará, como é público e notório;

Considerando que Antonio José de Lemos defraudou em proveito próprio os bens do patrimônio municipal desta cidade, em má hora confiados à sua guarda, como também é público e notório;

Considerando que Antonio José de Lemos é réu confesso de lesa-humanidade, de lesa-sociedade e de lesa-patriotismo;

Considerando que Antonio José de Lemos escapando, por patrocínio político, à ação do código penal, não pode todavia escapar à ação inflexível da moral universal nem ao julgamento da opinião pública;

Resolve:

<sup>121</sup> *Folha do Norte*. Belém, 01 de junho de 1911.

<sup>122</sup> *Idem*, 04 de junho de 1911.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

1º - Declarar infame a Antonio José de Lemos, e nefando o seu nome;

2º - Que esse nome seja apagado e expungido de todas as povoações, praças, ruas e monumentos públicos deste município e de todo o Estado, para que dele não fique memória;

3º - Que esse nome seja substituído pelo de O REPROBO, quando por desgraça, tenha de ser pronunciado ou escrito, nas relações sociais.

Belém, Pará, 21 de junho de 1911

O Povo Paraense" <sup>124</sup>

A simbologia do herói era invertida. Antonio Lemos tornou-se o responsável por todos os crimes: contra o rei, contra a pátria e até contra a humanidade. Como que inspirados na sentença da coroa portuguesa aplicada a Tiradentes, o inconfidente, Antonio Lemos era execrado do convívio da sociedade e amaldiçoado o seu nome. Faltava somente decretar o seu esartejamento para que servisse de exemplo aos "traidores do povo". Agora, começava a luta dos políticos paraenses para a construção de um novo herói para o partido republicano. Entretanto, o "fantasma" de Antonio Lemos rondava a cidade.

---

<sup>124</sup> IHGP. Coleção Palma Muniz. Boletins impressos

### 1.5.3. EIL-O AHI: o florido Cavour indígena

No ano seguinte, 1912, com a manchete acima, a *Folha do Norte* espalhou a notícia da volta de Antonio Lemos ao Pará, com o propósito de trabalhar pelas eleições que ocorreriam no mês de junho, tendo em vista a disputa que se estabelecera entre lemistas e coelhistas. João Coelho, chefe do Partido, por motivo de doença não se envolveu nessa questão, tendo Virgílio de Mendonça, intendente de Belém, assumido a chefia do movimento anti-lemismo. Vários centros de resistência ao leimismo foram fundados<sup>125</sup>, muitos espalhados pelo interior do Estado, panfletos são espalhados pela cidade, alguns exortando até a revolução, *meetings* são organizados, isto é, o cenário da crucificação estava montado.

O jornal *Folha do Norte*, representante da oposição, lançou um editorial condenando a volta de Lemos, dado que o intendente havia saído numa situação desconfortável. A polícia, por sua vez, informou à população que não permitiria nenhuma manifestação que alterasse a ordem. O capitão do Porto ordenou aos armadores da praça que proibissem suas embarcações de apitarem no horário entre seis da manhã e seis da tarde. O governo federal, por

solicitação dos parentes de Antonio Lemos, ordenou ao general Ilha Moreira que garantisse a integridade do visitante.

A situação na cidade estava caótica. De um lado, a *Folha do Norte* e, de outro, A *Província do Pará*, disputando a liderança dos acontecimentos. A polícia não sabia como controlar os tumultos, agindo sempre de acordo com a opinião expressada pela *Folha do Norte*, isto é, o jornal laurista há muito criticava a prudência da polícia que "descia quase à covardia" em não prender os provocadores, os desordeiros apontados como "guardas-negras do Sr. Antonio Lemos"<sup>126</sup>. Diante da exaltação dos ânimos de parte a parte, a autoridade policial proibiu os *meetings* e as manifestações públicas de agrado ou desagrado que pudessem concorrer para a perturbação da ordem pública.

É nesse cenário que algumas mulheres, como uma tal Maria da Fonte, aparecem liderando quebra-quebras, incêndio de quiosques e destruição de placas. As mulheres da elite paraense apresentaram uma outra forma de luta; em nome do "soerguimento moral da sociedade" se

---

<sup>125</sup> Para centralizar suas ações, o Centro de Resistência ao Lemismo fundou o jornal *O Critério*, sob a direção dos irmãos César Coutinho de Oliveira e José Coutinho de Oliveira

<sup>126</sup> *Folha do Norte*. 20 de março de 1912. p. 1.

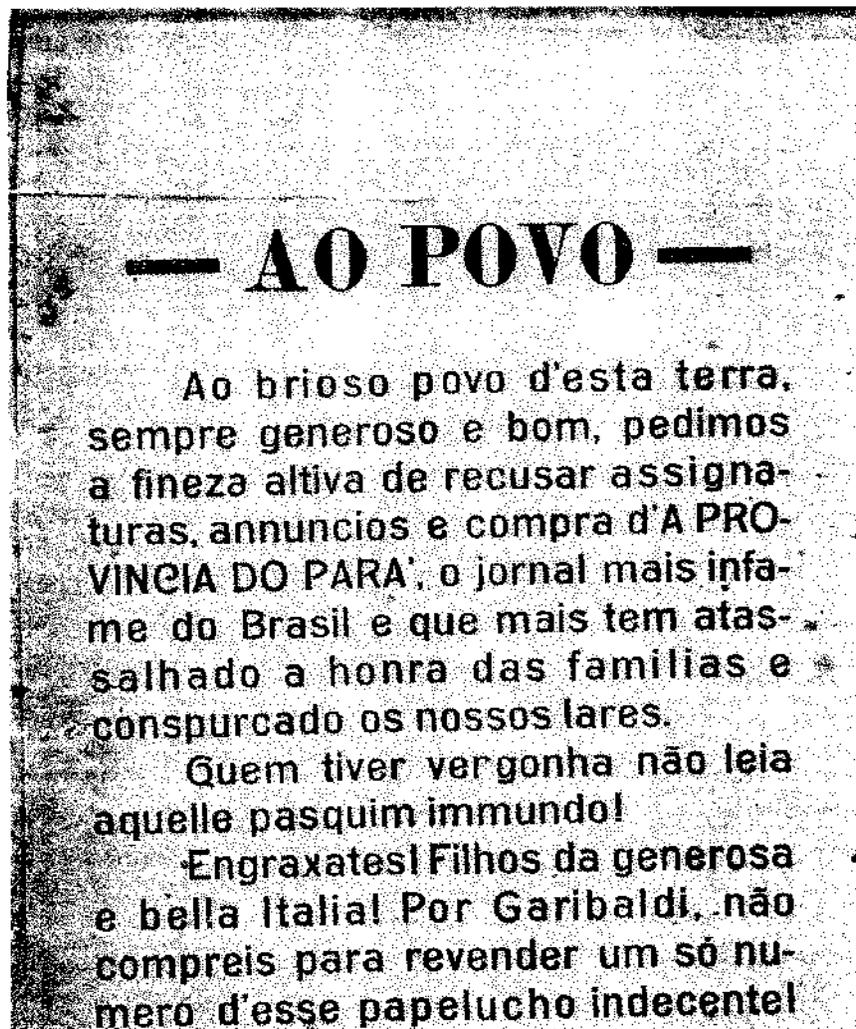
organizaram em Ligas para combater o leimismo e apoiar a candidatura de Lauro Sodré ao governo do Estado.<sup>127</sup> A situação política na cidade não poderia ser mais confusa com a volta de Antonio Lemos. Havia um incitamento na cidade contra o ex-intendente e a *A Província do Pará*, sendo espalhados panfletos solicitando aos comerciantes, à colônia italiana, à população em geral que não anunciassem e nem comprassem exemplares do jornal lequista.<sup>128</sup>

O panfleto dirigido à colônia italiana representava a importância de congregar todos os descontentes nesse movimento contra Lemos, considerando que a maioria dos italianos exercia profissões urbanas e que, com certeza, sofriam o controle do poder público no exercício da profissão.

---

<sup>127</sup>Sobre a participação das mulheres na política paraense ver ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *op. cit.*

<sup>128</sup>Era muito comum aparecer nesses panfletos uma analogia entre Antonio Lemos e os jesuítas, significando indivíduo astucioso, dissimulado, dominador e hipócrita. Era chamado de "o jesuíta político". Cf. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *op. cit.* p. 65. "jesuíta" era uma categoria de embate político entre liberais e conservadores no final do século passado. A respeito dessa categoria política há um artigo muito interessante de MAUÉS, Raymundo Heraldo. "A categoria 'jesuíta' no embate entre liberais e católicos ultramontanos no Pará do século XIX". *Páginas de História*. v. 1. n.1. Belém, 1997. p. 1-13.



Fonte: IHGP. Coleção Palma Muniz

No mês de agosto, Lauro Sodré resolveu também voltar a Belém para dar apoio ao grupo coelhista<sup>129</sup>, tendo início um outra série de incidentes, culminando com um simulacro de atentado ao político paraense.

Aos lemistas foi imputado o crime, e a *Folha do Norte*, num editorial, culpava os assassinos que estariam

---

<sup>129</sup>Cf. ÁLVARES, Maria Luzia M. *op. cit.*, a chegada de Lauro Sodré em 25 de agosto, foi verdadeira apoteose, inclusive a "Liga Feminina Lauro Sodré" se apresentou impecavelmente uniformizada.

escondidos na sede de *A Província do Pará*. Alguns dias antes, alguns jornalistas de *A Província* haviam sido presos, entre eles Humberto de Campos, que teve de sair da cidade sob a proteção da família de sua noiva que o embarcou às escondidas, num navio do Lloyd que partia para o Rio de Janeiro<sup>130</sup>. A cidade transformou-se numa praça de guerra, culminando com o incêndio do jornal e da casa de Lemos, e posteriormente, a humilhante prisão do "Velho" intendente. O escritor e memorialista Osvaldo Orico que, à época, era uma criança, assim narra o incêndio de *A Província do Pará*:

"O fato não me saiu nem me sai da memória. Mesmo as 'vassouras de fogo' daquela época não conseguiram varrer da minha lembrança o episódio que fui testemunha visual."<sup>131</sup>

As notícias do motim correram o país, transformando-as em assunto de debate no Senado e Câmara Federal, e em manchetes de jornais das principais capitais brasileiras. *Correio da Manhã* considerou o atentado um plano traçado com o fim de provocar a intervenção federal, como havia ocorrido na Bahia,

---

<sup>130</sup> CAMPOS FILHO, Humberto de. *Irmão X, meu pai*. São Paulo: Lúmen, 1997. p. 74.

<sup>131</sup> ORICO, Osvaldo. *Da Forja à Academia*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1956. p. 52.

Pernambuco, Ceará e outros estados<sup>132</sup>. A gazeta carioca denunciou ainda o apoio político do presidente à oligarquia dos Lemos. É bom lembrar que Arthur Lemos, senador, sobrinho e genro de Antonio Lemos, foi um dos aliados civis na campanha de Hermes da Fonseca à presidência da República. No calor do episódio, o *Correio da Manhã* enfatizou: "Mas não logrará o marechal Hermes salvar do naufrágio a que está irremissivelmente condenada, a odiosa oligarquia dos Lemos."<sup>133</sup> Na realidade, a situação política do Pará, em 1912, nada mais foi do que um reflexo da política oligárquica que continuou a existir na República<sup>134</sup>, além de ser um retrato das sucessões estaduais que ocorreram no período de 1911 a 1912.

Serenados os ânimos, no mês de setembro, o "Velho" Lemos seguiu para Lisboa, posteriormente para o Rio de Janeiro, onde fixou residência com a família depois de renunciar ao cargo de Senador Estadual, Provedor da Santa Casa de Misericórdia e Comandante da Guarda Nacional,

---

<sup>132</sup>Sobre República Velha existe uma vasta bibliografia. Ver, entre outros, CARONE, Edgar. *República Velha - II, Evolução política*. São Paulo: Difel, 1983.; *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1969.; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na República e a revolução de 1930". In: *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.

<sup>133</sup>*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1912. p. 2. Este jornal que fazia oposição ao marechal Hermes, comentou, diariamente, os acontecimentos do Pará até o dia 20 de setembro de 1912.

vindo a falecer a 02 de outubro de 1913, encerrando, desta maneira, um período turbulento na história política paraense. Já não existia mais o temido oligarca. Sua morte não teve as carpideiras que um dia imaginara ter em seu préstito fúnebre como enfatizou Valente de Andrade.<sup>135</sup> Algumas rápidas notas de seu falecimento assinalaram o ato final de uma vida, como registrou o jornal *Correio da Manhã* em sua edição do dia 03 de outubro de 1913.

"FALECEU ONTEM O SR. ANTONIO LEMOS, EX-INTENDENTE DE BELÉM.

Com a idade de 70 anos em sua residência, à rua Desembargador Isidoro n° 126, faleceu ontem o Sr. Antonio Lemos, vítima de uma síncope cardíaca. O Sr. Antonio Lemos que há dois meses vinha se queixando dos efeitos do mal que veio a falecer, passara bem todo o dia de ontem, sem que nenhum incômodo da lesão cardíaca que o vinha consumindo se manifestasse, senão quando, depois do jantar, às 6 horas da tarde, começou a sentir-se mal e, piorando sempre, foram debalde todos os esforços empregados para reanima-lo (...). O seu enterro realiza-se hoje, às 4 horas da tarde, saindo o cortejo fúnebre para o cemitério de São João Batista."<sup>136</sup>

A *Folha do Norte*, reduto dos lauristas, somente no dia 04 de outubro, sem demonstrar nenhuma surpresa com o

---

<sup>134</sup>Ver CARONE, Edgar. *A República Velha, instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970.

<sup>135</sup>VALENTE DE ANDRADE. *op. cit.*, p. 183.

desenlace, publicou um artigo sob o título "Últimas Palavras", como que anunciando o fim de uma polêmica que se arrastou por mais de uma década.

"Não nos causou surpresa a notícia, que o telégrafo acaba de transmitir-nos, da morte do sr. Antonio Lemos. O que nos admirava era, contrariamente, que atravessado por tão violentas emoções, sacudido por tantos desgostos, no último quartel da vida, tivesse resistido até agora aos choques dos terríveis acontecimentos que lhe arrebataram o prestígio e o poder (...) Os que sempre o combateram não sabem assobiar nem apedrejar ninguém. Para estes, o sr. Antonio Lemos mergulhara na morte antes de morrer e é com respeito que os mortos nos merecem, venham de onde vierem, quaisquer que tenham sido sua origem e os seus erros, os seus crimes e suas virtudes, que nós tiramos o nosso chapéu diante do féretro que o conduz, sem indagar quem é que vai dormindo dentro do esquife."<sup>137</sup>

Estes acontecimentos narrados pelos autores já referenciados, embora divirjam quanto à autoria do atentado a Sodré, são importantes para a compreensão do esforço que determinados grupos empreenderam para a destruição do projeto político de Lemos e, sobretudo, da imagem que ele havia construído e que deveria ser levada

---

<sup>136</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1913.

<sup>137</sup> Apud. MEIRA FILHO. Augusto. *Antonio José de Lemos - O plasmador de Belém*. Belém: Grafisa, 1978. p. 25.

em conta. As memórias do caos de 1912 são divididas. Isso se reflete no jogo da construção das memórias, como a de Ricardo Borges que inclusive estava dentro do prédio de A *Província do Pará* quando ele foi incendiado. Para ele, o atentado não passou de uma farsa armada por Virgílio de Mendonça e lauristas radicais que atrelavam o extermínio do lemismo ao fim do jornal. Carlos Rocque não revelou nada mais do que alguns depoimentos que recolheu, inclusive com o próprio filho de Lauro Sodré, sendo que a maioria dos depoentes confirma a veracidade do atentado imputando a responsabilidade ao grupo lemista. Carlos Fernandes, autor do já conhecido laudatório à figura do intendente, embora estivesse vivo durante esses acontecimentos, não mais usou de sua pena para colocar em cena seu biografado. Se (desculpem o condicional) assim tivesse procedido, como seriam grafados esses momentos? Seria Lemos um sofredor, um injustiçado, ou um herói? Talvez tudo isso!

## CAPÍTULO II

### ADMINISTRANDO A CIDADE E CONSTRUINDO A MEMÓRIA

#### 2.1. Antonio Lemos e a memória escrita

Era o dia 18 de novembro de 1897, início de uma nova administração municipal em Belém. Antonio Lemos, o novo intendente andando pela cidade, hábito que passou a adotar desde que se tornou alcaide, observou que ainda existiam muitos costumes considerados "bárbaros" para uma capital que se pretendia civilizada. A presença de animais domésticos nas ruas e o hábito de corar roupas na frente das casas eram o sinal de que os costumes paraenses estavam longe de espelhar o discurso europeizado da municipalidade. Em vista disto, para por fim a essa paisagem "primitiva", ao chegar no edifício municipal o intendente registrou, de imediato, num livro que a partir de então passou a ser leitura diária obrigatória, após o expediente, para os funcionários com cargo de chefia.

"(...)Chamo para o exposto a atenção dos srs. fiscal geral e fiscais dos distritos e seus auxiliares, na inteligência de que o Intendente não relevará faltas que denotem pouca dedicação ao serviço

municipal e, aliás, espera não ter ensejo da mínima advertência(...)."<sup>1</sup>

Daí em diante, as anotações de todos os problemas que Lemos ia encontrando durante o seu passeio cotidiano pela cidade tornaram-se uma prática administrativa. Na verdade, esses registros diários transformaram-se em ordens vindas do gestor que deveriam ter uma execução imediata, sob pena de o funcionário responsável pelo serviço sofrer uma punição exemplar. A preocupação do intendente em registrar suas decisões levou-o a solicitar, em 1902, a Álvaro Fausto, a organização de todos os atos diários do executivo municipal, por ordem cronológica, que deveriam ser compilados num único volume, passando a ser conhecido por "Livro de Detalhes". Esse material de inscrição diária do detalhe do serviço municipal pode ser considerado uma das primeiras estratégias de propaganda da administração lemista através de documentos escritos, visto que essa obra passou a ter uma ampla divulgação entre os munícipes.

Antonio Lemos não se contentou apenas com a divulgação de suas obras no limite acanhado da cidade,

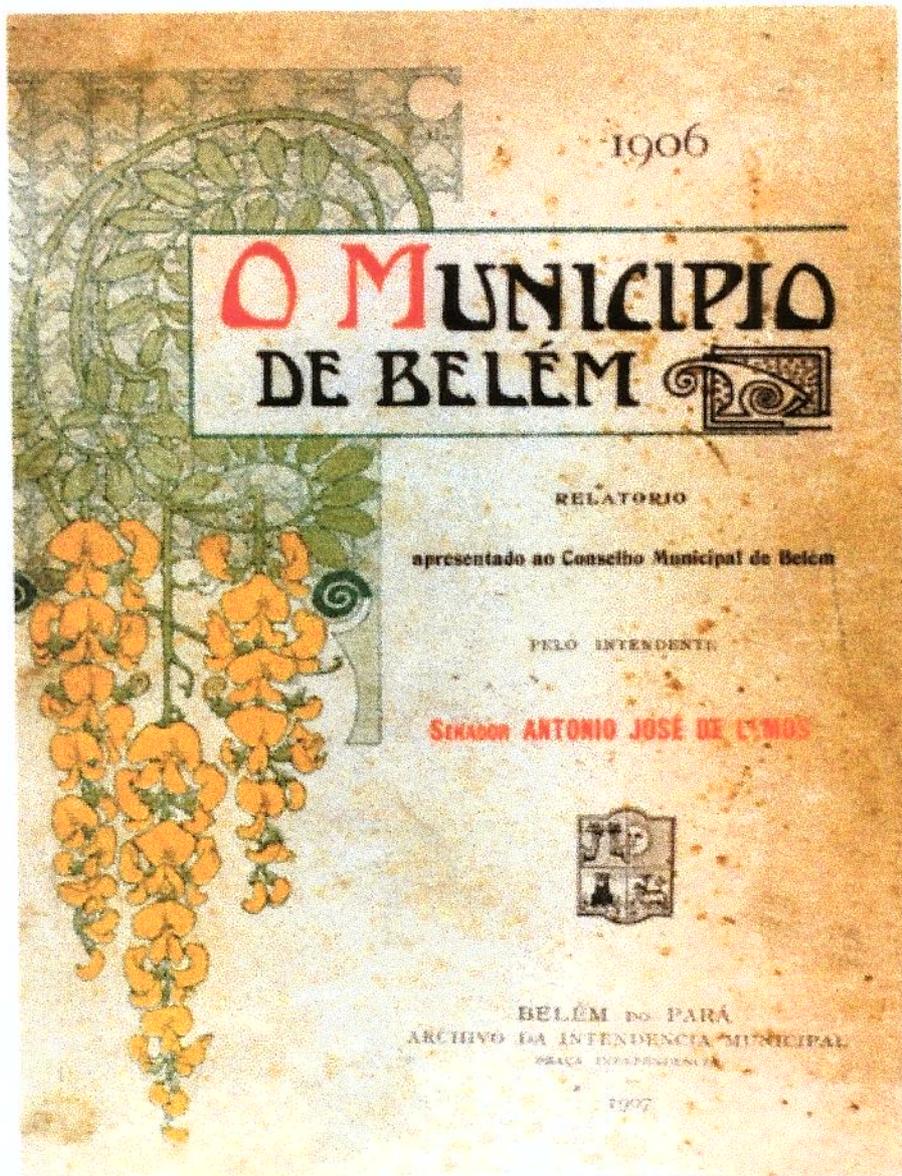
---

<sup>1</sup> APEP. Atos e Decisões do Executivo. Livro de Detalhes. Belém, 18 de novembro de 1897, p.8.

procurando, mais do que isto, "fazer vitrine"<sup>2</sup> da cidade através da publicação de seus imponentes relatórios. Era preciso tornar a capital do Pará mais visível ao mundo civilizado, dando a seus feitos de intendente um sentido maior de universalidade. Desse modo, o administrador apresentou ao mundo europeu, em luxuosas brochuras, os relatórios dirigidos ao Conselho Municipal. Em número de sete, esses relatórios carregados de imagens coloridas e de vitalidade progressista, marcaram efetivamente o governo de Antonio Lemos, no sentido de propaganda de suas obras administrativas. O primeiro volume, composto de 450 páginas, compreende os anos de 1897 a 1902 e foi impresso na tipografia de Alfredo Augusto Silva, em Belém. Este volume, assim como o segundo, por não possuírem ilustrações, são considerados os mais simples da coleção. Os demais são bem mais primorosos apresentando uma capa luxuosamente confeccionada, além de mapas, desenhos, fotografias, gráficos, enfim uma radiografia da cidade e das obras realizadas durante sua gestão, como bem expressa a foto.

---

<sup>2</sup> SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. p. 123.



Reprodução da capa do Relatório do ano de 1906.

Nesse processo de construção de uma política de divulgação de seus feitos administrativos, Antonio Lemos inovou em mandar publicar todos os anos os referidos relatórios de sua administração, confeccionados com luxo e rigor, o que os tornava objeto de elogios por parte daqueles que eram agraciados com um exemplar, desde as autoridades locais, instituições científicas, jornais,

representantes de embaixadas estrangeiras sediadas na capital, até mesmo alguns monarcas europeus.

**QUADRO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES QUE RECEBERAM O  
RELATÓRIO DE 1904.**

PESSOAS/ INSTITUIÇÕES	LOCAL
Biblioteca Nacional	Rio de Janeiro
Consulado Suisso	Rio de Janeiro/Recife
Conselheiro Steindachner	Viena
Dr. Othman Reiser	Serajevo
Prof. Dr. Wilheelm Sievere	Giefsen
Prof. Dr. Freiherr v. Richthofen	Berlim
Dr. Paul Ehrenreich	Berlim
Bibliothèque Nationale	Berne
Bibliothèque Municipalle	Zurich
Societé des Sciences Naturalles	St. Gall
Bibliothèque Municipalle	Berne
S. A. Principe Ferdinand	Bulgária
S. A. Princesa Thereza	Baviera
Societé de Géographie	Genève
Universitats Bibliothek	Zurich
Ap. Bichsel	Zofingen
I. Brichi	Turim
Prof. Dr. P. Vogel	München
Ostschiveiz - commerciale Gesellschaft	St. Gall
Annales de Géographie	Paris
Dr. Emílio Goeldi, Huber e Hagman - Museu	Belém
Bibliotheca Fluminense	Rio de Janeiro
Gabinete Português de Leitura	Rio de Janeiro
Hofrat dr. Julius Hann	Vienna
Dr. Karl von den Steinen	Berlim
Societé des Sciences Naturalles	Balle
Societé des Sciences Naturalles	Osterland
Cons. Federal Müller	Berne
British Museum	Londres
Mange Frères	Paris
Pricepe Albert	Mônaco
Prof. Branner	Califórnia
Prof. Dr. Gighioli	Firenze
Comm. Musculus (Dr. Falke)	Kiel
Dr. Nüsse (méd. do Falke)	Kiel
Bibliotheca do Museu Goeldi	Belém

Fonte: Intendência Municipal, *Ofícios*, 27/02/1904.

Se observarem com atenção, nenhuma cidade ou capital do Hemisfério Sul consta no quadro da página anterior. Belém estava ao lado das principais capitais do Brasil e do Hemisfério Norte, como Londres, Berlim, Viena, Rio de Janeiro, entre outras, sinalizando a pretensão de Lemos em colocar a cidade que administrava

no mesmo patamar da civilização européia. Para melhor ilustrar o percurso de divulgação dos atos administrativos, no qual o intendente pretendia assumir ares de um grande estadista, vale notar o comentário que, já em 1898, no início de sua administração, o jornal franco-americano *Le Brésil* estampava em sua edição de 10 de abril:

"O sr. senador Antonio Lemos apresentou seu relatório anual à municipalidade de que ele é dedicado presidente; (...) Nos poucos meses em que tem estado à frente do governo municipal sua competência e iniciativa muito tem melhorado os serviços municipais apresentando resultados que já se vão fazendo sentir, mas que não serão realmente conhecidos senão em seu próximo relatório."<sup>3</sup>

Observa-se a "fabricação"<sup>4</sup> de uma imagem que deveria extrapolar as fronteiras da cidade, do Estado e do país, como forma de adquirir a mesma importância dos chefes das nações ditas civilizadas e, até certo ponto, era também a maneira que o intendente encontrava para fazer a propaganda de sua administração, o que facilitaria, sem

---

<sup>3</sup> Artigo de *Le Brésil*, reproduzido em *O Pará*. Belém, 06 de maio de 1898.

<sup>4</sup> Sobre o significado do termo "fabricação" para a construção da figura dos "estadistas", vide a obra de BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei - a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

dúvida, os empréstimos que solicitava aos bancos estrangeiros.

Em seu último relatório, referente ao ano de 1908, o administrador continuava a provocar os críticos dos gastos desnecessários com essas publicações:

"Devo consignar o estrondoso sucesso obtido no país e no estrangeiro, na imprensa e na opinião, tornada pública, de personalidades eminentes? De certo; para indiretamente responder a alguns nulos, espíritos levianos que taxaram a obra de luxuosa (...)." <sup>5</sup>

Além dos luxuosos relatórios, Antonio Lemos mandou confeccionar, em Paris, um Álbum de Belém<sup>6</sup>, em papel da melhor qualidade e com uma belíssima brochura. No ano de 1902, Lemos incumbiu a Carlos Fernandes, de quem já falamos na primeira parte, juntamente com o fotógrafo e artista Francisco Fidanza, a organização, na Europa, de um Álbum da Cidade. Sobre essa missão, Tavares Bastos<sup>7</sup> conta que o trabalho foi feito de maneira desleixada tanto que as gravuras traziam as legendas trocadas. Carlos Fernandes ficou tão preocupado com a reação do

---

<sup>5</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendencia Municipal, 1909. p. 11.

<sup>6</sup> O *Álbum de Belém* foi impresso por Philippe Renouard em Paris em 15 de novembro de 1902.

<sup>7</sup> TAVARES BASTOS, C. *O Simbolismo no Brasil e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1969.

intendente que sugeriu a Fidanza que um dos dois teria que morrer para que o sobrevivente pudesse justificar-se diante de Lemos atribuindo a culpa ao morto. Impossível se saber se o pacto funcionou, mas é certo que, ao chegar em Belém, Fidanza suicidou-se jogando-se ao mar. Foi então que Carlos Fernandes pensou em agradar o chefe político oferecendo-lhe, na data do aniversário de 1904, um volume contendo a famosa biografia, sobejamente referenciada no capítulo anterior.

A publicação do *Álbum de Belém* constituiu-se em mais um veículo de propaganda política do intendente. Nela, a realidade mostrada é artificial. Contém fotos de bondes, dos prédios, e especialmente, do traçado urbano, basicamente do centro da cidade, área que mais sofreu intervenção da Intendência. A idéia principal era registrar o sinal da civilização nos trópicos, mas o que se produziu foi uma realidade descontextualizada e mimetizada, na medida em que se construiu a imagem de uma cidade europeizada, enfatizando-se as marcas dos prédios *art nouveau* e dos habitantes vestidos à moda parisiense, desprezando-se, por outro lado, todos os outros componentes que poderiam caracterizar uma cidade amazônica.

Nessa busca de promoção para a cidade de Belém, um dos principais interesses de Lemos era destruir uma certa imagem corrente sobre o Pará, que ainda existia em vários recantos do país, entre gente culta, inclusive. Segundo o intendente, seus relatórios poderiam ser um caminho para reformular a idéia desses "malsinadores do Norte", de que, por essas bandas, habitava somente "gente inculta, seminua, morando em habitações lacustres". A questão era que o próprio Antonio Lemos procurava extirpar das fotografias veiculadas em seus relatórios as imagens dos ribeirinhos que viviam em suas palafitas, nos arredores da cidade, ou nas ilhas próximas à baía do Guajará. Com essa bem cuidada divulgação, Lemos deixaria os preconceituosos detratores da Amazônia, "atônitos perante os irrefutáveis progressos das belezas do Pará."<sup>8</sup>

Como nem todo mundo tinha acesso aos Relatórios ou mesmo ao Álbum, Lemos procurou se utilizar, num circuito mais cotidiano da cidade, com conotação marcadamente política, de um outro meio de divulgação de seus atos administrativos e até mesmo de sua vida particular. Os seus jornais de apoio, *A Província do Pará*, *O Pará* e *O Jornal* serviram como órgãos eficazes de comunicação de

---

<sup>8</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906. p.193.

massa. Na época, *O Jornal*, gazeta fundada em 1905, de propriedade do Partido Republicano Paraense, foi um grande trunfo em mãos lemistas; porém, em 1911, com o notável declínio político do intendente, esse periódico passou para a oposição.

A *Província*, fundada por Dr. Joaquim José de Assis juntamente com Francisco Cerqueira e Antonio Lemos, tornou-se o principal veículo de propaganda dos atos lemistas. Como todo grande jornal do país, *A Província do Pará* abrigava um expressivo corpo de redatores e colaboradores. Um aspecto importante a ser notado é que, além dos repórteres, esse jornal abrigou muitos *homens de letras* que ocuparam os espaços mais concorridos da redação, entre folhetins, artigos de crítica ou mesmo relatos científicos. Ao que parece, a reunião de tantas figuras importantes na redação do jornal dava-lhe a credibilidade necessária para impressionar e convencer os leitores da legitimidade das ações emanadas do poder municipal, além de cultivar a popularidade necessária à administração de Antonio Lemos.

O conhecimento público dos nomes desses intelectuais, propagandeados pelo próprio jornal, era a melhor maneira de assegurar o prestígio da gazeta e de seu dono. Importante também foi o currículo de cada um

deles, posto que vários exerceram cargos importantes no cenário cultural e político do país. São figuras como Castro Pinto que, mais tarde, tornou-se governador da Paraíba e senador da República, ou Tito Franco de Almeida, deputado provincial, e nome gabaritado nas intermináveis polêmicas com o bispo D. Antônio de Macedo Costa, durante a célebre "Questão Religiosa" e também com Lauro Sodré durante a propaganda republicana.<sup>9</sup> Entre eles, estavam alguns literatos de renome no cenário local, como Alves de Souza, os irmãos Antonio e João Marques de Carvalho ou Alfredo Lamartine, todos fundadores da Academia Paraense de Letras.

Vale lembrar ainda de Humberto de Campos que, vindo do Maranhão, fez-se respeitado jornalista e cronista, chegando mesmo, depois de sua transferência para o Rio de Janeiro, a ocupar uma das ambicionadas cadeiras da Academia Brasileira de Letras. Há ainda alguns nomes importantes no campo educacional paraense como Paulino de Brito, importante gramático, poeta e crítico literário, autor de uma famosa cartilha de primeiras letras, utilizada nas escolas públicas da cidade e do Estado, ou ainda Arthur Vianna, historiador, escritor e diretor da

---

<sup>9</sup> Cf. a edição fac-similar SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Brasília: Senado Federal, 1997. A edição original foi publicada em 1896.

Biblioteca e Arquivo Público, autor de uma volumosa obra historiográfica e didática.

Sendo muito extensa essa lista de "notáveis" seria cansativo enumerar todos, porém, é impossível deixar de referir o nome de Carlos Dias Fernandes, tão caro a esta tese. Esse jornalista tornou-se uma das figuras mais importantes do parnasianismo brasileiro com suas obras veiculadas em *A Província do Pará* até a década de 1920. Do mesmo modo, Theodoro Braga, pintor muito estimado por Lemos e que exerceu vários e importantes cargos de direção, como no Instituto Lauro Sodré, em Belém, ou nas Academias de Belas Artes, em São Paulo e no Rio de Janeiro. No campo das ciências, destaco a viajante naturalista Ottilie Coudreau e o botânico Emílio Goeldi, que dirigiu o antigo Museu Paraense, que hoje recebe seu nome.

É verdade que esses intelectuais tinham o compromisso profissional de escrever sobre assuntos de sua competência. Porém, ao mesmo tempo em que escreviam sobre ciência ou artes, também faziam a divulgação e louvação das obras realizadas pelo proprietário do jornal. A escrita não era tão livre como podemos imaginar; havia toda uma orientação para que os redatores e colaboradores, com seus textos, disparassem munição

pesada contra os opositores do intendente. Como bem salientou Paulino de Brito, "A *Província* formou um corpo de colaboradores pagos, coisa até então inaudita, mas que lhe permitia escolher o melhor do melhor, e exigir em vez de os pedir."<sup>10</sup>

As matérias escritas no jornal lemista eram importantes porque não circulavam somente na capital. As informações sobre o intendente, as idéias e opiniões extrapolavam as fronteiras do Estado, e isso era fundamental para uma comunicação efetiva. Essa afirmação não está diretamente relacionada à camada mais pobre da população, mas aos setores dominantes que poderiam tornar-se aliados políticos de Antonio Lemos.

No editorial publicado no dia 02 de maio de 1901, por ocasião da inauguração da segunda fase de *A Província*, a estratégia de persuasão dos leitores é escandalosa.

"A satisfação dos nossos colegas e amigos da imprensa explodiu ontem (...). Tanto em sua casa, como aqui, foi Antonio Lemos visitado e abraçado por centenas de amigos. (...) *Pelas ruas, a população apresentava atitude em tudo igual à dos nossos amigos: eram os números de A*

---

<sup>10</sup> BRITO Paulino de. *A imprensa no Pará*. In: *O Pará 1900*. Belém: A. A. Silva, 1900. p. 290.

*Província do Pará disputados com veemência, mesmo nos mais remotos bairros.*<sup>11</sup>

Notícias desse tipo são indicadores da preocupação do jornalista e chefe político em atingir e impressionar seu público que nada mais era do que os munícipes, seus potenciais eleitores. O esforço de Antonio Lemos para deixar registradas as suas ações também se revela no livro que encomendou a Arthur Vianna sobre a Santa Casa da Misericórdia.

A obra *Santa Casa da Misericórdia Paraense* foi publicada pela primeira vez em 1902, tendo sido impressa pela Typographia de Alfredo Augusto da Silva com 386 páginas, e várias fotos, sendo que a página de rosto está ilustrada com uma fotografia do Provedor Antonio José de Lemos. Contém um histórico da associação de caridade desde sua fundação, em 1650, até a data da publicação do livro, ressaltando a influência do Estado e da Igreja Católica sobre a instituição, as dificuldades para assistir aos pobres e as realizações da provedoria de Antonio Lemos. O papel de provedor da obra pia desempenhado por Lemos será tratado no item sobre filantropia.

---

<sup>11</sup> Citado em ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. Belém:

A Santa Casa de Misericórdia era uma peça importante nesse projeto de fixação da memória através de documentos escritos. Por isso, mais uma vez, Lemos procurou deixar marcada a grande admiração que tinha pela figura do bispo D. Frei Caetano Brandão. Para executar tal tarefa, o intendente encomendou ao velho conhecido Carlos Dias Fernandes<sup>12</sup> uma biografia do Bispo, publicada em 1905<sup>13</sup>, como homenagem do provedor da Santa Casa àquele que teria lançado os alicerces da instituição de caridade.

Esses documentos escritos estão intimamente articulados à necessidade que Lemos tinha de construir a história de uma grande personalidade política, que sempre se mostrou devotada ao bem público. Esse esforço em se fazer identificar com o progresso da cidade o levou a tomar o padrão europeu como referencial para a construção de uma grande obra, que deveria assumir um caráter de permanência e sempre identificada com a construção de uma nação moderna.

---

Mitograph, 1976.

<sup>12</sup> Carlos Fernandes, o mesmo que escreveu a biografia de Lemos, revelou que somente a obediência ao intendente o fez aceitar a difícil missão de escrever um "esboço crítico sobre a sagrada personalidade do Frei."

<sup>13</sup> FERNANDES, Carlos. *In Memoriam. Excerptos de Frei Caetano*. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1905.

Além da memória escrita, Lemos se preocupou em solidificar sua memória através de ações mais visíveis e de caráter mais duradouro. Desse modo, nada foi mais apropriado do que remodelar a cidade segundo os padrões que sinalizassem o que de mais avançado existia nos países-vitrines da modernidade.

## **2.2. Reurbanizando a cidade sob o discurso da civilização.**

### **2.2.1. Higienizando e ordenando o espaço urbano**

O ano é 1995. Em Belém do Pará, o jornal *O Liberal* estampava em suas páginas a seguinte nota:

#### **BELÉM ADOECE COM OS LIXÕES**

"É porque Belém não tem castelos. Se os tivesse, seria uma autêntica cidade medieval na Amazônia do final do século XX. A insana quantidade de lixo por todos os cantos serve hoje de moldura para uma cidade que já teve feições parisienses e perfume nas ruas - na época do Intendente Antonio Lemos."<sup>14</sup>

Nos dias atuais, recuperar a imagem de Antonio Lemos parece ser um ato anacrônico. Apesar disto, este recurso ainda é muito utilizado para construir um modelo

de administrador para Belém. Se perguntarmos, a muitos paraenses, qual foi o melhor administrador que a cidade já teve, certamente eles responderão que foi o "Velho" Lemos. Essa constante reafirmação da figura pública de Lemos nos remete à construção de uma memória que legitima as ações institucionais do intendente, e que não somente fixa, mas também se funde com a própria história da cidade. Isto significa dizer que tanto a busca do passado pelos administradores como a própria projeção para o futuro enfatizada pelo intendente apresentam uma via de mão dupla. No seu primeiro relatório Antonio Lemos assim registra:

"Quando subi ao governo municipal, na qualidade de Intendente, bem clara estava no meu espírito a compreensão da pesada tarefa que tinha de realizar(...) Os serviços municipais achavam-se em desordem, em grande parte na engrenagem municipal era a falta de método e de ordem, a nota característica do governo que me precedeu(...)." <sup>15</sup>

Não é assim gratuita essa recorrência ao tempo de Lemos, posto que ainda hoje os administradores da cidade procuram pautar as suas ações de acordo com o modelo lemista, embora quase sempre as tentativas sejam

---

<sup>14</sup> *O Liberal*. Belém, 17 de agosto de 1995, cad. 4, p. 4.

<sup>15</sup> *Colleção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém dos anos de 1897-1901*. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903. p. 5-6.

frustrantes, como no caso dos lixões que remetem às projeções enunciadas pelo intendente há um século.

Ao assumir a Intendência Municipal de Belém, Antonio Lemos, na primeira reunião ordinária do Conselho Municipal, em 1898, ao dirigir sua mensagem aos membros da Casa, informou que uma de suas primeiras medidas foi a reorganização dos serviços municipais para "pô-los todos de harmonia com as leis fundamentais da República e do Estado (...)." <sup>16</sup> O discurso do intendente já reflete algumas das suas concepções sobre "ordem", "harmonia", "civilização" e "progresso", parâmetros fundamentais na consolidação do novo regime que se instaurou no país. Enquanto representante dessa nova ordem, Antonio Lemos tinha por obrigação torná-la visível na condução dos cidadãos republicanos. E isso ele fez muito bem durante os 14 anos de sua administração. É importante ressaltar que a concepção de civilização de Antonio Lemos está supostamente associada a um conjunto de valores do mundo europeu; tais valores informariam a sua atuação administrativa na luta contra a "barbárie" e o "atraso" da cidade e sua população. Esse projeto civilizador não foi capaz, contudo, de modificar certas tradições

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.3

culturais, hábitos e costumes de uma população que vivia em outro contexto, muito diferente do europeu.

É sob a égide do pensamento positivista associado ao movimento urbanizador que ocorria na Europa, especialmente na capital francesa, que Antonio Lemos administrará Belém, cidade situada do "lado de baixo do equador", habitada por pessoas com diferentes culturas e experiências diversas.

Entendia Lemos que o primeiro passo para a instauração dessa harmonia urbana deveria ser a codificação das leis, posturas, regulamentos e resoluções promulgadas pelo Conselho, sobretudo no que dizia respeito às posturas, por considerá-las inadequadas ao regime republicano. Começou por mudar a própria denominação do código que passou a ser chamado de Código de Polícia Municipal. Considerava importante regulamentar os serviços municipais e dar-lhes os respaldos legais necessários. Desse modo, atribuiu ao vogal Fulgêncio Simões<sup>17</sup> a incumbência de apresentar uma nova codificação das leis municipais. Essa decisão já evidencia o caráter controlador da administração lealista, como base de aplicação de medidas que viessem porventura a ser

contestadas e cujo interesse, na voz do administrador, era "o progresso do opulento município de Belém". Importa lembrar que a idéia de codificar as leis municipais, embora já existissem as posturas, está associada ao interesse que tinha em torná-las "modernas" e colocá-las a serviço da disciplinarização do meio urbano.

A partir desse discurso justificador do progresso e do bem estar dos munícipes, pode-se estabelecer um contraponto com a realidade à medida que se colhe dados sobre as ações/reações populares às normas implementadas pela Intendência Municipal, o que será objeto de discussão ainda neste capítulo. Estas medidas de controle, que fizeram-se ao longo da administração de Lemos, delineiam a imposição de um novo tipo de poder que vigia a cidade e seus habitantes em seus menores detalhes.

A história da cidade é também um pouco a história de seu interventor, seja no traçado urbano ou no poder constituído. Assim, Belém tornou-se, a partir da administração lemistá, um canteiro de obras que deveria ser atrelado aos parâmetros estéticos de países europeus, o que em parte se tornava possível graças ao aquecimento

---

<sup>17</sup> Fulgêncio Simões era jurista, formado pela Faculdade de Direito do

da economia produzido pela exportação do látex. Durante décadas, a cidade foi orgulhosamente chamada de a "Paris Tropical", ou então a "Francesinha do Norte", refletindo a construção de um imaginário que as elites tentavam imprimir através da moda, de comportamentos, hábitos e sobretudo pela nova feição que assumia a cidade na administração lealista.

Ao assumir a municipalidade, Antonio Lemos requereu ao Conselho Municipal a alocação de verbas para a execução do projeto de embelezamento da cidade. Contava o intendente com a boa vontade dos membros do Conselho, embora muitas vezes recebesse críticas pelos gastos excessivos. Contra aqueles que reclamavam desses gastos, considerando-os despesas supérfluas e exibição de luxo, dizia o gestor que esses críticos não passavam de "espíritos irrefletidos ou malévolos (...)." <sup>18</sup>

Para fazer a obra de saneamento e embelezamento de Belém, Antonio Lemos teve que recorrer a empréstimos tanto internos quanto externos. Com o *Ethelburgs Syndicate*, de Londres, a Intendência contraiu empréstimo de 1.200.000 libras, em 1905. No ano seguinte, solicitou ao mesmo Banco o valor de 600.000 libras, sob as

---

Recife e autor de várias obras sobre Direito Patrimonial.

condições de pagamento anual de juros e amortização de 125.000 libras.

A 18 de novembro de 1903, Lemos firmou contrato com Francisco Batista da Silva Aguiar, Joaquim Antonio de Amorim e outros associados, além do Banco de Crédito Popular, negociando o empréstimo de 15.000\$000, referente a dívida contraída pela Intendência. Numa cláusula, a Intendência se comprometia a arrecadar as décimas urbanas no referido Banco. Passados quatro anos de governo, o intendente justificava os gastos dizendo:

"(...) a nossa formosa capital se transforma e embeleza, sendo dotada de melhoramentos imprescindíveis à saúde pública e à comodidade dos munícipes. São gastos reprodutivos, despesas compensadoras. O benefício geral é considerável, advindo também para o nosso Estado uma justa fama de adiantamento."<sup>19</sup>

O discurso de Lemos sempre era direcionado aos benefícios que os empréstimos traziam para a execução de obras, ao mesmo tempo em que enfatizava o prestígio que o Pará conseguia junto aos poderosos capitalistas estrangeiros. Nessa cruzada civilizadora da cidade, embelezamento e saneamento vão caminhar juntos, levando a

---

<sup>18</sup> *Colleção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém, dos anos de 1898 a 1901.* Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903, p.166.

Intendência a engendrar estratégias higienistas de desodorização do espaço público.

O constante perigo de surtos epidêmicos transformou a imprensa num porta-voz desse medo que assolava a cidade, tanto que vivia denunciando mortes de pessoas por doenças contagiosas, como o barítono Pagnoni, que foi, supostamente, vítima da febre amarela, contraíndo o mal nos camarins do Teatro da Paz.

O eixo fundamental para a implantação do progresso na cidade de Belém, como em qualquer cidade brasileira, norteava-se pela política de higienização do espaço público. A estratégia saneadora implementada pela nova administração municipal iniciou com a organização do serviço sanitário. A cidade foi dividida em distritos sanitários e os médicos incumbidos, entre outras coisas, da vacinação e revacinação da população.

Em julho de 1899, a cidade foi surpreendida por um surto de varíola, e o problema tornou-se mais grave porque faltou vacina, sendo providenciada, de imediato, a sua importação de Paris. Ainda nesse mesmo ano, já apareciam na imprensa críticas dirigidas à repartição de

---

<sup>19</sup> *Ibidem.*

saúde do Estado por ter se descuidado do controle das epidemias:

"As circunstâncias atuais tornadas anormais pelo descuido condenável da direção da repartição de saúde do Estado exigiam providências prontas no sentido de acudir a população."<sup>20</sup>

Antonio Lemos, que desejava uma cidade saudável, aliou-se ao governo do Estado para dar combate às epidemias; para tanto, reuniu-se com os médicos municipais e determinou que as visitas domiciliares fossem feitas com rigor. Durante muito tempo, essa medida compulsória gerou protestos de uma grande parcela da população que recebia com insultos os médicos vacinadores, num verdadeiro descompasso com a preocupação expressada pelas autoridades e higienistas em relação à propagação das epidemias. Por outro lado, Antonio Lemos achava que não era somente a ignorância da população que gerava essa rebeldia, e culpava "um certo jornal" por essas reações, acreditando que agia:

"instigado pelo seu ídolo - o chefe da revolta de 14 de novembro de 1904, sob o

---

<sup>20</sup> O *Pará*. Belém, 18 de julho de 1899. O governo estadual também tinha sua repartição de saúde pública que atuava conjuntamente com o Serviço Sanitário da Intendência Municipal.

pretexto de combater a vacina obrigatória."<sup>21</sup>

O gestor municipal não se conformava com essa reação às visitas domiciliares e apontava vantagens não apenas para o inquilino como também para os proprietários dos prédios de aluguel, pois essa medida representava uma vanguarda sanitária na saúde pública, considerando que pela primeira vez o poder público fazia um mutirão para controlar as epidemias na cidade. Tudo indica que, em 1907,

"A salutar medida das visitas domiciliares, tendentes a fiscalizar a higiene das habitações, e que a princípio fora mal recebida por alguns munícipes descuidados de seus deveres com a população, tem agora produzido os melhores efeitos."<sup>22</sup>

No discurso de Lemos, a tarefa de cuidar dos desamparados era uma missão sagrada, desse modo, era preciso ampliar os serviços de saúde pública. Para isso planejava em sua administração a criação de postos

---

<sup>21</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1906. O chefe da Revolta da Vacina ao qual Lemos se refere é Lauro Sodré.

<sup>22</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907. p. 152.

médicos, sendo o primeiro construído em anexo ao Asilo de Mendicidade e inaugurado no dia 28 de julho de 1907.<sup>23</sup>

No ano de 1900, o jornal *A República* publicou um editorial sobre as condições de saneamento da cidade. A matéria era dirigida novamente ao Governador do Estado, Paes de Carvalho e de forma contundente afirmava que "os igarapés e igapós não têm sido estudados regularmente, e depois do desastre acontecido a um dos 'engenheiros importados', parece que o serviço ficou paralisado"<sup>24</sup> O periódico continuava apontando uma série de irregularidades na empresa responsável pelo saneamento, alertando que água em abundância e construção da rede de esgotos eram básicos para o saneamento da cidade.

Essas medidas eram importantes, pois os jornais continuavam a denunciar a presença de pessoas contagiadas pela varíola, como um caso ocorrido no bairro do Marco da Léguas. Os moradores denunciaram ao sub-prefeito policial e este à Junta de Higiene, que não tomou providências, restando à autoridade policial a opção de queimar lenha para afugentar o vírus, conforme a prática popular de afugentar mosquitos fazendo fumaça em suas casas e nos

---

<sup>23</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905. p.68-70.

<sup>24</sup> *A República*. Belém, 12 de maio de 1900.

quintais. Portanto, são esses segmentos mais pobres que vivem à margem na cidade que se constituem em "classes perigosas" no sentido da vulnerabilidade do contágio, não somente pelos seus hábitos em desacordo com a "civilização", mas sobretudo porque suas precárias condições de moradia constituíam-se em elementos propagadores de epidemias e, por conseguinte, ameaçadores do projeto burguês e moderno.<sup>25</sup>

Antonio Lemos considerava o clima da região um dos elementos favoráveis à proliferação das epidemias, o que denota a influência do pensamento higienista sobre a ideologia política e social da época<sup>26</sup>. Na verdade, o saber médico europeu bastante difundido no Brasil influenciava decisivamente os professores, médicos, higienistas e administradores. No entanto, também atribuía à população "que mantém focos de infecção em suas casas", a maior responsabilidade pelas epidemias<sup>27</sup>. Para consolidar seu discurso higienista, o intendente tomou medidas rigorosas: ordenou a inspeção das casas quanto à condição de higiene e iluminação, proibiu a

---

<sup>25</sup> Sobre a ideologia da higiene ver o trabalho de CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>26</sup> Chalhoub, Sidney. *op. cit.*, p. 62.

<sup>27</sup> LEMOS, Antonio José de Lemos. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907. p.48.

aglomeração de pessoas e determinou inspeção dos alimentos.

Esse esforço da administração municipal em modelar os hábitos dos munícipes para vencer as epidemias viu-se, contudo, ameaçado por fatores externos. Em 1901, a Diretoria do 3º Distrito Sanitário informou à Intendência que a peste bubônica havia chegado em Nápoles e no Rio de Janeiro e que as demais cidades insulares e continentais do território italiano estavam sob suspeita<sup>28</sup>. Finalmente, em 1903, mesmo que de forma esporádica, apareceu a peste bubônica em Belém. Telegramas são expedidos para Paris, através da Farmácia César Santos, solicitando remessas de vacinas.<sup>29</sup>

Nessa situação em que se achava haver perigo de contaminação no solo é que emerge a idéia da cremação de cadáveres. Antonio Lemos, em seu relatório de 1905, insistia na construção de um forno crematório para incinerar cadáveres de pessoas vitimadas por doenças contagiosas. Aliás, desde o início de seu governo defendia a idéia de cremação de cadáveres, utilizando-se

---

<sup>28</sup> APEP. Fundo da Intendência. Ofícios recebidos pela Intendência Municipal. v 32. Belém, 28 de setembro de 1901.

<sup>29</sup> LEMOS, Antonio José. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905. p. 29.

de todos os argumentos, desde o interesse da salubridade, da moral e dos bons costumes até os mais piedosos.

"Em interesse dos próprios parentes do defunto que não terão mais antepassados fossilizados em embalsamamentos impossíveis, expostos às observações mordazes dos maldizentes, que vão ao campo-santo com mesma disposição de espírito com que freqüentam saraus, recepções e convescotes."<sup>30</sup>

Por outro lado, Lemos não estava preocupado apenas com as epidemias; ele também tinha interesse em controlar as principais causas de mortes entre a população da cidade, com um acompanhamento mais preciso das epidemias que continuavam a ser motivo de assombro para os habitantes da cidade. Por isso, defendia a construção de um necrotério, cuja inauguração acaba ocorrendo em 28 de março de 1899, localizado na doca do Ver-o-Peso. A autorização para a construção do prédio causou reclamações por parte de alguns moradores do Ver-o-Peso, apoiadas pelo vogal Cordeiro de Castro, que se dizia também insatisfeito com essa construção por ser morador na área.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906. p.89.

<sup>31</sup> APEP. Fundo Legislativo. Ata do Conselho Municipal do dia 12 de setembro de 1898.

Lemos alegava, por seu turno, que o local escolhido era o ideal, pois facilitava a autópsia de cadáveres achados na baía ou que chegavam nos barcos e que tinham de passar por todo o processo jurídico. Está evidente que era uma outra maneira de controlar as epidemias, visto que quase sempre as mazelas chegavam pelo porto da cidade.

Cuidar dos doentes e acompanhar as causas dos óbitos ainda não completava o programa de prevenção contra as epidemias estabelecido pelo Serviço Sanitário da Intendência. Era preciso dar destino aos mortos, por isso os cemitérios também foram objeto de preocupação do administrador nesse processo higienizador da cidade. Antonio Lemos tratou "com piedoso amor os campos-santos de Belém."<sup>32</sup> Procurou manter limpo tanto o cemitério de Nossa Senhora da Soledade, desativado em 1880, como o de Santa Izabel, numa afirmação de que a morte do "outro", de seu semelhante, representados nos túmulos, também são apropriados na construção e na manutenção da memória. Sobre essa questão, os relatórios da Intendência apresentam, em detalhe, uma preocupação com a beleza dos mausoléus, chamando atenção do administrador do cemitério

---

<sup>32</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: A. A. Silva, 1902.

de Santa Izabel para as construções que os parentes dos mortos queriam erguer, considerando que mesmo os ricos, às vezes, não possuíam uma sensibilidade estética refinada.

Apesar do relatório do ano de 1907 já registrar uma queda no número de óbitos causados pela febre amarela (193 mortes), Lemos continuava a considerar preocupante o número de mortes por varíola (253) e tuberculose (407)<sup>33</sup>, embora desde o início de seu governo insistisse na "obrigação moral das denúncias", em casos de doenças contagiosas<sup>34</sup>, como uma das estratégias de combate às epidemias.

No que se refere à alta incidência de morte por tuberculose, o seu combate não era priorizado porque os médicos consideravam esta doença um problema ligado às condições de trabalho e à nutrição<sup>35</sup>. Anteriormente, já afirmei que era compreensível esta concepção em Belém do Pará, tendo em vista que a circulação da ideologia higienista atingia as mais longínquas paragens do país; além disso, havia a presença de médicos paraenses que

---

<sup>33</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908. p. 23.

<sup>34</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905. p. 49.

tinham formação fora de Belém e que sempre estavam participando de congressos internacionais.<sup>36</sup>

Pelas elevadas taxas de mortalidade infantil, o intendente costumava culpar as mães que não tinham zelo ao contratar as amas de leite.

"Raras serão aquelas verdadeiramente bondosas e, o que é mais sério - perfeitamente sadias."<sup>37</sup>

Culpava os patrões por não fazerem um exame médico rigoroso quando contratavam essas serviçais, interessando-se apenas em saber se tinham bastante leite, desprezando os seus antecedentes e hábitos de origem. O intendente também criticava os patrões por não observarem a correta alimentação da ama de leite. Estas, prossegue o administrador,

"(...) nas refeições habituais, comem com a glutoneria inerente às pessoas de modesta origem transplantadas para um lar onde reina a fartura. E nos intervalos, não lhe faltavam o clássico açaí, a bacaba, o café e dez outras beberagens oleosas, pesadíssimas, excitantes, e entre as quais a moda veio introduzir

---

<sup>35</sup> Sobre essa questão ver CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p.57.

<sup>36</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908. p. 70.

<sup>37</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905. p. 156.

diversos líquidos espirituosos como a cerveja.”<sup>38</sup>

E por aí seguia o discurso de Antonio Lemos minado de preconceito contra as mulheres pobres e até contra o hábito cultural muito arraigado nos paraenses de tomar açaí. Apesar do preconceito da passagem, o fato é que Antonio Lemos também nutria os mesmos hábitos culturais amazônicos; sendo assim, o que parece implícito em seu discurso é uma questão de classe - ou seja, ele não pretendia ser confundido com a população mais pobre. Tudo indica que o intendente também estava preocupado em controlar essa gente pobre, digamos que tinha interesse na boa conduta dessas mulheres, por isso nada de cerveja. Chegava a contar um caso ocorrido em Paris, para mostrar que a cerveja era prejudicial à saúde.<sup>39</sup>

Por isso, segundo ele, as crianças amamentadas pelas amas de leite mais tarde adquiriam inúmeras doenças que quase sempre as levavam à morte. Por conseguinte,

---

<sup>38</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907. p. 124.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.124. Segundo Lemos, um jornalista residente na capital francesa foi a Saint-Denis e visitou a usina de produtos químicos da Farmácia Central de França. Esteve ele numa sala isolada, onde trabalhava, cercado de aparelhos de alquimia, um homem magro, de rosto cavado pelas rugas, amarelo e emaciado, verdadeira aparição d'além túmulo. Explicaram-lhe que esse operário é quem extraía a strychnina das nozes-vomicas, e que eram na Europa importados de Coramandel e de Ceylão. Com essa historinha, Lemos queria dizer que

Lemos não descurou desse controle ao baixar uma lei, no ano de 1898, obrigando a Diretoria da Saúde Municipal a fiscalizar as amas de leite. Ainda sobre as amas de leite, atividade tão comum entre as famílias abastadas, Lemos tinha uma opinião bastante intolerante. Considerava-as mal educadas, ignorantes, desmoralizadas, supersticiosas e, para nosso espanto, preconceituosas.

Enfatizava o intendente que tudo era decorrência das nossas tradições coloniais que se apoiaram num regime escravista, o qual permitia a convivência na casa-grande de moleques e mucamas com os filhos de família, facilitando a obra de desmoralização.

Dizia ainda Antonio Lemos:

"O criado, hoje em dia, quer ser igual ao amo, que tantas vezes o perverte facultando-lhe excessivas liberdades, consentindo que use a botoeira florida, repartindo com ele suas vestes e alforria, quiçá tornando-o seu confidente em assuntos de afeto ou de negócios."<sup>40</sup>

---

a cerveja tinha o sabor amargo devido a esses minúsculos discos-chatos e não lúpulo como se pensava, daí ser prejudicial à saúde.

<sup>40</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905. p.156.

Como se percebe na fala de Lemos, mesmo que tivesse apoiado a campanha abolicionista<sup>41</sup> e ainda estivesse ancorado nas idéias bem próprias de uma nova ordem exigida pela República, a questão da igualdade tornou-se um problema para as relações sociais entre patrões e criados. Conforme Hebe de Castro, para os senhores de escravos o fim da escravidão não significou a quebra imediata de hierarquias estabelecidas.<sup>42</sup> Então, como relacionar-se com indivíduos que, teoricamente, eram também cidadãos de uma mesma República? Para Lemos, essa relação estabelecida colocava em xeque a autoridade tão necessária à nova situação vigente, fundamental para a pretensa civilização.

Antonio Lemos reclamava do modo como eram tratados os criados, considerando seus patrões responsáveis pelo desaparecimento das linhas divisórias de classes. Dizia ainda que a igualdade, preconizada pela democracia, não significava o nivelamento absoluto dos indivíduos, pois os deveres e direitos dos cidadãos não eram idênticos,

---

<sup>41</sup> Cf. FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 69. Segundo o biógrafo, numa das viagens do Dr. Assis, proprietário de escravos e co-proprietário de *A Província do Pará*, à Europa, Antonio Lemos declarou o jornal solidário à campanha abolicionista.

<sup>42</sup> CASTRO, Hebe M. Mattos de. "Laços de família e direitos no final da escravidão". In: *História da Vida Privada no Brasil; Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p 383. Ainda sobre a relação entre criados e patrões ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus*

daí sempre ter havido uma escala hierárquica entre os cidadãos. Ao mesmo tempo que criticava a amamentação das crianças pelas amas de leite, alertava as mães para os perigos da amamentação artificial, devido à péssima qualidade do leite de vaca que era produzido por inúmeros estábulos existentes na cidade.<sup>43</sup>

Em 1907, continuava a atribuir à péssima qualidade do leite uma boa parte da mortalidade infantil e "o péssimo regimento de alimentação prematura, composta de iguarias pesadas e de difícil digestão, fazia o resto(...)." <sup>44</sup> Essa preocupação de Lemos tem base nas leituras que fazia de Von Behring, do Instituto Pasteur de Lille, de Koch e de outros cientistas da época, para concluir que a alimentação artificial das crianças era um dos fatores da crescente mortalidade infantil.<sup>45</sup>

O intendente não poupava nem mesmo os donos de vacarias da cidade pelas péssimas condições de higiene de seus estabelecimentos, atribuindo-lhes não somente ignorância, mas, sobretudo, o desejo de lucro. Esses

---

*patrões no Rio de Janeiro - 1860-1910.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>43</sup> LEMOS, Antonio José. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém.* Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905. p. 162.

<sup>44</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém.* Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908. p. 63.

<sup>45</sup> BORGES, Ricardo, *Vultos notáveis do Pará.* 2 ed. Belém: Cejup, 1986. p. 316.

proprietários eram na maioria de nacionalidade portuguesa<sup>46</sup>. Lemos tinha clareza de que a cidade real impunha muitos riscos. Era preciso ampliar esse projeto de limpeza do espaço urbano, conduzindo uma campanha contra os cortiços, por considerá-los perigosos à saúde pública. Reclamava das aparências enganadoras dessas habitações, fruto da esperteza de seus proprietários. Por isso, ordenou uma "campanha metódica e justa" contra os cortiços, mandando fazer um levantamento de todos os prédios e dos nomes de seus proprietários. A decisão foi drástica:

"Cumprindo libertar a cidade de grande número de cortiços situados em diversos lugares do perímetro urbano, na mor parte insalubres (...) verdadeiros centros de imoralidade (...) perigosos à saúde pública (...) resolvo, determinar o fechamento e demolição de todos os cortiços existentes nesta cidade, ficando para tal marcado o prazo de 90 dias, improrrogável, na forma da lei, e que será contado da data da respectiva intimação."<sup>47</sup>

Cabe assinalar que os cortiços eram considerados ameaçadores não somente pelas péssimas condições sanitárias, mas também pelas desordens que ocorriam

---

<sup>46</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905. p. 157-162.

nesses locais, atrapalhando a ação moralizadora do poder público. Representavam pontos urbanos que se transformaram em focos de infecção, sinal de verdadeiras "anomalias" dentro do novo projeto estético do final do século. Como se não bastasse a péssima feição desses "monstros" bem no "coração da cidade", ainda eram conhecidos por ser um "valhacouto de gatunos e vagabundos."<sup>48</sup> Várias são as notícias de jornais com este teor:

"Chamamos a atenção da polícia para um cortiço que existe à rua General Gurjão n° 54, onde habita grande número de indivíduos desocupados, que se dão ao vício da embriaguez e do jogo, promovendo grande algazarra durante o dia, e até alta hora da noite, perturbando a tranqüilidade da vizinhança(...)."<sup>49</sup>

Em geral, a imprensa também ajudava nessa ação fiscalizadora, denunciando os cortiços e casebres existentes na cidade, como aqui se observa numa outra notícia intitulada "Pardieiros em reconstrução":

"Invocamos a atenção do honrado sr. intendente interino para o abuso que se está cometendo, reedificando o extenso casebre há pouco incendiado na travessa

---

<sup>47</sup> APEP. Fundo Executivo. Leis e Resoluções Municipais 1901/1903. Código de Polícia Municipal, art. 149 de 29 de julho de 1903.

<sup>48</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 25 de setembro de 1891.

<sup>49</sup> *O Pará*. Belém, 27 de abril de 1899.

São Matheus. Hoje mesmo já coberta de novo uma parte, em outra, ainda descoberta. Vários petrechos de sapateiro ou seleiro pendurados nas portas (...)."<sup>50</sup>

O combate aos cortiços foi uma das tarefas que o novo regime impôs às principais cidades brasileiras. O discurso do progresso, baseado na ciência, na higienização e no saneamento, que era também moral, escondia além dos interesses econômicos, o medo que os governantes republicanos tinham da desestabilização política, e para eliminar o perigo, tornou-se necessário expulsar os setores populares das áreas centrais das cidades. Não foi por acaso o bota-abaixo que ocorreu tanto em Belém de Antonio Lemos como no Rio de Janeiro de Pereira Passos, sendo que, na capital da República, ao que tudo indica, parece ter sido mais violento ao expulsar milhares de pessoas do velho centro. Tais pessoas não tiveram outra opção a não ser "apertar-se mais no que ficou intocado, ou subir os morros adjacentes, ou deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da central."<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> *O Pará*. Belém, 17 de fevereiro de 1900.

<sup>51</sup> CARVALHO, José Murilo de. "O Rio de Janeiro e a República". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.5 n. 8/9, 1984, p.135. Sobre esse processo de intervenção e controle político-social no Rio de Janeiro ver ainda: PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lillian. "A reforma urbana e o seu avesso". *Revista Brasileira de História*. v.5. n. 8/9, São Paulo, 1984.; ROCHA, Osvaldo Porto & CARVALHO, Lia de Aquino. A

Por outro lado, muitos trabalhadores moravam nos cortiços, e pelas estratégias saneadoras da Intendência Municipal, e pela concepção de trabalho do novo regime, era preciso dar à família desses trabalhadores habitações em condições salubres que viessem desenvolver no espírito desses operários o gosto pela vida doméstica. Essa normalização social se constituiu num discurso que vamos encontrar tanto nos promissores centros industriais, como em cidades do nordeste e até no extremo norte do país. Antonio Lemos compartilhava dessa estratégia burguesa por encerrar um conteúdo disciplinador. Mais do que enxotar a população do centro da cidade, Lemos concebia um lugar onde pudesse segregar a população trabalhadora. Nesse sentido, enfatizava, em seu relatório anual<sup>52</sup>, a necessidade de criar vilas operárias onde só os trabalhadores pudessem ser alojados sem nepotismo. Nesse mesmo período, isto é, no ano de 1899, o engenheiro-ajudante da Comissão de Saneamento de Belém, Olympio Chermont, dedicou um livro ao governador Paes de Carvalho

---

*era das demolições/Habitações populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986. Coleção Biblioteca Carioca, v. 1.; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983; CARVALHO, José Murilo de. *OS Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>52</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907. p. 151.

e ao intendente Antonio Lemos contendo idéias de construção de casas operárias que " deveriam concorrer para melhores condições das classes proletárias em minha terra."<sup>53</sup> Eram idéias baseadas em vários projetos existentes na Alemanha, Rússia e outros países europeus onde prevaleciam os preceitos da higiene. Essas habitações foram pensadas para o trabalhador solteiro, para as pequenas famílias de operários e para as famílias numerosas, evitando, dessa forma, a superlotação e a insalubridade do local. Esse projeto de Lemos finalmente foi concretizado pelo governo de Augusto Montenegro, numa iniciativa bem de acordo com o discurso da higiene e da disciplina do trabalhador, sendo escolhido um local bem distante da cidade, Marituba, para construir a vila operária.

No que diz respeito às desapropriações, elas eram consideradas importantes nesse projeto de urbanização, tanto que havia no orçamento municipal uma rubrica específica para isso. Nada mais econômico, portanto, do que condenar essas habitações, pois esta era uma forma de obrigar seus proprietários a vendê-las por preços insignificantes ao poder público.

---

<sup>53</sup> CHERMONT, Olympio Leite. *Casas para proletários- breve estudo*. Belém: Typ. da Imprensa Oficial, 1899. p. 15.

Terminando o seu primeiro mandato em 1901, e sendo então reeleito, Antonio Lemos teve a certeza de que era a pessoa escolhida para pôr em prática o projeto de embelezamento da cidade. Comparava o gerenciamento da municipalidade a uma engrenagem que deveria funcionar harmonicamente, pois só assim seria possível acompanhar o desenvolvimento do município.

A cidade foi esquadrinhada: área para ambulantes, área para atividade comercial, locais para os estábulos que de preferência deveriam ficar nos bairros periféricos. Tudo foi delimitado de acordo com os modelos de urbanização encontrados na Europa. Os estábulos deveriam ficar a partir da praça Floriano Peixoto para o lado oriental, excetuando a rua José Bonifácio onde já estava situado o cemitério Santa Izabel.<sup>54</sup> Esse era, na época, o limite da área urbana de Belém, pois a partir da referida praça começava o trecho da Estrada de Ferro de Bragança.

Antonio Lemos, que considerava importante essas ações saneadoras do espaço público, defendia também que a vida privada fosse fiscalizada em sua higiene. Determinou que botequins, hotéis, pensões, torrefações e padarias

fossem inspecionados e que seus empregados fossem matriculados e observados pelo serviço médico. Essa medida mais tarde foi estendida aos empregados domésticos, especialmente às amas de leite e aos funcionários municipais. O controle social no governo de Antonio Lemos foi também uma forma de saneamento do espaço. Nesse propósito, as medidas demonstram que o administrador estava atento a tudo que considerava ameaçador à saúde da coletividade.

Voltando à questão de outro tipo de saneamento exigido nos melhoramentos da cidade, foi pensada a construção de uma rede geral de esgotos para as águas pluviais e servidas e para matérias fecais, medida necessária para a desodorização do espaço público. Em 1906, constituiu-se em Londres uma poderosa empresa, sob a denominação de *The Amazon Development Company Limited*, para tratar da rede de esgotos da cidade. Foi designado pela Intendência para representá-la junto ao consórcio inglês o Dr. Joaquim Lalôr, que assinou o contrato de 200 mil libras em uma das casas bancárias londrinas.

O intendente Antonio Lemos, apesar de achar que esse problema deveria ser resolvido pelo Estado,

---

<sup>54</sup> *Colleção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém dos*

rejubilou-se com esse contrato, achando que dessa vez o sistema de esgotos seria uma realidade. A população da cidade, porém, não festejou tanto, visto que em 18 de junho de 1906 foi assinada uma lei criando uma taxa de 6% sobre o valor locativo de todos os prédios situados na légua patrimonial, para cobrir as despesas com esse novo serviço.

Considerava, também, necessária a construção de um forno crematório para livrar a cidade do lixo ameaçador. A imprensa estava sempre a reclamar do "aspecto repugnante das ruas, praças, logradouros, mercados e outros pontos públicos".<sup>55</sup> Uma das medidas iniciais da administração foi rescindir o contrato com a empresa até então responsável pela limpeza urbana, contratando a firma Pereira Pinto & Cia, que assumiu o serviço a partir de 1º de janeiro de 1898.<sup>56</sup> Ao gestor municipal foi autorizado que instalasse o forno crematório numa área situada no atual bairro da Cremação. Esse equipamento, como a maioria dos que foram implantados em Belém, foi encomendado a uma firma inglesa - a *The Horsfall Destructor Cº*.

---

anos 1898-1901. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903. p. 18.

<sup>55</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 10 de fevereiro de 1898.

<sup>56</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a belle époque. Belém - 1870-1910*. Recife, 1990. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, p.114.

O matadouro era considerado outra obra de urgência devido à má qualidade da carne que a população consumia. Sempre utilizando o discurso da estética e da higiene, tão necessárias ao conceito de civilização, Lemos justificava a construção:

“Penso poder dentro de pouco tempo (...) assinar com a Companhia Pastoril paraense o contrato para a construção e exploração de um matadouro modelo, que responda às exigências da estética e higiene hodierna.”<sup>57</sup>

O matadouro, localizado em terras da vila de Pinheiro (hoje Icoaraci), foi explorado pela Companhia Pastoril Paraense a partir de fevereiro de 1905. A preocupação com o local de abate do gado estava diretamente ligado aos perigos de contaminação da carne que seria consumida pela população.

Por outro lado, esse problema de inspeção da carne e abate do gado não pode ser desvinculado da questão do abastecimento da cidade. Apesar de Lemos enfatizar que sempre atendia ao consumo da população, às vezes sua fala mostrava preocupação com os centros pastoris considerando-os insuficientes frente à demanda. Essa preocupação do governo municipal era provocada, segundo o

intendente, pelo aumento da população local somado ao contingente migrante que chegava à cidade, como bem expressa um dos primeiros relatórios de Lemos:

"O acréscimo inesperado da população, em virtude de grandes levas de compatriotas nossos que estão abandonando os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e até Piauí, flagelados pela seca e que correm em busca de refúgio e trabalho na Amazônia, não tem influído, por enquanto, para agravar nosso mercado alimentício."<sup>58</sup>

Este era um problema crucial para os governos locais. Em 1900, a municipalidade teve que importar carne da Argentina.<sup>59</sup> Como forma de justificar a busca desse produto fora do Estado, Lemos recorria ao discurso do liberalismo econômico, considerando ser a livre concorrência uma prática saudável cuja maior beneficiária seria a população mais pobre. Essa medida, porém, talvez não fosse tão bem vista por alguns segmentos da população, como podemos perceber pela reclamação do intendente:

"A população recebe de tudo imediatos efeitos e eu me congratulo convosco por estes resultados, que desautorizaram os

---

<sup>57</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: A. A. Silva, 1904. p.89.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 112.

pessimistas augúrios de certa imprensa malévola.”<sup>60</sup>

Ainda nessa pauta de organização do comércio, Lemos mandou construir dois mercados na área do Ver-o-Peso, que resultaram em concessões. No dia 01 de dezembro de 1901, foi inaugurado o Mercado do Ver-o-Peso, também conhecido por Mercado de Ferro, situado no Boulevard da República. Além desses mercados municipais, Lemos autorizou a construção de mercadinhos particulares. Sobre as críticas que foram feitas à permissão dada a esse tipo de comércio, o intendente apontava vantagens dizendo que não era apenas um negócio rendoso para os comerciantes, mas também iria contribuir para o desaparecimento dos talhos isolados de carnes verdes onde a higiene era deficiente. Além disso, eram mais fáceis de sofrer a inspeção sanitária.

Um outro problema enfrentado pela municipalidade, no que diz respeito ao abastecimento da cidade, foi o chamado comércio de travessia de gêneros alimentícios de primeira necessidade; no caso paraense, estava a farinha de mandioca consumida pelas camadas menos abastadas da população. Logo ao assumir a Intendência, Lemos recebeu um pedido divulgado em um dos jornais:

---

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 151.

"Ao Sr. Intendente pedimos providências no sentido de acabar com os atravessadores da beira da praia que além das glórias e vantagens que goza o povo (sic), proibem que este compre dos lavradores os gêneros que conduzem para esta capital."<sup>61</sup> (sic)

Antonio Lemos articulou medidas proibindo esse tipo de comércio. Para tal, ordenou que toda a farinha de mandioca chegada ao litoral e destinada ao consumo público fosse recolhida às coxias do Mercado para ser colocada à venda. A farinha de mandioca, apesar de ser fabricada no Pará, não o era em quantidade suficiente, havendo necessidade de fazer importação do Maranhão. Ao contrário de Pereira Passos, que desarticulou a pequena lavoura<sup>62</sup>, Antonio Lemos instituiu prêmios "a animação do abastecimento e variedade dos gêneros alimentícios introduzidos no mercado"<sup>63</sup>. O intendente acreditava que esse apoio à iniciativa privada, no futuro, seria dispensável.

Acompanhando essa nova orientação, o intendente foi autorizado pela Lei n° 158 de 17 de dezembro de 1897 a

---

<sup>61</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 15 de dezembro de 1897.

<sup>62</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical; a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. p. 283.

<sup>63</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório do Intendente Municipal de Belém dos anos de 1898-1901*. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903. p. 104.

criar a guarda municipal, considerada por ele uma medida original, que teria como função não somente fiscalizar ruas, praças e jardins, mas também ajudar na aplicação das multas àqueles que transgredissem as novas posturas emanadas do poder municipal. Na verdade, esse rigor exigido na fiscalização dos munícipes e na aplicação das multas aos atos desafiadores da ordem representou não somente essa concepção de ordenação do espaço, mas também significou uma forma de o erário municipal obter recursos próprios.

A preocupação com o que era arrecadado através das multas aplicadas transparece num Detalhe baixado em 15 de julho de 1898, recomendando à Secretaria da Intendência que fizesse publicar diariamente "as importâncias das multas arrecadadas aos cofres da Municipalidade, em virtude das aplicações feitas pelas mesmas autoridades."<sup>64</sup>

Ao mesmo tempo que foi importante arrecadar dinheiro, Lemos necessitava que os habitantes se educassem quanto a certos hábitos que não refletiam um comportamento civilizado. Proibiu através de lei o hábito

---

<sup>64</sup> APEP. Fundo Executivo. Livro de Detalhes. Belém, 1897-1901.

de corar<sup>65</sup> roupas em lugares públicos, ficando os fiscais autorizados a apreender as peças e levá-las para o depósito municipal.<sup>66</sup> Foi decretada também a captura de animais vagando pelas ruas, sobretudo cães e suínos, um costume que até então existia na cidade. Para completar essa política de disciplinarização dos habitantes, foi baixado um Detalhe proibindo acender fogueiras na via pública nas noites festivas do mês de junho. Dizia o intendente que esse antigo costume, além de causar prejuízos nos calçamentos de granito, visto que, em alguns casos, os moradores acendiam as fogueiras nas calçadas, estava em "desacordo com a civilização de que gozamos."<sup>67</sup>

A resistência ao cumprimento dessas novas medidas é revelada pelo conteúdo do relatório de 1903, quando o intendente ainda reclamava do hábito de corar roupas na rua e da presença de animais perambulando pela via pública. Segundo Antonio Lemos, esta inobservância das leis decorria da "falta de hábito de aplicação de penas",

---

<sup>65</sup> Corar era o hábito de colocar as roupas nos capins da rua fazendo-os de coradouros, para que a roupa, pegando sol, largasse a sujeira com mais facilidade.

<sup>66</sup> Código de Posturas. art. 123, proíbe "corar, enxugar ou estender roupas nas janelas, praças, largos, ruas e travessas, salvo designados pela Intendência..." As lavadeiras sempre eram notícias de jornais pelo fato de estenderem roupas nas ruas ou então pelo modo como se comportavam em público.

<sup>67</sup> APEP. Fundo Executivo. Livro de Detalhes. Belém, 1897-1901.

daí os abusos de parte da população que achava que não devia submeter-se ao policiamento municipal.

A obrigatoriedade de matrícula de empregados e as constantes multas imputadas às desobediências eram recursos aos quais a municipalidade recorria para aumentar sua receita. Esses impostos incidindo sobre uma parcela significativa da população geravam, no entanto, uma série de protestos. No ano de 1900, a Intendência foi procurada por uma comissão de caixeiros que exigia a revogação da taxa de 10% que incidia sobre os vencimentos dos empregados no comércio. Em outros momentos, essas insatisfações foram também estampadas com mais ênfase, como ocorreu com a reclamação dos vendedores ambulantes de hortaliça contra a Lei nº 411 de 16 de junho de 1905, que os obrigava a comprar carrinhos da Empresa Americana de Veículos para venda de seus produtos. Os verdureiros, na época chamados de horteleiros, estavam sempre se insurgindo contra essas medidas municipais, como na greve de fevereiro de 1902, quando se recusaram a pagar os impostos à municipalidade.

Aos mercadores ambulantes, Lemos atribuía a responsabilidade de manter a cidade feia e suja, pois onde estacionavam para exercer suas atividades, deixavam o local imundo. Tal acusação foi dirigida com frequência

aos garapeiros, até que a Intendência resolveu tirá-los das ruas centrais da cidade. Aliás, Lemos sempre discordou da presença das moendas nas vias públicas. Dizia ele, que além da falta de higiene, era um ponto de ajuntamento de indivíduos desocupados e de "desordeiros reincidentes."<sup>68</sup> Havia uma insatisfação quase generalizada das autoridades municipais com esse tipo de comércio, chegando ao absurdo a solicitação de providências, formulada por um membro do Conselho Municipal, em relação aos chapéus de sol usados nos carros de garapa, cuja forma se "acha incompatível em um meio civilizado."<sup>69</sup>

Não só de garapeiros era formado esse universo da cidade; diversos tipos constituíam a paisagem urbana, desde o português de tamancos que vendia leite nas portas das casas até o sorveteiro italiano que foi proibido de mascatear no largo de Sant'Anna por não ter pago a licença.<sup>70</sup> Havia ainda os nacionais que armavam suas bancas para vender café<sup>71</sup>, as quituteiras, os engraxates,

---

<sup>68</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906. p. 164.

<sup>69</sup> APEP. Fundo Legislativo. *Ata do Conselho Municipal*. Belém, 06 de junho de 1898.

<sup>70</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 10 de março de 1898.

<sup>71</sup> APEP. Fundo Executivo. *Livro de Detalhes*. Belém, 1897-1901.

os carroceiros que sempre estavam a "atrapalhar" a via pública e outros tipos de serviço ambulante.

Sempre justificando a necessidade de controlar a proliferação crescente de contingentes de trabalhadores pobres em nome da ordem social, o intendente agiu com todo o rigor que achava necessário no ordenamento do espaço urbano, como se verifica no Detalhe baixado no dia 5 de julho de 1898:

"O sr. Fiscal geral envie-me, com urgência uma relação nominal dos indivíduos a quem se há tolerado que estacionem nas vias públicas para o exercício de qualquer comércio, com indicação dos locais designados para tal fim, providenciando imediatamente para que cesse a mesma tolerância nas avenidas da praça da República e cantos das ruas que para ali convergem."<sup>72</sup>

Depois de pôr ordem no comércio ambulante que atrapalhava e enfeava a via pública, Lemos baixou medidas sobre a aparência das casas. No relatório de 1903, reclamava da falta de bom gosto e de um "verdadeiro sentimento estético" dos munícipes. Em razão dessa "desordem", baixou um Detalhe em 06 de julho, pedindo fiscalização mais rigorosa, em virtude de os moradores da

---

<sup>72</sup> APEP. Fundo Executivo. *Livro de Detalhes*. Belém, 05 de julho de 1898.

cidade terem o hábito de construir suas casas em desacordo com as plantas aprovadas pela Intendência.

Antonio Lemos foi, aos poucos, tentando distanciar a cidade de seu passado colonial imprimindo-lhe uma nova estética que lembrasse as cidades modernas do mundo europeu. As casas de cômodos quentes e cortiços vizinhos não eram compatíveis com o projeto urbano da elite gomífera, especialmente porque esses velhos prédios dividiam os espaços centrais da cidade com Palacetes inspirados no *art-nouveau* e lojas que vendiam produtos importados da Europa. Os jornais, em páginas inteiras, anunciavam os produtos que chegavam às lojas comerciais vindos da Europa. Para o deleite da elite paraense, estava posto à venda desde máquinas Singer, até vinhos, biscoitos, luvas, fazendas e muitos outros prazeres do consumo. Mesmo instrumentos musicais, como piano, rabeca e flauta eram anunciados. Na antiga rua dos Mercadores, atual Conselheiro João Alfredo, encontravam-se lojas com denominações que reforçam o francesismo que se instalou na cidade, como a *Paris N'América*, a *Notre Dame de Paris*, a *Marselhesa*, a *Petit Paris* e vários outros empórios que ofereciam sortimentos ao gosto e alcance dos enriquecidos.

Em relação aos divertimentos, a elite procurava, ao menos no discurso, seguir o modelo parisiense. As atrações eram os cafés, as conferências, os bailes, as óperas e peças teatrais que se exibiam no majestoso Teatro da Paz. Os periódicos são fartos em anúncios das peças que eram encenadas nesta casa de espetáculo, aliás anunciavam e julgavam o desempenho dos artistas, além de registrarem a presença de pessoas importantes que lá se encontravam e como estavam vestidas.

"No sábado, como estava anunciado, subiu à cena o drama - Estátua de Carne, cujo desempenho foi regular e no qual a inteligente atriz a sr<sup>a</sup> d. Anna Chaves revelou-se artista de merecimento. No domingo houve espetáculo em grande gala, em festejo à abertura da Assembléia sendo honrado com a presença dos srs. Presidente da Província e chefe de polícia."<sup>73</sup>

Ir ao teatro além de ser uma opção de lazer, era um sinal de elegância e distinção social, o que levava a uma identificação com o comportamento cultural da elite européia. Para se ter uma idéia do envolvimento da elite com as companhias teatrais que aqui chegavam, uma atriz espanhola chamada Irene Esquirós abandonou o palco, em

---

<sup>73</sup> *Diário de Notícias*. Belém, 25 de abril de 1882. p. 2.

Belém, para casar com João Coelho, governador do Estado de 1909 a 1912.<sup>74</sup>

É neste contexto histórico-cultural que a rua, espaço de circulação de todos os tipos sociais, exigiu uma reurbanização, de modo que viesse a atender especialmente o lazer e a locomoção dessa elite que tinha avidez em mostrar o seu poder e sua identificação com uma cultura européia aburguesada.

Voltando à questão do espaço central da cidade, esta área mais próxima ao porto abrigava, além das lojas e palacetes, inúmeras casas aviadoras e bancárias por onde circulavam os financistas, os comerciantes, os seringalistas, os caixeiros, os vendedores ambulantes, os estivadores, os marinheiros, mas também as prostitutas, os pedintes e os vadios. Então, este problema da proximidade dos cortiços não era novidade. Antes mesmo de Antonio Lemos assumir a Intendência, os jornais de Belém denunciavam esta mistura social. Desse modo, por ser um espaço valorizado pela sua localização, necessitava de uma intervenção do poder público de modo que satisfizesse também os interesses dos grupos econômicos.

---

<sup>74</sup> SALLES, Vicente. *Épocas do teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro de Época*. t. 1. Belém: UFPA, 1994. p. 198.

Para a concretização de tal plano, Lemos, além de contar com recursos locais, teve que fazer empréstimos em bancos nacionais e estrangeiros como já anteriormente foi mencionado. Justificava esses empréstimos invocando abalizados economistas que os consideravam um mal, porém imprescindível. No entanto, Lemos não queria apenas belos jardins e ruas calçadas de paralelepípedos. Uma de suas primeiras realizações, além do matadouro e de dois mercados, foi a construção de duas avenidas que fizessem ligações com o litoral e para tanto mandou publicar editais na Capital Federal, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e na Bélgica.

As avenidas deveriam ser construídas obedecendo as linhas dos chamados boulevards parisienses, orgulhando-se mais tarde dessas vias serem motivo de elogios de visitantes nacionais e estrangeiros. Ao passar por Belém, no final do século, Jean de Bounnefous, viajante francês, teria comparado Belém a Bordéus com "um movimento de veículos de toda a sorte, um vai-e-vem contínuo, que parecia mais um grande centro europeu do que uma cidade tropical."<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> BOUNNEFOUS, Jean. *En Amazonie*. Paris: Kugelmann, 1898. p.51.

As praças e bosques também foram motivos de preocupação do intendente, que viu na arborização da cidade, além da estética, a necessidade de criar locais salubres e higiênicos. Lemos enfatizava que "quanto mais se torna eficaz o saneamento duma cidade, maiores encantos e segurança adquire ela e mais atraente se faz para os visitantes estrangeiros."<sup>76</sup> Apesar de nunca ter ido à Paris ou Londres, ele imaginava Belém com seus *bois* e *squares*. Para cuidar do departamento paisagístico criou o Serviço dos Bosques, Jardins e Hortos Municipais, sob a direção de Eduardo Hass. Sobre esses signos da modernidade, um emocionado depoimento foi dado a um colaborador de *A Província do Pará*, pela escritora norte-americana Mary Robinson Wright:

"(...)Não se retire antes de eu testemunhar-lhe o meu contentamento pela formosura das praças de Belém, pelo asseio de suas vias públicas e particularmente pela delícia inenarrável que desfrutei visitando o Bosque Rodrigues Alves(...) Disseram-me que isto tudo, esta beleza de urbs é obra do Senador Antonio Lemos. Felicite-o vivamente em meu nome, já que não me resta tempo de o cumprimentar em pessoa, como desejava."<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Typ. A. A. Silva, 1903. p. 96.

<sup>77</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908. p. 32.

O apelo modernizador era tão forte que a Intendência mandou buscar equipamentos fora do Brasil para o embelezamento das praças, como aconteceu com a praça Batista Campos, cujos equipamentos foram importados da Alemanha. As praças, que aos olhos do intendente obedeciam a uma concepção bem parisiense por não possuírem gradís, serviam de orgulho e de termômetro do grau de educação da população da cidade. No relatório do ano de 1903, quando se refere às praças, registra a seguinte impressão:

"Devo, contudo proclamar para a honra da população, que durante o ano recém-vindo, manteve em alto grau as suas tradições de educada."<sup>78</sup>

Este elogio se referia ao bom estado de conservação dos logradouros públicos, mostrando o respeito dos transeuntes, especialmente com os jardins. Essa observação por parte do intendente tinha um motivo muito específico. Era que, no ano anterior, havia reclamado do vandalismo nas praças, com roubo de plantas, destruição de canteiros e quebra de bancos, considerando a possibilidade de ser também ato de seus opositores políticos.

Aqui abre-se uma fresta para se discutir se esses atos condenados por Lemos seriam uma forma de resistência aos novos padrões de comportamento que ele tentava impor, ou seriam mesmo atos de vandalismo provocados por inimigos políticos. O certo é que as torneiras públicas estavam sempre quebradas, o que levava Lemos a pedir maior rigor na fiscalização das praças para evitar a ação dos vândalos.

Curioso é que o intendente sempre reclamava da falta de costume entre as famílias de frequentar as praças da cidade, atribuindo esse comportamento a dois fatores. O primeiro deles era o clima, que predispunha à indolência e à falta de hábito das famílias paraenses de frequentarem locais públicos preferindo o interior das casas. Isto me leva a perceber o paradoxo das transformações urbanas; ou seja, Lemos era movido por ideais originários da Europa, mas pensava encontrar no determinismo geográfico um empecilho ao seu projeto de civilização. O outro motivo era culpa, dizia ele, das administrações anteriores, que mantinham ruas e calçadas em péssimo estado, tornando-se quase intransitáveis.

---

<sup>78</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal Municipal de Belém*. Belém: A. A. Silva, 1904. p. 158.

Em busca dessa vida ligada à natureza, o intendente procurou reorganizar o Horto municipal<sup>79</sup> e incluir nas Posturas um artigo que proibia corte de árvores e apedrejamento, em especial as andirobeiras, seringueiras e castanheiras.(art.57). Procurou arborizar a cidade com mudas de mangueiras, por considerar esse vegetal o mais resistente, como também pela facilidade de aquisição e por desenvolver-se rapidamente. O inconveniente eram os frutos que "dão lugar a cenas pouco edificantes e menos conformes com a perfeita civilização popular"<sup>80</sup>, reclamava o gestor municipal. "As cenas pouco edificantes" as quais Lemos se referiu, diz respeito ao hábito popular, que ainda hoje persiste, de apanhar mangas nas ruas, como recorda o memorialista Leandro Tocantins.

"Mas a garotada não se contenta em esperar que a natureza ponha ao seu alcance os doces pomos. Idealizou, então, o estratagema do "bole", uma linha bem longa em cuja extremidade pende um caco de pedra. Lançado no espaço, em direção às pencas de manga, o "bole" deve se enrolar nos caules da fruta. Depois, é iniciada a operação de puxar a linha, como quem empina "papagaio", até

---

<sup>79</sup> Sobre essa questão das praças, bosques e jardins ver SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPEESP, 1996.

<sup>80</sup> *Colleção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém dos anos de 1898 a 1901*. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903. p.13.

conseguir desprender da árvore a presa cobiçável."<sup>81</sup>

O intendente não cansava de reclamar do "rapazio desocupado" e indagava:

"Quando virá o dia em que as mangueiras deixem de ser apedrejadas ao tempo da frutificação e crivadas de pregos e ganchos pelos trabalhadores urbanos, que assim improvisam cabides para suas roupas e sacolas?"<sup>82</sup>

Por estar sintonizado com esses novos hábitos de culto à natureza, Lemos mandou reformar o Bosque municipal por encontrar-se bastante abandonado, transformando-o num local tão aprazível que foi escolhido para sediar o I Congresso dos intendentes. A foto reproduz a elegância que deveria compor o quadro de um encontro político que prestigiava a vida ao ar livre. O povo, agradecido por esses melhoramentos, segundo o próprio autor da reforma, exigiu que ali fosse erguido um busto em sua homenagem.<sup>83</sup> O "povo", para o intendente, não passava na verdade de um grupo de cidadãos que havia

---

<sup>81</sup> TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará - instantes e evocações da cidade*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. p. 134.

<sup>82</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907. p. 205.

<sup>83</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905. p. 268.

solicitado ao Conselho Municipal uma área para erigir um busto em sua homenagem.



Fonte: Arquivo Theodoro Braga.

Antes de inaugurar o próprio busto, porém o intendente já tratara de mandar erigir outro monumento comemorativo ao prestigiado evento político.

A representação de Antonio Lemos como governante de pulso forte precisava se adequar à imagem do piedoso, pois, afinal, essa nova sociedade burguesa não excluiu imagens religiosas, utilizando-as, ao contrário, para a manutenção do culto do indivíduo. Desse modo, nada melhor

do que encomendar uma estátua que simbolizasse essa virtude.

Fazendo parte das comemorações do quarto centenário do Descobrimento do Brasil, organizadas pelo governo do Estado, o intendente, que já tinha sido autorizado pela Resolução nº 54 de 24 de março de 1899, mandou lançar no largo da Sé<sup>84</sup> a pedra fundamental do monumento ao bispo D. Frei Caetano Brandão. A obra vinha sendo executada pelo artista italiano Domenico De Angelis, o qual não conseguiu vê-la terminada, falecendo no meio da tarefa. O trabalho foi terminado pelo não menos famoso Giovanni Capranesi, artista que já havia auxiliado o velho De Angelis em outros trabalhos na capital do Pará, além de ter pintado a famosa tela "Os últimos momentos de Carlos Gomes", que será mostrada no terceiro capítulo.

Antonio Lemos justificava essa homenagem dizendo que Frei Caetano Brandão, além de ter sido bispo do Pará e fundador da Santa Casa da Misericórdia do Pará<sup>85</sup>, era uma pessoa muito piedosa que havia dedicado sua vida aos

---

<sup>84</sup> *Collecção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém dos anos de 1898 a 1901*. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903. p.13. Posteriormente este largo foi denominado de Praça Frei Caetano Brandão.

<sup>85</sup> Arthur Vianna, em seu livro *Santa Casa da Misericórdia Paraense*, afirma que Frei Caetano Brandão não organizou definitivamente a Santa Casa, como declara a lápide: o Frei estabeleceu o hospital do Senhor Bom Jesus, sob a Confraria da Caridade, sociedade distinta da Misericórdia. p. 360.

uma pessoa muito piedosa que havia dedicado sua vida aos pobres. A homenagem ao piedoso Frei representou mais um instrumento político de construção da memória do qual Lemos se utilizou para marcar sua intervenção na cidade.

De uma homenagem ao bispo concretizada em uma estátua, Lemos passava para a execução do que considerava um protótipo da maravilha arquitetônica. Para completar esse quadro de embelezamento urbano, Antonio Lemos abriu concessões para a construção de quiosques, medida bem diferente da adotada por Pereira Passos, que empreendeu verdadeira guerra contra essas edificações. Lá, no Rio de Janeiro, enfeava , aqui em Belém do Pará, na concepção estética do intendente, embelezava a paisagem urbana. Considerava essas construções "leves e elegantes, que não destoam do formoso aspecto de nossos jardins."<sup>86</sup> Como se vê, o discurso da civilização presente nos projetos dos modernizadores brasileiros do final do século também vão apresentar componentes que se diferenciam quanto à concepção de estética e de seus interesses particulares. A concessão para construção dos quiosques coube a Francisco Bolonha, pelo prazo de 20 anos, e deveriam ser utilizados como botequins, cafés, vendas de bilhetes de

---

<sup>86</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1905. p. 350.

loterias, e outros artigos a retalho, exigindo a preservação da higiene do local.

O intendente considerava que uma cidade moderna deveria possuir um sistema de transporte eficiente. Muito reclamava, por isso, à Companhia Urbana da Estrada de Ferro Paraense com o objetivo de implantar um sistema elétrico, visto que ainda naquela ocasião os bondes eram puxados por mulas. Os serviços de transportes urbanos na cidade começaram em 1868 quando James Bond conseguiu, através da Lei nº 585 de 23 de outubro, a concessão pelo prazo de 30 anos para explorar as linhas urbanas. Posteriormente esse serviço passou a ser explorado pela Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, que ampliou as cláusulas obtidas por James Bond, atingindo ruas de bairros mais distantes como a Pedreira, São Braz, Telégrafo, Guamá, Reduto e Umarizal.

Ao assumir a Intendência, Lemos já encontrou a Companhia Urbana como responsável pelos transportes coletivos. Porém isso não o impediu de ampliar esse serviço, tanto que em 2 de dezembro de 1898 o Conselho Municipal discutiu e aprovou o projeto que dava concessão a Silvino Coqueiro para explorar durante 20 anos o serviço de *Tilburys*, que nunca foi implantado. Em 1899, através de outra lei, a de nº 208, o Conselho deu

permissão para a exploração de um outro tipo de transporte urbano, os carros *Rippert*, que também não deram solução ao problema dos transportes coletivos.

A Companhia Urbana de Estrada de Ferro paraense não conseguiu atender as necessidades de uma cidade que crescia em população e em movimento comercial. As reclamações eram constantes. Desse modo, o espaço público constituiu-se num *locus* privilegiado para estudar as reações populares a essas modernas invenções que não vieram solucionar os problemas cotidianos da população. Apesar de não ser um serviço da municipalidade, é a ela que a população demonstrava a sua insatisfação, fosse através de reclamações veiculadas nos jornais, de protestos, depredações ou até mesmo de conflitos armados.

A insatisfação era recíproca, pois a Empresa também vivia em permanente conflito com a população e, em especial, com os guardas municipais. Reclamava a concessionária do hábito que os guardas tinham de querer sempre andar de graça e ainda sentados. O intendente também reclamava da falta de limpeza nos bondes, da falta de educação dos condutores e também dos passageiros que viviam às turras com esses condutores. Esse serviço foi considerado pela população uma verdadeira calamidade.

Porém, o intendente atenuava o péssimo serviço, alegando o seguinte:

"(...)Bem se sabe quão dificultoso é administrar, em nossa terra, qualquer empresa que necessite de concurso de um pessoal numeroso, recrutado nas camadas inferiores (...)." <sup>87</sup>

A fala do intendente menosprezava as "camadas inferiores", considerando as camadas trabalhadoras como as únicas responsáveis pela quebra de regras estabelecidas pelo poder público. Em dezembro de 1905, a Intendência assinou contrato com o representante da *Pará Electric Railways and Lighting Company*, Sr. Christopher Moller, para a introdução dos bondes elétricos.<sup>88</sup> Porém, ainda não seria de imediato que os "bondinhos de burro" seriam desativados.<sup>89</sup> No relatório de 1907, a Intendência reclamava das dificuldades para a implantação dos bondes elétricos devido à falta de entendimento com a companhia

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, p.38.

<sup>88</sup> No jornal *O Liberal* de 19 de julho de 1992, o jurista Sílvio Meira, publicou um artigo acerca do parecer inédito de Rui Barbosa datado de Petrópolis, 21 de fevereiro de 1904, sobre uma consulta feita pela Companhia Urbana de Estradas de Ferro Paraense que se sentia prejudicada pelo rompimento do contrato por parte da Intendência Municipal. O articulista, através dessa documentação, procurou mostrar a famosa política de concessões de Lemos, atribuindo à Intendência a utilização de todos os artifícios para comprometer o empreendimento da Companhia Urbana e entregá-lo aos ingleses organizadores da *Pará Electric*.

<sup>89</sup> Sobre os transportes coletivos na administração de Antonio Lemos ver o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Daisy Rocha de Oliveira intitulado "Um olhar sobre a cidade real: os bondes e seus usuários Belém (1897-1900)". Departamento de História, Universidade Federal do Pará, 1997.

estrangeira. Os bondes a tração animal ainda circulavam pela cidade, motivando uma série de incidentes como o ocorrido no dia 21 de junho deste mesmo ano. Por estarem muito lotados, os animais não conseguiam puxar os vagões, concorrendo para que a população iniciasse um quebra-quebra. Este episódio levou a companhia inglesa a exigir da Intendência o ressarcimento dos prejuízos sofridos. Lemos respondeu que apesar de não aprovar os atos de "selvageria" da população, não atenderia à reclamação da empresa por considerá-la a única responsável pela insatisfação popular.

Para alívio da população e também da Intendência, no dia 15 de agosto foi inaugurada a primeira linha de bondes elétricos. No mês de dezembro, Antonio Lemos já expressava louvores à companhia:

"Prossegue assim a Pará Electric no seu louvável esforço de transformar o nosso sistema de viação, tornando-o tão afeiçoado e considerado como os melhores da Europa e da América."<sup>90</sup>

A cidade estava cheia de símbolos que sinalizavam um projeto modernizador ao gosto das elites enriquecidas

---

<sup>90</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal. Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908. p. 139.

com a economia da borracha. Não bastava, no entanto, apreciar esse invólucro - monumentos, mercados, prédios; era preciso proteger todos os elementos que representavam o sonho burguês da modernidade. Por isso, nada melhor do que dar proteção aos bens públicos desse novo projeto. De pronto, encomendou equipamentos na Europa para combater incêndios, não esquecendo de solicitar também instrumentos para a banda de música, que poderia ser transformada em filarmônica. Convidou para dirigir a banda o maestro Cincinato Ferreira de Souza, que em 1903, através do relatório anual, recebeu elogios pelo "gosto apurado e estilo especial, graças aos infatigáveis esforços do respectivo professor, obediente às minhas instruções."<sup>91</sup> A organização desta corporação era rigorosamente militar, sob o comando geral de Antonio Lemos, tanto que a oposição o chamava de "Feld Marechal dos Bombeiros"(sic). O intendente era quem escolhia os concertos e os lugares públicos nos quais ocorreriam, com os dias previamente determinados. Lemos mostrava-se convencido de que a disciplina e a obediência da

---

<sup>91</sup> Cincinato Ferreira de Sousa, conterrâneo e primo de Antonio Lemos, regou a banda de música do Corpo de Bombeiros até a sua extinção pela resolução nº 242, de 30 de dezembro de 1911, embora ela tenha sido reorganizada em agosto de 1912. O historiador Vicente Salles registra que o maestro Cincinato, compositor de inúmeras obras, foi um dos mais competentes e produtivos músicos do Pará. Cf. SALLES, Vicente. *Sociedades de Euterpe: as bandas de música no Grão-Pará*. Brasília: Edição do autor, 1985. p. 52-53.

corporação eram as garantias que se ofereciam à população diante de acontecimentos que necessitassem de uma ação imediata e eficaz do Corpo de Bombeiros.

Essa foi mais uma das atitudes de Lemos para que a população confiasse na municipalidade e, também, educasse seu gosto musical acreditando que a sua cidade era uma pequena Paris encravada no estuário amazônico. Vale a pena, no entanto, enfatizar que a realização de uma série de empreendimentos na cidade não podia ser descolada de um programa político de concessões, cujas raízes se haviam lançado ainda no tempo do Império. Para transformar Belém numa capital embelezada, Antonio Lemos recorreu não apenas aos empréstimos, mas também às concessões de serviços urbanos, apesar da diminuta receita municipal.

Essa política de concessões tornou-se rapidamente uma política de favores. Começou acintosamente, com a concessão dada ao seu genro Joaquim Gonçalves de Lalôr para explorar os serviços da rede de esgotos, conforme já foi registrado em páginas anteriores. Essa concessão se estendia a seus sucessores e empresas que organizassem, isentando-os de quaisquer impostos por um período de 50 anos. Na sessão da Câmara do Senado, em que foi votada

essa concessão, Antonio Lemos pediu para registrar em Ata que se absteve de votar.

A um grupo de capitalistas liderados por Salvador Ferreira Costa foi dada a concessão para saneamento e abertura de ruas e avenidas dos bairros do Reduto e Umarizal por um prazo de 90 anos.<sup>92</sup> Ainda nesse cipoal de favores vamos ver, em 16 de maio de 1904, a Intendência assinar contrato com Joaquim Silva Vidinha, João Mendes Corrêa d'Oliveira, Bernardino da Cunha Mendes, Tenente-Coronel Antonio Pinto Xavier, este presidente do Clube União e Perseverança, para a ampliação e a modificação do Mercado Municipal e posteriormente a exploração por um período de 30 anos.<sup>93</sup>

O jornal *O Critério*<sup>94</sup>, órgão do Centro de Resistência ao Lemismo, que não desperdiçava munição contra Lemos, denunciou esse monopólio como o mais execrável, entregue de "mão beijada" às pessoas acima relacionadas incluindo o engenheiro Francisco Bolonha. Este engenheiro havia sido o responsável pela construção do Mercado do Ver-o-Peso, tendo conseguido a concessão para exploração de talhos e aparadores, além de ser o

---

<sup>92</sup> BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano - 1824-1929. Ensaio Histórico*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983. p.197.

<sup>93</sup> APEP. Fundo Executivo. Lei n° 384 de 4 de março de 1904.

<sup>94</sup> *O Critério*. Belém, 30 de março de 1912.

concessionário dos quiosques que foram implantados na cidade.

Outra concessão que repercutiu foi a do Entrepasto de Inflamáveis e Explosivos, cujo beneficiário foi o Tte. Cel. Antonio Pinto Xavier, o mesmo que já havia recebido benefícios no mercado municipal. Essa concessão rendeu muita discussão no Conselho Municipal, e para realizá-la Antonio Lemos modificou o art.117 do Código de Polícia Municipal, em 12 de março de 1903. A partir de então, os utensílios inflamáveis ou explosivos destinados à venda a retalho deveriam ser dispostos em lugar arejado, seguro e isolado por muros.<sup>95</sup>

Tornou-se evidente que a obrigatoriedade dessa nova medida havia trazido aumento de taxas, sobretudo para os vendedores de querosene ou fogos, que teriam de pagar o armazenamento por decímetros cúbicos e por prazo não excedente a dois meses. Essa obrigatoriedade atingiu de fato as pequenas mercearias do subúrbio cujo consumidor era a gente pobre que comprava "tostões" de querosene para iluminar seu barraco. Ao mesmo tempo, as embarcações

---

<sup>95</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal*. Belém: A. A. Silva, 1902.

vindas do interior também foram atingidas tanto que para atracarem no trapiche do Entrepasto pagavam uma taxa.<sup>96</sup>

Pela Lei nº 411 de 16 de junho de 1905, o intendente foi autorizado pelo Conselho Municipal a conceder uma série de outros privilégios, conforme tabela abaixo:

FÁBRICA/SERVIÇO	CONCESSIONÁRIO
Fósforo	Tte. Cel. Joaquim Vieira de Miranda
Calçados	Armínio de Andrade
Carrinhos para legumes e outros produtos	Manoel Antonio Guimarães e Manoel Gonçalves
Cerveja	Sociedade Anônima
Charutos e cigarros	Francisco de Barros Telles

Fonte: *Leis e Resoluções Municipais e Atos do Executivo. 1905*

Como já enfatizei, apesar de serem comuns desde o período imperial, as concessões na administração lemista não foram bem aceitas por representarem objeto de barganha política e sobretudo por serem dadas aos amigos, parentes e correligionários do intendente, como podemos constatar com as concessões dadas ao Tte. Cel. Antonio Pinto Xavier, presidente de um dos clubes de honra lemista e que mantinha mais de um privilégio.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> As canoas, barcos ou alvarengas com a capacidade entre 5 a 50 toneladas pagavam 20\$000 por dia.

<sup>97</sup> Antonio Lemos ainda foi acusado de estabelecer concessões suspeitas com: *The Pará Electric Railways and Lighting Comp. Ltd.*, de

Nesta batalha para justificar todas as ações tomadas, desde os gastos considerados excessivos à taxação de profissões e de produtos e o rigor na aplicação das posturas, o "povo" não ficava esquecido. Em nome dele é que essas medidas foram implementadas. Para levar a esse "povo" as benesses da civilização, Antônio Lemos enfatizava:

"(..)Sou por temperamento e por educação um homem laborioso. Meus sentimentos levaram-me de há muito, a dedicar ao bem público, ao serviço de meus semelhantes, a maior soma dos próprios esforços quotidianos."<sup>98</sup>

Muito conscientemente, Antonio Lemos construía a imagem do indivíduo que não podia fugir às armadilhas de seus sentimentos, às suas obrigações morais. Mostrava-se como um predestinado a cuidar de "seus semelhantes" através do melhor governo do bem público. Por isso mesmo, Lemos reivindicava ser não somente o representante do Estado, mas também dos indivíduos que se colocavam sob sua proteção. Essa imagem aparecia constantemente nos

---

viação elétrica urbana; *The Pará Public Works*, de telefones; *The Pará Improvements Comp. Ltd.*, de esgotos; *Empresas Elétricas Paraenses*, de iluminação e energia a eletricidade; La Roque Pinho & Cia, Mercado de ferro; João Monard, de condução de carnes verdes e de beneficiamento de outros; Raimundo de Lalor Piani, de beneficiamento de vísceras. Cf. BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. 2 ed. Belém: Cejup, 1986. p. 282.

jornais situacionistas, como a nota que foi publicada por ocasião da instalação do novo hospital da Santa Casa da Misericórdia:

"(...)além das múltiplas ocupações que tem nosso chefe, a sua perseverante atividade volta os olhares bons e humanitários para os encargos que a confiança de seus associados lhe confiou."<sup>99</sup>

O projeto de urbanização da cidade com construção de praças, jardins, quiosques, belos palacetes, largas avenidas, emaranhava-se com o cotidiano do bota-abaixo de cortiços, da proibição de ambulantes em determinadas vias da cidade, do controle dos trabalhadores através da obrigatoriedade de matrículas e da multa ao carroceiro que conduzia mal a sua carroça; enfim, era uma série de medidas que marcavam esse dia a dia com confrontos entre a população e os representantes da municipalidade.

Desse modo, vários símbolos lembram o que é proibido no mundo da rua, sobretudo, no mundo do lazer das camadas populares que buscavam na conversa de botequim ou na porta do mercado um momento de encontro e entretenimento. Para os meninos nada mais divertido do

---

<sup>98</sup> *Colleção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém dos anos de 1898 a 1901*. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903. p. 27.

<sup>99</sup> *O Pará*. Belém, 02 de agosto de 1900.

que um banho de maré ou o jogo do pincho, mesmo que estivessem desafiando o poder controlador da polícia. Contudo, eram os festejos religiosos, além do carnaval, que possibilitavam ao trabalhador pobre a expressão de suas tradições e práticas culturais.

As correspondências recebidas pela Intendência indicam que, ao longo do ano, as igrejas, com suas irmandades, associações beneficentes, as confrarias religiosas e os festeiros particulares realizavam festas religiosas que congregavam os moradores de suas comunidades. Um exemplo é a tradicional festa do Divino, que em 1899 completava 50 anos, sempre patrocinada pelo Mestre Martinho, conhecido festeiro do bairro do Umarizal.<sup>100</sup> O importante é que o poder municipal estava sempre envolvido com esses festejos, considerando que era ele quem dava a licença para a utilização das ruas e outras providências necessárias ao brilhantismo da festa.

A partir de 1900, os pedidos dos festeiros tornaram-se mais freqüentes, sempre a solicitar ao intendente algum tipo de ajuda. Por ocasião da festividade de São Sebastião, em janeiro de 1902, o festeiro Thomaz José de Souza solicitava colaboração para

---

<sup>100</sup> O Pará. Belém, 22 de maio de 1899, p. 53.

armar coretos e pavilhões. A Intendência nunca se furtava de conceder permissão para essas festividades, desde que não atrapalhassem o trânsito e mantivessem, além do asseio da via pública, a ordem e a civilidade.<sup>101</sup>

Para a tradicional festa do Senhor Morto, que era comemorada pela comunidade católica, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Campina, que era uma irmandade de pretos, sempre convidava o intendente para participar da tradicional procissão. Parecia muito importante que os festejos contassem com a presença do administrador da cidade; Lemos, por outro lado, também reconhecia que era importante manter seu prestígio junto aos festeiros, tanto que, convidado para os festejos de 1905, respondeu ao convite agradecendo e se justificando por não poder comparecer ao préstito - tinha assumido outros compromissos anteriormente.

No mês de maio, era a vez do bairro do Umarizal estar em festa. Festejavam ruidosamente a Ascensão do Senhor. No ano de 1905, apelando "aos sentimentos altruísticos e nobres" do intendente, a comissão dos festejos solicitou licença para ornamentar a Trav. Dom Romualdo de Seixas, e a concessão da "bem e disciplinada

---

<sup>101</sup>APEP. Atos do Executivo Municipal. Belém, 7 de janeiro de 1902.

e correta banda de música do Corpo de Bombeiros Municipal" para dar três concertos. Tudo isto,

"concorrerá para que seja, cada vez maior o preito de homenagens e de profundo reconhecimento ao Chefe prestimoso ao Intendente Modelo e ao Grande Cidadão, pelo elemento popular que ama quer bem e venera aqueles, que, como V. Exa., sabem sentir as emoções e animar e dar apoio às expansões do povo nos seus atos de patriotismo ou nas manifestações de sua fé e crença."<sup>102</sup>

Habilmente, os festeiros sabiam como conseguir o patrocínio de suas festas; bastava pontuar seus pedidos com uma série de virtudes bem ao gosto do chefe da municipalidade. O mais importante nesses festejos era contar com a Banda dos Bombeiros, não somente porque anunciava alegres momentos de lazer, mas também porque dava uma medida do prestígio de que gozavam junto ao intendente.

O mês de junho, obviamente, era o mais festeiro do semestre. Além dos tradicionais terreiros juninos, a comunidade do bairro da Cidade Velha festejava o santo na antiga capela construída pelo arquiteto italiano Giuseppe Landi. Essa era também a ocasião para pedir benfeitorias nos locais, como solicita a comissão local num ofício

---

<sup>102</sup>Ofícios recebidos pela Intendência Municipal de Belém. v. 40 Belém, 18 de maio de 1905.

datado de 15 de junho de 1905. Os festeiros pedem a "harmoniosa banda do Corpo de Bombeiros Municipal para dar concertos em noites que V. Exa. determinar", a cessão do largo e da rua João Diogo até a rua Angelo Custódio para fazer embandeiramento e o aterramento do largo fronteiro à capela de São João Batista para melhor comodidade dos convidados.

Momento como estes das festas religiosas são também ocasiões de pedir outros benefícios que não a urbanização das ruas. No pedido da Sociedade Beneficente do Sagrado Coração de Maria, patrocinadora dos festejos realizados no bairro do Umarizal, por exemplo, aparece a solicitação de permissão para manter as mercearias abertas durante a festividade. Esse momento de festividade era aproveitado pelos negociantes para auferir algum lucro, sem ferir as regras estabelecidas pelas posturas municipais.

Na verdade, como já afirmei, essas festividades eram ocasiões para exigir do poder público benefícios e concessões para suas comunidades, além de ser o momento em que as camadas populares saíam às ruas marcando seu espaço no convívio social. Porém, a Intendência não se envolvia só com festas religiosas de caráter popular. Outras celebrações também foram apropriadas pelo poder municipal, assumindo formas duradouras, como as festas

republicanas, que ocupam inclusive um item específico nos relatórios de Lemos.

As festas comemorativas da instalação da República foram propagandeadas desde o primeiro ano da administração lemista. Pela notícia estampada em um periódico da época, tem-se a impressão de que Antonio Lemos procurou dar à festa cívica um caráter popular, como a do ano de 1898, que levava no préstito "um artístico carro alegórico"<sup>103</sup>, muito freqüente nos desfiles carnavalescos.

A apropriação dos festejos comemorativos à proclamação da República pela intendência lemista objetivava incutir na população a importância de participar dessas festas porque elas representavam uma "bela tradição de civismo", com feição democrática e incorruptível do elemento popular. Lemos fazia questão de registrar em seus relatórios a presença de autoridades políticas, religiosas e de "muitas senhoras da fina flor da sociedade."<sup>104</sup> No relatório de 1903, por exemplo, Lemos enfatizava a "desolada frieza" que caracterizava as festas oficiais, bem diferentes das festas republicanas

---

<sup>103</sup> O Pará. Belém, 08 de novembro de 1898.

<sup>104</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907. p. 19.

daquele ano, que representariam uma "fogosa manifestação em que todas as categorias se fizeram representar"<sup>105</sup>. O povo também não poderia deixar de constar em suas páginas, pois é ele quem "sabe prestigiar com o seu aplauso" o culto ao civismo. A organização desses festejos cívicos sinalizava o propósito do poder municipal de inculcar nos habitantes elementos fundamentais à ordem republicana.<sup>106</sup>

Entretanto, são as estações carnavalescas as que mais revelam as múltiplas vivências no campo do lazer. A elite comprava suas fantasias nas lojas *chic* da rua dos Mercadores para dançar nos bailes de máscaras que se realizavam em clubes ou no Teatro da Paz, ou para as exibir nos cursos que tomavam conta das largas avenidas. No carnaval de 1903 um jornal anunciava que a récita a ocorrer no Teatro da Paz com a presença do governador Augusto Montenegro seria em homenagem à diretoria da agremiação carnavalesca "Cassino Paraense", pela "estupenda vitória que alcançou este ano o seu bem organizado cortejo."<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> *Ibidem*.

<sup>106</sup> As festas comemorativas da Independência do Brasil também foram bastante prestigiadas pelo intendente, tanto que era comum o município participar com dois carros alegóricos artisticamente decorados. Cf. *Álbum das festas das crianças*. Pará, 7 de setembro de 1905.

<sup>107</sup> *O Notícias*. Belém, 28 de fevereiro de 1903. p. 3.

Os clubes, ao anunciarem a sua programação, faziam questão de frisar que do repertório constariam quadrilhas, *polkas* e valsas. Os pobres assaltavam as ruas improvisando imensos blocos de foliões a se divertir com as bisnagas de limão e a pular atrás de bandinhas que não cansavam de tocar marchinhas carnavalescas.

Contudo, esse carnaval das ruas, por gerar uma série de conflitos, passou a preocupar a Intendência, que nos primeiros anos não lhe tinha dedicado nenhuma importância. A permissividade que representava a Folia de Momo deveria ser combatida de modo que os foliões conseguissem através da festa uma "regeneração moral e social". A Intendência procurou conferir um novo sentido ao carnaval ao dar-lhe uma outra roupagem, com as máscaras e fantasias de luxo, acreditando que esses elementos seriam suficientes para a consolidação de seu projeto civilizador.

A partir de 1904, Antonio Lemos baixou uma série de normas que vieram a empobrecer o carnaval de rua, em decorrência de várias proibições contidas nas posturas municipais. Tornou-se proibido andar de máscaras nas ruas após às seis horas da tarde, como também nenhum bloco ou baile deveria se realizar sem ter a licença da polícia, o que significava pesadas taxas que o folião teria de

desembolsar. A tabela baixada em dezembro de 1903 estipulava a taxa de 100\$000 para os bailes públicos e camarotes em qualquer lugar.<sup>108</sup> A respeito dessa intervenção nos folguedos populares, os reformadores da cidade do Rio de Janeiro também baixaram uma série de regulamentações, como a proibição do entrudo, muito popular na temporada carnavalesca, alegando que a brincadeira ameaçava a segurança da população. Na verdade, o carnaval e outras práticas populares tornaram-se, aos olhos dos reformadores republicanos, símbolos de um passado que "ameaçava suas pretensões à Civilização", como bem registra Jeffrey Needell.<sup>109</sup>

Com essas medidas, o poder público tentava dificultar a presença de populares nas ruas durante a quadra momesca, acreditando que estava construindo um novo cenário para as festas no espaço da cidade. Tudo faz crer que os sujeitos que construíram essa prática popular sempre deram um jeito de escapar à ordem estabelecida pelo poder público. A lógica lealista não conseguiu

---

<sup>108</sup>Apud SILVEIRA, Jadilson Gomes da. "Da lógica construída à diversidade da prática: cenários do carnaval em Belém." Comunicação apresentada no XIX SIMPÓSIO DA ANPUH. Belo Horizonte, julho de 1997. p. 3.

<sup>109</sup>NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical - Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.71. Ainda sobre o carnaval do Rio de Janeiro, ver PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

transformá-los em elementos passivos da "ação civilizadora", como bem demonstram as notícias de jornais que circularam no ano de 1913<sup>110</sup>, ou seja, bem depois da queda de Lemos, dando conta que a prática do entrudo ainda se fazia presente nas ruas da cidade.

O carnaval deveria ser uma festa "ordeira e civilizada"; os ruídos, as gargalhadas e as desordens deveriam desaparecer e dar lugar a uma versão européia de alegria carnavalesca, como se fosse um carnaval de Nice. O modelo de festa só comportava elegância e distinção, como supostamente sabiam fazer os povos civilizados. Em seu relatório concernente ao ano de 1906, Antonio Lemos registra a sua empolgação com o carnaval, sinal de que a festa de Momo tinha patrocínio oficial, o que se traduzia em gastos com ornamentação dos lugares onde os foliões deveriam se concentrar:

"O povo acudiu em massa àquela via pública (Praça Justo Chermont, em frente à Basílica de Nazareth), que não teve espaço suficiente para comportar enorme multidão de curiosos. Pouco a pouco foram-se transformando os costumes pelo impulso da regeneração social e da civilização dos povos."<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> *A Capital*. Belém, 12 de janeiro de 1913.

<sup>111</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907. p.251.

Esse registro mostra claramente que a Intendência delimitava o espaço a ser ocupado pelos foliões numa clara demonstração de vigilância e controle que o poder municipal tinha sobre os habitantes, especialmente em ocasiões nas quais os costumes bárbaros pudessem se sobrepor ao projeto regenerador pensado por Lemos.

Contudo, por trás dessa animação da Intendência estavam os gastos que a oposição não se cansava de criticar. Em 1907, a *Folha do Norte* acusava o intendente de gastar dinheiro quando o funcionalismo estava com seus salários atrasados e o município em apertadas condições financeiras. A gritaria do jornal é decorrente das despesas que a Intendência teve em mandar construir arquibancadas de 200 lugares para os amigos e correligionários.

Reconhecia a *Folha do Norte* que essa "animação" de Lemos só tinha um sentido: "agitar os guisos carnavalescos em torno de seu nome."<sup>112</sup> Ainda mais:

"Quem é alegre, o povo é triste!(...) O povo por enquanto não quer festas, está doente. O jugo que o oprime não o deixa respirar livremente(...)." <sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> *Folha do Norte*. Belém, 12 de fevereiro de 1907.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

Para a satisfação de Lemos, até na imprensa portuguesa houve registro do carnaval de 1906. Lembrava o periódico que a municipalidade fora a grande responsável pelo sucesso da folia naquele ano, "ao ornamentar suntuosamente, o Largo de Nazareth à semelhança do que se faz em Nice e em outras capitais francesas."<sup>114</sup>

Apesar desse empenho da Intendência em fazer um carnaval "civilizado", a folia a cada ano ganhava mais foliões de rua, mesmo que tivessem de enfrentar a severa vigilância da polícia, sendo favorecidos pela difícil situação financeira que o município enfrentava, o que é demonstrado pelo desânimo contido no relatório de 1908.

"Esteve menos animado que nos outros anos precedentes o carnaval de 1908 e a tremenda e acabrunhadora crise da praça explicam sobejamente o fato. A intendência, sem arriscar-se a despesas de vulto, fez, todavia, ornamentar a Avenida e a Praça da República, ponto central por onde passam os cortejos e grupos carnavalescos e onde circula o maior número de carruagens conduzindo distintas famílias que ao lado do povo, se entregam às batalhas de confete, jogos de serpentina e outros divertimentos próprios da estação."<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> *Correio de Portugal*. Lisboa, 27 de janeiro de 1910. Este exemplar foi consultado nos documentos do Arquivo Theodoro Braga.

<sup>115</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

A cidade-foliã, que se deseja sufocar por medidas disciplinarizadoras, extrapola os limites impostos pela Intendência, expressando outras práticas culturais com significados próprios no espaço polissêmico da rua. Nada mais significativo do que um bloco de engraxates italianos a pular pelas ruas ao som de uma batucada que havia incorporado uma sanfona.<sup>116</sup> Este bloco, que aparenta ser desafinado aos ouvidos dos foliões nacionais, nada mais é do que a expressão da diversidade de práticas e significados culturais, que sobreviveram ao controle de um projeto civilizador.

Enquanto isso, outros imigrantes, como os espanhóis e portugueses, genericamente conhecidos por "galegos", vão dar expressão a outras práticas, a outras formas de lazer, como as touradas, cujos espetáculos no Circo Colyseio eram constantemente divulgados pelos jornais. Em defesa desse lazer, existia até uma pequena gazeta, *A Tourada*, "consagrada à defesa dos interesses da classe dos toureiros".<sup>117</sup> Entretanto, essa prática não ganhou tanto espaço de divulgação como o carnaval, pelo menos aos olhos de Lemos, que ainda em 1910 continuava a fazer referências ao carnaval em seus relatórios anuais. O "tom

---

<sup>116</sup>A *Tarde*. Belém, 28 de fevereiro de 1916.

<sup>117</sup>A *Tourada*. Belém, 11 de outubro de 1899.

adotado agora aparece bastante diferente", segundo Leonardo Pereira, que desenvolveu uma pesquisa sobre o carnaval durante o período cunhado de *Belle Époque*.<sup>118</sup> O projeto de torná-lo uma festa civilizada assumiu dimensões bem diferentes daquelas que Lemos havia pensado. Restou-lhe apenas registrar o caráter ordeiro da festa quando "distintas famílias" se divertiam "ao lado do povo" em plena área central da cidade.

Das festas, o intendente voltava a sua atenção para o cuidado com os desvalidos. Afinal, um governante não vive só de festas, tornando-se necessário convencer os munícipes de que a caridade fazia parte de seu projeto de governo.

### **2.2.2. Caridade, ciência: como se faz uma imagem.**

Como a ordenação da cidade passava pelo processo disciplinador traduzido não somente em discurso, mas, sobretudo, em ações para o ajustamento ou "regeneração"

---

<sup>118</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *Futebol, carnaval e a construção da identidade nacional na Belém da Belle Époque*. Relatório de Pesquisa. Belém: UPPA, 1996. Como resultado dessa pesquisa, encontra-se no prelo o artigo de Pereira, "Do carnaval da Intendência à folia amazônica: a festa de Momo em Belém do Pará - 1895/1925", fazendo parte da coletânea *Sob a linha do Equador: História e histórias das sociedades amazônicas*. Belém: Cejup, 1998.

social, como gostava de enfatizar o intendente, um conjunto de intervenções na vida social atravessou o cotidiano de Belém.

Em nome da solução dos problemas urbanos, Antonio Lemos concebeu algumas ações que acabaram por confinar indivíduos que representavam um estorvo nesse processo saneador. Nesse sentido, foi necessário "dar proteção" aos pobres e carentes, através do discurso e da ação filantrópica.

Desse modo, assim como as festas, o patrocínio das obras filantrópicas, prática que vinha desde o Império, e que era usada para adquirir prestígio, fez parte do projeto político de Antonio Lemos. Desde 1883, o senador e prestigiado jornalista já exercia o cargo de procurador geral da Santa Casa da Misericórdia do Pará. No ano de 1896, foi eleito vice-provedor para um período de dois anos. Foi nesse cargo que conseguiu, usando de sua influência política, incluir no orçamento estadual de 1896-1897 subsídios para a Santa Casa, no valor de 150.000\$000 para a conclusão do hospital. Graças a esse prestígio político, portanto, foi possível concluir as obras do hospital da Santa Casa. O fato também contribuiu para que Antonio Lemos fosse escolhido Provedor para o biênio 1900-1902.

Afinal qual era a importância de ser membro de uma instituição que vivia da caridade de seus sócios e do Estado, com sérios problemas financeiros, e que tinha de atender aos pobres, crianças e desvalidos?



Fonte: IHGP.- Antonio Lemos com as vestes de Ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

O leitor já está informado da carreira política de Lemos, como ela foi construída, suas artimanhas e as representações que procurava fazer de si próprio ajudado pela sua corte de bajuladores. Então, nada melhor do que começar administrando a Santa Casa de Misericórdia, e através desse cargo, abrir caminho para a administração da cidade. Por outro lado, participar da prestigiosa Confraria da Misericórdia era uma forma de ser identificado com os aristocratas e letrados da época, como escreveu Vianna:

"A influência da Misericórdia (...) também captava nobres e letrados: governadores e generais (...); o quadro de sócios registrou sempre o que Belém de melhor teve na burocracia, na classe armada, no clero e no comércio."<sup>119</sup>

Em 1901, o intendente conseguiu que o Congresso Legislativo incluísse na despesa do Estado o imposto de 2%, mais tarde aumentado para 2,5% - adicional sobre os impostos de exportação, indústria, profissões, desembarque e transmissão de propriedades e extração de loterias, em benefício das obras assistenciais da Misericórdia.

---

<sup>119</sup>VIANNA, Arthur. *Santa Casa da Misericórdia Paraense - notícia histórica 1650-1902*. 2 ed. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, 1992.(1902). p.238.

Outros indícios da preocupação de Lemos com as obras filantrópicas estão assinalados na criação de uma rubrica no orçamento municipal denominada "Festas e regosijos públicos e atos de caridade". Além disso, Lemos procurou amparar os mendigos e orfãos ao construir um Asilo de Mendicidade e um Orfanato Municipal. Por outro lado, mesmo que Lemos se licenciasse da Intendência, o que sempre fazia quando participava das sessões do Senado estadual, o seu substituto deveria dar atendimento às obras assistenciais. No relatório apresentado na segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de 1898, o intendente interino Dr. José Henrique Cordeiro de Castro já informava que havia entregue ao Bispo Diocesano a importância de 120\$000 para distribuir pelos doze pobres cegos que participariam da cerimônia de "Lava-pés". Diz o interino:

"Não podia deixar de ser o meu primeiro ato, ao assumir tão elevado cargo (...) em homenagem ao eminente e preclaro Senador Antonio José de Lemos, cujo coração generoso, magnânimo, aberto sempre ao bem e à caridade, tem nobremente atestado."<sup>120</sup>

---

<sup>120</sup> *Colleção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém dos anos 1898-1901*. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903. p. 28.

Na mesma ocasião, aproveitou para entregar 100 mil réis à diretora do Asilo de Santo Antônio para o auxílio dos órfãos, sempre ressaltando que cumpria a vontade de Lemos. Em outra oportunidade, o intendente também não esqueceu dos índios e, para auxiliar na catequese dos "não civilizados", repassou a quantia de 5 contos à Associação Auxiliadora da Catequese, em cumprimento da Lei nº 355 de 11 de janeiro de 1903.<sup>121</sup> Isto sugere que, por mais que na Constituinte de 1890 o Apostolado Positivista tivesse apresentado uma proposta na qual os índios deveriam se constituir em nações livres e soberanas, o gerenciamento da política indigenista nos primeiros anos da República ainda se fazia no âmbito dos Estados da Federação, segundo o modelo de civilização e catequese.<sup>122</sup> Neste caso, não é o valor da doação que devemos levar em consideração, mas a ação que acabava reforçando a prática assistencialista da administração de Lemos.

A preocupação com os desprotegidos da sorte, que viviam na rua, sem que nenhuma alma caridosa amenizasse

---

<sup>121</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: A. A. Silva, 1904.

<sup>122</sup> Cf. GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil - Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 122. Essas idéias do Apostolado Positivista foram consideradas muito radicais pelos constituintes republicanos.

seus sofrimentos, pontua o discurso de Lemos na criação de um asilo de mendicidade. Este recolhimento foi uma instituição imprescindível na vida paraense, por ter tirado das ruas uma grande parcela dos pedintes. Para Lemos, a cidade comportava dois tipos de pedintes: os que verdadeiramente viviam na indigência e que precisavam ser retirados da via pública, e aqueles "falsos pobres" que naturalmente seriam expurgados das ruas, visto que as medidas de combate à mendicância eram rigorosas.

Desse modo, propôs ao Conselho Municipal a criação dessa instituição, sendo o projeto aprovado em 26 de junho de 1899. O prédio seria construído às margens da estrada de ferro de Bragança, numa área bem distante do centro da cidade, ficando sua administração sob a responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia, porém sob a custódia da Intendência Municipal. Para viabilizar a execução dessa obra, foi criado um valor adicional de 15% sobre o imposto das indústrias e profissões a começar do dia 1º de janeiro de 1900.

O prédio foi construído pela firma Mendes & Cia., tendo a obra iniciado dois meses após a aprovação do projeto. Os trabalhos foram concluídos na segunda quinzena do mês de outubro de 1901, sendo a instituição inaugurada no dia 16 de novembro de 1902, com a presença

das autoridades locais.<sup>123</sup> O tal asilo, inspirado no estilo neo-clássico italiano, foi, por sua suntuosidade, largamente combatido pela oposição, que via nesta obra mais um ato megalomaniaco que não condizia com a realidade financeira dos cofres municipais.

A partir da inauguração ficou proibido esmolar nas ruas, praças, igrejas, edifícios públicos e privados, sob pena de o indivíduo ser enquadrado no código de posturas. Os mendigos não poderiam ser loucos e nem portadores de moléstias infecto-contagiosas, e para serem recolhidos ao Asilo deveriam provar com atestados de pessoas idôneas que eram indigentes. Ainda nesta questão dos requisitos necessários para ser um dos hóspedes do Asilo, Lemos alertava que era preciso ter precaução no recolhimento dos asilados, pois a cidade estava cheia de "falsos pobres". Nos discursos do intendente, o conforto do abrigo era capaz de fazer com que pessoas pobres fingissem ser mendigas, tal a qualidade de vida oferecida pela instituição. Para se proteger desses maus cidadãos, a Intendência ordenou rigor na seleção com aqueles que tentassem morar na Mendicidade, especialmente com os que tivessem condições de subsistência. Estes pagariam uma

---

<sup>123</sup>SARGES, Maria de Nazaré, *op. cit.*, p. 156.

multa de 100\$000 e, no caso de reincidência, poderiam pegar até oito dias de prisão.<sup>124</sup>

Lemos considerava essa obra mais uma instituição civilizadora; mas o que seus efeitos revelam, de fato, é o expurgo social inerente ao seu projeto modernizador para Belém. Era visível o incômodo que a mendicância imprimia à ação saneadora e civilizadora do projeto lemista. Mas a municipalidade podia contar com o apoio da imprensa, que vivia solicitando providências contra "cegos e aleijados que pedem esmola cantando."<sup>125</sup>

A ação "protetora" aos mendigos estava, neste sentido, associada à vigilância, tanto que Lemos mandou instalar no Asilo um posto policial para garantir "a ordem interna e execução das penas disciplinares a que estão sujeitos os asilados."<sup>126</sup> Nesta medida está expressa a preocupação do intendente com a ordem e a disciplina, garantindo, assim, a manutenção dos indesejáveis afastados do moderno circuito filantrópico que havia criado.

Um aspecto interessante era a aproximação que havia, segundo o intendente, entre o combate à

---

<sup>124</sup>Esta medida já fazia parte da Lei de nº 238 que criou o Asilo de Mendicidade de 3 de julho de 1899 -Art.6º, § único.

<sup>125</sup>O Pará. Belém, 24 de fevereiro de 1898.

mendicância através da ação policial e os festejos religiosos. Um exemplo é a sua observação, no relatório de 1904, em relação às diversas formas de exploração da caridade alheia, pois além dos "falsos mendigos", dizia ele, havia ainda os coletores de esmolas que saíam às ruas pedindo dinheiro para a promoção de festas católicas.<sup>127</sup> Voltando à questão do Asilo de Mendicidade, no relatório de 1907, Lemos expressava mais uma vez um conteúdo revelador de auto-promoção ao transcrever as palavras de um jornal no dia 17 de dezembro de 1907:

"(...)graças ao coração generoso do Senador Lemos, acham-se amparados, cercados de carinho, vivendo felizes em uma confortável edificação, que em vez de Asilo de Mendicidade, mais propriamente deve chamar-se Palácio daqueles que foram mendigos."<sup>128</sup>

Lemos, no entanto, não se preocupava apenas com os mendigos. Sua ação filantrópica iria voltar-se também para os órfãos. Em 15 de setembro de 1903, apresentou um projeto para a criação do Instituto Orphanológico para meninos pobres, no lugar denominado Outeiro.<sup>129</sup> Para as

---

<sup>126</sup>APEP. Fundo Executivo. *Leis e Resoluções Municipais - 1901/1903.*

<sup>127</sup>LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém.* Belém, A. A. Silva, 1904. p. 257.

<sup>128</sup>Apud LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém.* Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908.

<sup>129</sup>APEP. Fundo Legislativo. *Atas da Câmara do Senado.* Belém, 15 de setembro de 1903.

meninas órfãs a proteção da municipalidade começou alguns anos antes, a partir do dia 17 de janeiro de 1901, quando o Orphelinato<sup>130</sup>, dirigido pelas irmãs da ordem Filhas de Sant'Anna, foi entregue à administração municipal, com 46 asiladas entre nacionais e estrangeiras. Posteriormente, pela Lei nº 370 de 28 de dezembro de 1903, o orfanato passou a chamar-se Orfanato Municipal de Belém, sendo o intendente autorizado a reorganizar a instrução das orfãs.<sup>131</sup>

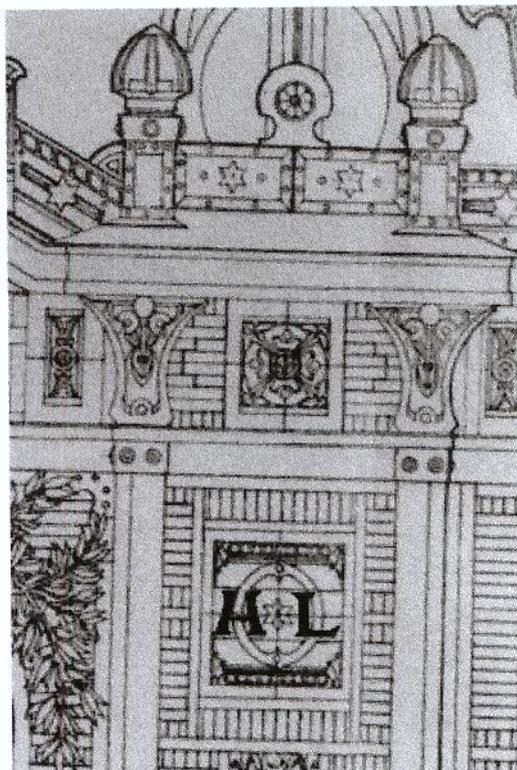
Contudo, o prédio onde funcionava o antigo orfanato, apesar de ser na área central da cidade, não oferecia boas condições de funcionamento, levando Antonio Lemos a sugerir a construção de um outro prédio em área afastada do centro, ou melhor, bem distante, fora da capital. O terreno escolhido para a construção do novo prédio localizava-se na Estrada de Ferro de Bragança, na vila de Santa Isabel, no mesmo local onde Lemos tinha uma chácara batizada de "Retiro Moêma", em homenagem a uma de suas filhas. O projeto de autoria dos engenheiros Joaquim Gonçalves de Lalôr e João da Palma Muniz, bem ao gosto da suntuosidade cultivada pelo intendente, imprimia a marca

---

<sup>130</sup>O Orphelinato Paraense já existia desde o ano de 1893 e era mantido pela Associação Protetora dos Pobres.

<sup>131</sup>APEP. Fundo Executivo. Leis e Resoluções Municipais. 1901-1903.

de sua administração, como pode-se observar nas iniciais de seu nome que aparecem num detalhe do projeto.



Fonte: Arquivo Theodoro Braga

Antes mesmo de ser inaugurado, o Orfanato Municipal passou a chamar-se de Orfanato Antonio Lemos, segundo a lei nº 7433 de 15 de março de 1906.<sup>132</sup> Em 1908, o Orfanato foi inaugurado solenemente pelo seu patrono, que não dispensou os festejos que marcavam sua administração. O lugar escolhido seria o ideal para a educação das órfãs. Sobre a educação dessas mulheres, Lemos comenta:

---

<sup>132</sup>O Orfanato, hoje Colégio Estadual Antonio Lemos, no atual município de Santa Isabel, ainda continua na sua imponência a marcar a história da administração lemista.

"(...)A mulher no entanto não pode ficar circunscrita ao gracioso papel de ornamento do lar. É necessário que ela seja não só a mãe de família tradicionalmente boa e amorável, mas também a companheira eficaz de inteligência culta que com o esposo compartilhe das lutas quotidianas(...). estes conceitos ganham foros axiomáticos, aplicados ao Orfanato, cujo fim é acolher, instruir e educar meninas pobres e desvalidas, cuja aspiração mais nobre deve ser a existência honrada mas laboriosa, das classes modestas(...)." <sup>133</sup>

Recitando idéias correntes à época, Lemos deixava bem claro qual devia ser o papel da mulher pobre numa sociedade hierarquizada e de valores masculinos. O critério da honradez estava associado ao trabalho que deveria ser exercido nos quadros domésticos, e sempre a serviço de seu companheiro.

Antonio Lemos encarava essa filantropia como um "remédio social", porém apresentava outras preocupações filantrópicas, embora fossem de caráter elitista, cuja finalidade era aproximar o povo da civilização através das artes, da música e da literatura.

---

<sup>133</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: A. A. Silva, 1904. (grifo meu)

### 2.2.3. Um Lourenço de Médici nos trópicos?

A associação da imagem de Antonio Lemos às artes pode ser considerada mais uma estratégia de auto-promoção do intendente sem, contudo, estar desvinculada do consumo burguês e do mercado de artes. Para mostrar essa afinidade com o mundo das artes e das letras, habilmente cercou-se dos nomes mais expressivos da intelectualidade local para compor os quadros de *A Província do Pará*, como já foi referido. O produto dessa safra intelectual pode ser medido pelas inúmeras exposições de pinturas patrocinadas pelo governo municipal e outras tantas pelo governo do Estado, assim como pelas obras literárias, muitas delas expressando o que de melhor existia no campo da literatura local, como os "Cantos Amazônicos", publicado em 1900, de autoria do famoso e conhecido gramático Paulino de Brito.

Contudo, dentre seus protegidos, o nome mais famoso na literatura foi o de Humberto de Campos, que além de jornalista, era poeta, contista e crítico literário, chegando posteriormente a ocupar uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras. Antes de seguir para o Rio de Janeiro, porém, ocupou o cargo de secretário da Intendência.

Humberto de Campos estranhava o gosto requintado de Lemos. Questionava-se então, "como um homem sem uma cultura refinada poderia ter um espírito acabadamente aristocrático, prezando o luxo, apreciando as artes, protegendo as letras e tudo que simbolizasse magnificência?"

Mas ele mesmo tinha a resposta:

"Os homens se repetem nos homens. Alexandre reapareceu em Napoleão. Paul Saint-Victor descobriu em Carlos XII a mais completa encarnação de Átila. E não seria difícil ver em Antonio Lemos a inoportuna repetição de um Médici ou do Rei Sol, desvalorizada, apenas, no homem e na obra, pelo evidente prosaísmo da época e pela triste vulgaridade do cenário."<sup>134</sup>

Com essa visão, o escritor, ao mesmo tempo em que tentava comparar Lemos às grandes figuras ligadas ao mecenato, ridicularizava o cenário e a vulgaridade da época em que o intendente vivia. Neste sentido, Humberto de Campos expressa um pensamento que valorizava padrões europeus de civilidade, embora lamentasse a "reencarnação de espíritos" tão refinados em uma cópia da civilização, ou seja, Antonio Lemos, embora tivesse a "cabeça" desses

---

<sup>134</sup>CAMPOS, Humberto de. *Carvalhos e Roseiras*. 2 ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1934. p.23-24.

"grandes homens", era desvalorizado por viver numa cópia da civilização. Afinal, Belém do "fin de siècle" não era nenhuma Florença ou mesmo Paris do século XVI.

Escritores, poetas, pintores, todos tinham uma atenção especial de Lemos. Em 1903, o intendente patrocinou a obra "A Pátria Brasileira" de Virgílio Cardoso de Oliveira, concedendo-lhe 5.000\$000 para a impressão do livro.<sup>135</sup> Ressalto que o patrocínio dessas obras expressa a crença que o intendente nutria pelos valores cívicos, daí sempre que podia procurava inculcá-los através de estratégias educativas.

Um outro exemplo é a autorização que o intendente conseguiu do Conselho Municipal para doar 3.000\$000 para a publicação do livro *História do Pará - 1616-1816*, de autoria de Arthur Vianna.<sup>136</sup> O patrocínio oficial, porém, estendeu-se sobretudo à pintura, como atestam as inúmeras exposições que foram patrocinadas pela Intendência e o número de telas que foram adquiridas para a Pinacoteca Municipal e para o acervo pessoal de Antonio Lemos.

---

<sup>135</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: A. A. Silva, 1904.

<sup>136</sup> *O Pará*. Belém, 15 de março de 1898.

Antonio Lemos aspirava preparar uma galeria de telas de artistas nacionais e de outros talentos reconhecidos, para serem expostos...

"em salão apropriado, quando o Governo Municipal de Belém dispuser de Edifício próprio para a instalação sua e de diversos Departamentos, e cujo início está na tela de Domenico de Angelis e Giovanni Capranesi, que recorda os últimos momentos de Carlos Gomes."<sup>137</sup>

Para completar essa galeria, adquiriu quadros dos pintores Carlos Azevedo, Aurélio Figueiredo, Benedito Calixto e, principalmente, do renomado pintor Antonio Parreiras, ao qual encomendou diferentes telas. As telas pintadas por Parreiras revelam a importância que Lemos dava ao cenário urbano. São pinturas que retratam a "Catedral", "A Praça da República", o "Recanto do Bosque Rodrigues Alves", a "Entrada do Bosque", "Trecho da Avenida São Jeronymo", "A antiga Estrada São José", a "Entrada da doca do Ver-o-Peso", "Um Recanto da Clareira do Bosque", entre outras, cujo propósito era eternizar a cidade em óleo sobre tela, pois assim, estaria também eternizando a sua imagem de intendente.

---

<sup>137</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1908. p. 102-103.

Outro artista de renome foi Theodoro Braga, encarregado de pintar uma das mais famosas telas que compõem o acervo do município. O quadro "A Fundação da Cidade de Belém" foi elaborado a partir de um estudo minucioso feito pelo pintor, que no dia da exposição entregou ao intendente um opúsculo intitulado "A Fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará", contendo 94 páginas, no qual estão listadas as 87 fontes consultadas para a elaboração do trabalho. Theodoro Braga consultou os arquivos portugueses para reproduzir a "mais rigorosa verdade histórica"<sup>138</sup>, segundo as ordens de Lemos. A tela, nas dimensões de 5,00m x 2,50m, enriquecida com uma moldura com detalhes inspirados na flora regional, denotando um cunho nacionalista e regionalista, ficou exposta no salão de Honra do Teatro da Paz durante muitos dias, para o julgamento do público e da crítica.

A tela conta a história da cidade numa perspectiva em que os elementos da identidade nacional estão representados de forma bem marcante. Inaugurada no dia 17 de dezembro de 1908, o convite para a exposição da tela

---

<sup>138</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1909. p. 206.

"Fundação da Cidade de Belém"<sup>139</sup> marcava a "benemérita e valiosa proteção do Ilmo. e Exmo. Sr. Senador Antonio José de Lemos. Digníssimo Intendente de Belém." Aliás, glorificar as datas comemorativas contando a história da cidade através de imagens e representações, fazia parte da administração de Lemos, tanto que em 1907 havia encomendado ao pintor Aurélio Figueiredo um quadro representando a Adesão do Pará à República Brasileira.

Essa proteção às artes foi também direcionada à representação do poder na figura de Lemos. O mesmo Aurélio Figueiredo, em 1907, expôs na Biblioteca e Arquivo Público duas grandes telas em tamanho natural, retratos de Antonio Lemos e da grande figura da diplomacia brasileira, Barão do Rio Branco.<sup>140</sup>

O retrato do "mecenas" também foi encomendado a Theodoro Braga, que no convite para a inauguração da importante obra, assim grafou:

"Theodoro Braga, pintor brasileiro, pede encarecidamente a presença de V. Exca. e da Exma. família à exposição que faz do grande retrato do Exmo. Snr. Senador Antonio Lemos, Intendente do Município de

---

<sup>139</sup>A referida tela faz parte do Museu de Arte de Belém e encontra-se numa das salas de exposição do MABE, localizado no Palácio Antonio Lemos.

<sup>140</sup>BRAGA, Theodoro. "A arte no Pará - 1888-1918: Retrospecto histórico dos últimos trintas anos". *Revista do IHGP*, Belém, p. 154, 1919.

Belém, no Salão Nobre do Theatro da Paz, quinta-feira 14 de julho de 1910, às 8 horas da manhã, ficando penhorado por essa gentileza.”<sup>141</sup>

Com essa obra, Theodoro Braga, que havia cursado a Academia de Pintura de Paris, projetou-se entre os grandes nomes da pintura nacional, reproduzindo outras obras como a tela denominada “Heróis do Rio Formoso”.<sup>142</sup> Ao voltar dos estudos em Paris, Theodoro Braga, após ter ganho o prêmio de uma bolsa de estudos por dois anos, expõe em outras capitais brasileiras como Recife e Rio de Janeiro. A sua obra é marcada por elementos nacionais, preocupação esta expressa nos mais diversos momentos em que propugna pela nacionalização da arte brasileira.<sup>143</sup> Essa relação de Theodoro Braga com o poder sempre foi reforçada através de suas obras, mesmo que fosse com a reprodução de uma simples caricatura que retratasse os poderosos da cidade, como a que foi divulgada na *Revista Paraense*, dando a impressão de que Antonio Lemos, Augusto Montenegro e João Coelho, este recém-eleito Governador do estado, estavam afinadíssimos trabalhando pelo “progresso

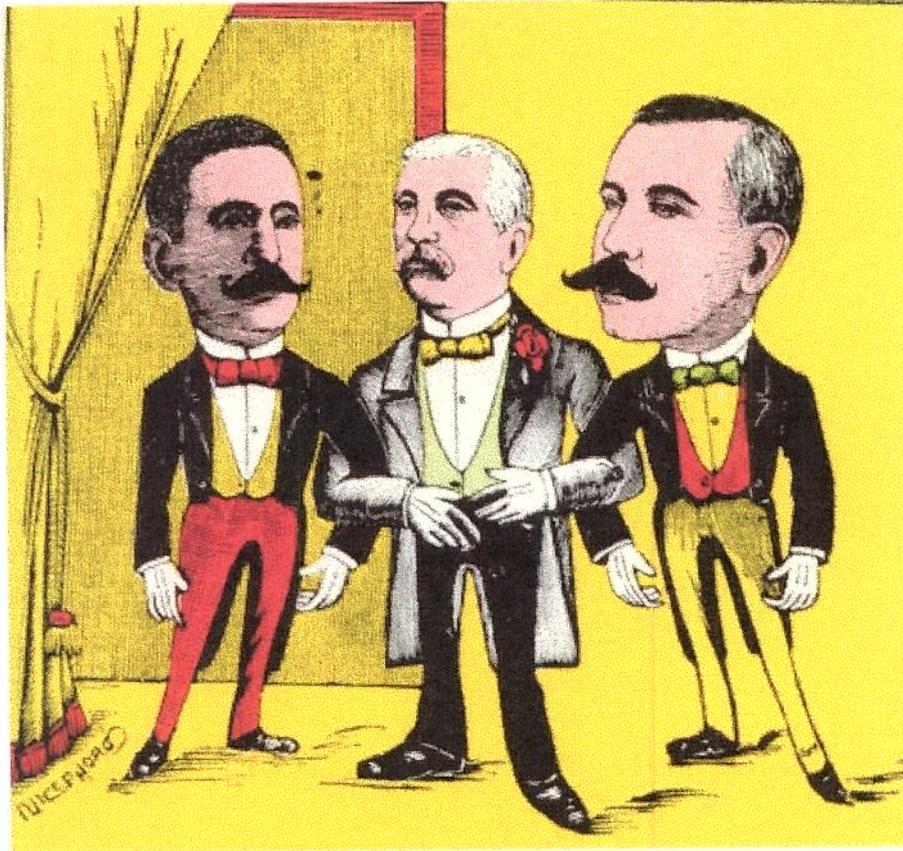
---

<sup>141</sup> IHGSP. Documentos Inéditos do Arquivo Theodoro Braga.

<sup>142</sup> Esta obra faz parte do acervo da Universidade Federal do Pará, além de outras que encontram-se na cidade de São Paulo.

<sup>143</sup> RÊGO, Clóvis Moraes. *Theodoro Braga - historiador e artista*. Belém: SECULT, 1974. p. 29.

do Estado tendo por lema - a honra, o critério e a honestidade."



Fonte: RÊGO, Clóvis Moraes. *Theodoro Braga - historiador e artista*. Belém: SECULT, 1974.

Outras exposições também foram patrocinadas por Antonio Lemos, como a do pintor espanhol Antonio Fernandez, em 1907, que ofertou ao Senador a tela "No Campo"; a de Joseph Casse, patrocinada em 1906, que ofertou a Lemos o quadro, "Praça Visconde do Rio Branco", avaliado em 600\$000; a do pintor Carlos Servi, em 1909, que ofereceu a tela "Fonte Romana" ao patrocinador da exposição. A Intendência ainda adquiriu do mesmo artista a tela "Arte e Pátria", avaliada em 3.000\$000.

No relatório de 1907, o intendente informava orgulhosamente que "estava se desenvolvendo na Capital, nestes dois últimos anos, um notável movimento artístico, atestando os progressos de nossa cultura intelectual."<sup>144</sup> Lemos considerava importante a educação artística, tanto que não mediu esforços para instalar o Instituto Pedro Américo, embrião da futura Escola de Belas Artes.<sup>145</sup> O patrocínio que as artes e as letras receberam nesse período ficou, assim, bastante evidenciado. O papel de protetor das artes que Lemos desempenhou, foi mais uma faceta da "política do favor" disseminada em sua administração. Lemos era aquele que as pessoas deviam reconhecer como alguém que apreciava a manifestação do belo, mas que podia dar ou não dar sua encomenda ou seu apoio, conforme a sua vontade.<sup>146</sup>

Embora seja registrado por biógrafos que a casa de Antonio Lemos era um verdadeiro museu de artes, o intendente fazia questão de ver expostas no Palácio

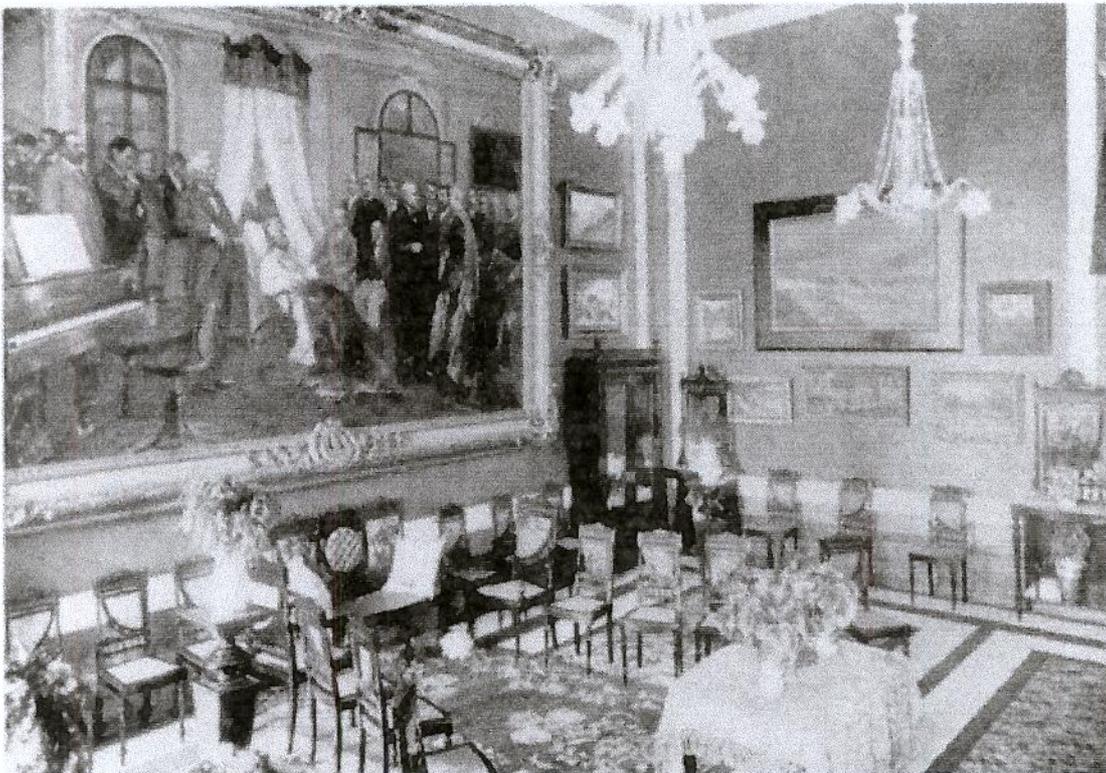
---

<sup>144</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1909.

<sup>145</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1907. p.216. Tudo indica que no ano de 1907, o intendente conseguiu o prédio que tanto reclamava para a instalação do Instituto. No relatório publicado em 1908, Lemos já relaciona entre os prédios do município uma Escola de Belas Artes.

<sup>146</sup> Sobre essa vinculação da arte com o poder ver WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.; HASKELL, Francis. *Mecenas e Pintores: Arte e sociedade na Itália barroca*. São Paulo: EDUSP, 1997.

Municipal todas as obras adquiridas. Como o Palácio também funcionava como extensão de sua casa, a exposição das obras era uma confirmação pública do gosto pelas artes, o que lhe dava o *status* de homem culto e uma identificação com o bom gosto da aristocracia e seus valores. Acrescente-se também a crença que Lemos nutria na permanência dos símbolos que perpetuariam a memória do "mecenas paraense" e a imortalização de sua imagem através das obras de arte, elementos indicadores de sua superioridade e elegância.



Fonte: LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

A foto do gabinete da Intendência documenta um interior no qual encontram-se expostos diversos objetos e obras de arte, cuidadosamente arrumados. São símbolos de uma memória, reveladores de prestígio; demonstram a pretensão de estabelecer laços de proximidade com a nobreza européia através desses objetos de cultura material.

## CAPÍTULO III

### O ÍCONE DA *BELLE ÉPOQUE* PARAENSE

#### 3.1. Percorrendo a trilha do esquecimento

Em 1924, Belém era uma "cidade em ruínas". Era essa a imagem que Reynaldo Bruno, em artigo publicado em *O Imparcial*, expressava aos seus leitores: "Se ao conselheiro Acacio solicitássemos uma entrevista sobre Belém (...) ele repetiria - uma cidade em ruínas. Talvez fosse o conselheiro por essa opinião sensata agraciado com o espírito afrancesado de *detraqué*." Assumindo esta postura crítica, o jornalista se apóia em referenciais que expressam uma inversão das representações sobre a *belle époque*. Pois, ao mesmo tempo que vê uma *urbe* decadente, o autor não se desliga daquele passado que fazia parte de uma história que enchia de orgulho seus moradores. Ainda era capaz de sentir o espírito afrancesado no meio dessas ruínas; basta perceber que *detraqué* ainda era uma expressão que fazia parte do vocabulário do ilustre habitante de Belém, no caso, o Conselheiro Acacio, no recurso ficcional utilizado pelo jornalista. Embora a natureza ainda fosse esplêndida, afinal a saudosa "Francesinha do Norte" ficava situada "à margem do formidioso Amazonas", a situação era de decadência, fazendo lembrar que alguns anos antes "na

administração Lemos, se julgou próximo das demais do Brasil o adiantamento da capital paraense."

Passados 13 anos da administração lemista, era esta a imagem que aparecia na primeira página de *O Imparcial*, numa matéria intitulada "Coisas municipais de Belém"<sup>1</sup>, cujo teor revelava elementos de saudosismo num momento em que as condições da cidade expressavam o seu abandono pelo poder municipal. Paradoxalmente, um outro jornal anunciava o "surto animador que vem tomando o Pará no terreno industrial"<sup>2</sup>, embora considerasse que o poder público não tinha nada a ver com esse "surto" econômico.

Pesquisando nos jornais paraenses a partir de 1914, esta foi a primeira vez que encontrei referência à administração lemista. Isto é perfeitamente compreensível considerando-se os acontecimentos que transformaram Belém, em 1912, em uma cidade amotinada, sendo que a responsabilidade por tais fatos foi atribuída a Antonio Lemos e seus seguidores. Os sete mortos e os quinze feridos no motim deram uma dimensão perversa à memória de Lemos, assim como a elaboração de um luto que se arrastou durante décadas, na medida em que os adversários do ex-intendente estavam sempre a rememorar os "mártires" de agosto de 1912.

---

<sup>1</sup> *O Imparcial*. Belém, 08 de abril de 1924.

<sup>2</sup> *A Província do Pará*. Belém, 17 de outubro de 1924.

Se retornarmos às lembranças do clima de caos que se instalou em Belém a partir de 1911, vamos observar os protestos dos trabalhadores, especialmente os verdureiros, contra a Empresa Americana de Veículos. Estes trabalhadores conseguiram engrossar a "desordem no Ver-o-Peso, em frente ao Mercado de ferro promovido por alguns peixeiros portugueses que atacavam os veículos e tabuleiros da empresa concessionária"<sup>3</sup> e que, segundo Theodoro Braga, eram insuflados pelos "cabecilhas da oposição política". Vamos recordar os panfletos que execravam o intendente conclamando a população a esquecer o seu nome que, a partir de então, passaria a ser simplesmente "O repobro". Os opositores tinham feito os funerais de Lemos, portanto, o "Velho" intendente estava morto antes mesmo de sua morte em 1913. Contudo, esqueceram de enterrar a sua memória.

Nesse percurso da construção da memória, a figura do grande administrador se fez no rastro de um período que significou o fim de uma época áurea, sustentada por uma conjuntura econômica favorável e baseada nos dogmas da civilização e do progresso. Quando Reynaldo Bruno, o autor do artigo, se utilizou de uma coluna para reclamar das administrações posteriores a Lemos tomando como parâmetro as grandes realizações do período lequista, como o Asilo de Mendicidade, o calçamento das ruas e o

---

<sup>3</sup> IHGSP- Arquivo Theodoro Braga - documentos inéditos.

embelezamento de praças e jardins, entre outras, estava, na verdade, aflorando uma memória reparadora, no sentido de querer lembrar Lemos pelas obras realizadas na cidade e que ali estavam para comprovar a grandiosidade do ex-intendente. O articulista dizia não acreditar no poder municipal e concluía desoladamente: "Resta a providência divina. Apelemos, pois, continuando no marasmo, até que a misericórdia do Alto se derrame sobre nós, fazendo luz no espírito dos que sabem viver no escuro." A retomada das lembranças do tempo de Lemos é uma busca de vinculação com o passado que se faz, segundo Maurice Halbwachs<sup>4</sup>, para atender às solicitações do presente e, nesse caso, depois de Lemos, somente Deus para salvar a cidade em ruínas. A frequência com que o "tempo de Lemos" é retomado pelos saudosistas a partir da década de 20, reflete a necessidade de encobrir o período de decadência que assolou a região e que a historiografia local tão bem soube construir para explicar a queda da exportação da borracha e o marasmo que se instalou nas metrópoles amazônicas. Desse modo, lembrar a administração lemista é como querer exorcizar as obscuras administrações após Lemos, que transformaram Belém numa capital decadente.

Porém, nem sempre o saudosismo pela administração de Lemos foi enfatizado. Segundo Pierre

---

<sup>4</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p.87.

Nora<sup>5</sup>, nessa busca da permanência do passado, se estabelecem lugares onde se aprisionam as memórias, frutos de um sentimento no qual não há memória espontânea e, desse modo, os aniversários também se constituem num desses lugares da memória. Nesse sentido, o dia 17 de dezembro transformou-se no grande momento de consolidação de uma memória oficial pelos guardiões da herança lemista.

Neste mesmo ano de 1924, no dia 17 de dezembro, *A Província do Pará*<sup>6</sup> reaviva a memória do seu fundador com o artigo "Senador Antonio Lemos - seu dia natalício." Era um laudatório à figura do homem público que "nem o fogo dos incêndios, nem o abandono dos homens, nem a mentira sistemática e degradante foram jamais suficientes para o aniquilamento do que ele fez". O artigo descortinava a persistência da memória sempre calcada no homem bom, na figura pública que inseriu Belém no contexto da civilização. "Tudo perdura, ainda tudo se ergue como um protesto solene a eternizar-lhe a memória." A ênfase era dada a Lemos, o urbanizador, que continuava "em cada canto(...), no rumor da vida da *urbs* que embelezou com parques e jardins incomparáveis", num gesto de glorificação de um passado em que Belém teria se

---

<sup>5</sup> NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. p.29.

<sup>6</sup> *A Província do Pará*. Belém, 17 de dezembro de 1924.

enquadrado nos moldes da civilização européia. Para completar esse quadro de saudosismo e de reverência à memória do "querido Velho", o articulista anônimo lembrava que amigos do saudoso intendente mandariam celebrar uma missa na capela do Instituto Gentil Bittencourt, pelo descanso de sua alma, numa pretensa sacralização da memória lemista e na consolidação de uma determinada tradição. Essa vinculação entre festa profana e cerimônia religiosa se constitui, de fato, numa tradição que vem desde os tempos de Lemos no poder, pois fazia parte dos festejos de aniversário a celebração de uma missa. Valente de Andrade, um de seus biógrafos, registra que todos aqueles que almejassem cair nas boas graças do intendente deveriam participar deste ato religioso.

Assim vai emergindo um discurso que tenta dar visibilidade à imagem do grande urbanizador, daquele cujo epíteto "Velho" era o "qualitativo com expressivo sentimento e carinho do povo." A imagem do "Velho" é significativa: por um lado, enfatiza o carinho que o povo tinha pelo ex-intendente; por outro lado, tenta resgatar uma leitura do passado que teima em colocar a cidade no mesmo patamar das grandes capitais européias.

Contudo, o saudosismo leva a uma revalorização de questões importantes na época de Lemos, como o

lixo. No ano seguinte, em 1925, saiu um editorial no jornal católico *A Palavra*<sup>7</sup> sob o título "Limpem a capital", dirigido a Rodrigues dos Santos, prefeito da cidade, pedindo que reatasse "a série de benemerências do velho Lemos, sem a megalomania deste." Era uma explícita necessidade de estabelecer traços de continuidade com o passado lemista; estabeleciam-se referências para a manutenção da "tradição", forjada no discurso das elites que insistiam em manter os símbolos da *belle époque*. O próprio Lemos enfatizava esse aspecto da limpeza que estava intimamente ligado ao conceito de civilização, fosse através das posturas ou de seus relatórios anuais.

"A Capital do estado é cuidadosamente varrida e limpa, numa área enorme, apesar dos constantes abusos de certos habitantes, pouco identificados com o dever que lhes assiste de colaborarem com os poderes públicos em prol do bem estar coletivo."<sup>8</sup>

No ano de 1931, nem a movimentação paulista pela Constituição, e muito menos a notícia da chegada de D. Antônio de Almeida Lustosa na condição de novo Arcebispo

---

<sup>7</sup> *A Palavra*. Belém, 15 de fevereiro de 1925.

<sup>8</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907. p. 143.

da Arquidiocese do Pará, impediram *O Imparcial*<sup>9</sup> de novamente homenagear Antonio Lemos na data de seu aniversário. A crônica "O Velho Lemos", escrita por Romeu Mariz, ex-redator e diretor de *A Província do Pará*, percorreu o mesmo caminho laudatório. O jornalista estava não somente homenageando o amigo, mas dando continuidade a uma tradição que foi instituída pelo próprio dono de *A Província*. É sabido que uma das estratégias usadas por Lemos para ampliar sua base de sustentação política era noticiar em seu jornal a presença na cidade de chefes políticos do interior, ou então, homenagear os correligionários e amigos. Ao mesmo tempo, esse artigo de *O Imparcial* também permitiu a Romeu Mariz exercer um duplo papel: o de jornalista informante de uma data que era considerada importante na história local e de memorialista que firmava uma memória que também era sua.

O jornalista começa o texto lembrando que bem cedo, ainda de madrugada do dia 17 de dezembro, "as ruas já fervilhavam, na romaria, à casa do 'Velho', para cumprimentar o ilustre aniversariante do dia". O articulista fazia questão de lembrar que não eram apenas os políticos que disputavam a primazia de "pôr às mãos ou aos pés do 'Senador' o ex-voto do seu culto", eram também os comerciantes, religiosos, ricos, pobres, velhos, moços, que desde a meia-noite do dia 16 de dezembro

---

<sup>9</sup> *O Imparcial*. Belém, 17 de dezembro de 1931.

começavam a se movimentar formando uma romaria em direção à casa do intendente. Esse ritual faz-me lembrar uma variação do beija-mão usado pela realeza para demonstrar a submissão dos súditos a um poder monárquico. Aliás, como monarquista convicto embora republicano por circunstâncias, certamente que Lemos não desconhecia o ritual dos sábados na Quinta da Boa Vista quando o Imperador Pedro II recebia seus súditos para a sessão de beija-mão. Desse modo, o aniversário do chefe político serviu para imprimir um sentido de majestade ao aniversariante e ao cargo que ocupava.

Recorda, ainda, o jornalista, que a cidade virava uma festa, precisamente no trecho da rua onde ficava localizada a casa de Lemos. O autor não esqueceu de lembrar os presentes ofertados ao intendente, que iam desde um "simples bom-bocado que se desmancha na boca até uma carruagem de luxo, com parelhas de puro sangue espanhol", numa perfeita alusão de que o melhor era levado a Lemos, fosse o presente do pobre, no caso o bom-bocado, como do rico, o puro sangue espanhol. Esses detalhes assumem um significado de permanência, de continuidade da memória do intendente, como na obra do escritor Dalcídio Jurandir.

"(Virgílio) Via ela (d. Inácia) na residência do Senador ajudando a arrumar a famosa vitrina dos presentes oferecidos, todos os anos, ao Senador, em

dia de aniversário. Também Virgílio oferecera ao Chefe uma bengala de castão de ouro, e era uma pobre bengala entre as centenas que ali estavam dentre as quais uma, toda de ouro maciço, fulgurava como um cetro."<sup>10</sup>

Alguns adereços funcionavam como verdadeiros símbolos de poder e distinção, como a bengala "que foi por vezes (...) considerada arma aristocrática de defesa ou agressão, em contraste com o cacete plebeu: arma de cafajeste. Era elegante alguém ser agredido a bengaladas(...)." <sup>11</sup>

A referência aos presentes ofertados a Lemos se, por um lado, revela a necessidade de tentar enquadrar Belém num passado de *glamour*, refinamento, e de progresso, por outro era também uma forma de demonstrar a popularidade que Lemos gozava junto às camadas populares. É bom lembrar que não é à toa que o articulista compara os presentes recebidos pelo aniversariante a ex-votos; era como comparar ao Círio de Nazareth no qual os ex-votos se constituem numa das mais sólidas tradições da festa religiosa. Era também um modo de atribuir ao administrador uma devoção dos habitantes da cidade que só aos santos milagrosos era dispensada, como à Virgem de Nazareth.

---

<sup>10</sup>JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Martins, 1960. p. 21.

Embora essa fosse a memória do cronista, um outro significado era dado a essa data festiva, como pode-se observar nas caricaturas publicadas na revista *O Malho*<sup>12</sup> reproduzidas no primeiro capítulo deste trabalho, e reveladoras de imagens discordantes dessas celebrações à data do aniversário do intendente. A comemoração era muito ruidosa, ia das bandas que tocavam a alvorada ao "foguetório votivo" que ensurdecia a cidade; aqui novamente o jornalista faz uma comparação com a ruidosa manifestação às vésperas do Círio de Nazareth, a maior festa da religiosidade paraense. Era uma visão produzida para expressar a grandiosidade dos festejos que envolviam toda uma população; uma construção emblemática e de enraizamento que somente uma comparação ao Círio de Nazareth seria capaz de expressar.

Era a culminância do culto da personalidade do administrador, traduzida em reverência e bajulação. Evidentemente que a seleção desses eventos nada mais era do que a manipulação da memória, maneira eficaz de também mostrar que somente um grupo que se identificasse com os "ideais lemistas" seria capaz de administrar a cidade com competência e com o apoio da população.

No entanto, outras memórias foram construídas. Em 1933, nesse mesmo jornal paraense, apareceu um curtíssimo

---

<sup>11</sup> FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Apud ABREU, Regina. *A fabricação do imortal - memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: LAPA/Rocco, 1996. p.125.

artigo em homenagem ao aniversário de Lemos. O artigo, cujo título era igual a tantos outros, "Senador Lemos - 17 de dezembro"<sup>13</sup>, era contundente. Não era nenhum desfiar de virtudes do homenageado, ao contrário, era um libelo contra aqueles que concorreram para a queda do ex-intendente, pois "um dia essas criaturas se revoltaram contra o criador, revolta surda, revolta de miséria e da ingratidão, pois esses abissínios, esses apedrejadores do sol no ocaso, muitas vezes desejaram chegar a capacho onde o "Velho" Lemos limpava os pés, e isto era uma aspiração mínima."<sup>14</sup> Essa homenagem era muito mais significativa na composição de uma outra memória - do injustiçado, tão necessária para a colocação de Lemos no panteão dos mártires. Esse recorte de memória guarda um significado inerente ao campo do sagrado, pois somente os santos, com suas hagiografias de penitência, foram capazes de sofrer tantas humilhações e provações. Ainda é bom lembrar que Antonio Lemos havia recebido do Vaticano a alta dignidade de Advogado de São Pedro, o que dava autoridade aos saudosistas para inseri-lo num quadro de santidade.

Curiosamente, no ano seguinte, na mesma data, *O Imparcial* publicou, na primeira página, uma notícia sobre o interventor do Estado, Magalhães Barata. A

---

<sup>12</sup> *O Malho*. Rio de Janeiro, 14/05/1911.

<sup>13</sup> *O Imparcial*. Belém, 16 de dezembro de 1933.

notícia ilustrada com uma foto do interventor em bom tamanho, registrava:

"Como era de se esperar, a manifestação que o povo de Pinheiro prestou ontem ao exc. Sr. Major Magalhães Barata, interventor federal, obteve imponente realce como jamais ali se verificou em festas populares como essa."<sup>15</sup>

O *Imparcial*, que estava sempre procurando reavivar a memória de Lemos, neste ano, no dia mais importante para os cultuadores das lembranças do intendente, não fez nenhuma referência à data. Longe disso, o jornal conferiu especial atenção às manifestações de apoio ao interventor do Estado - Joaquim de Magalhães Cardoso Barata<sup>16</sup>, que durante anos concentrou a atenção dos paraenses. O Brasil, nesse momento, apresentava mudanças na conjuntura política em decorrência da famosa "revolução" liderada por Getúlio Vargas. O golpista gaúcho tentou romper com a liderança política dos estados do sudeste brasileiro, sendo que as demais unidades da federação sofreram reflexos dessas mudanças na direção do país. No Pará, não foi muito diferente. Os

---

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> O *Imparcial*. Belém, 17 de dezembro de 1934.

<sup>16</sup> Magalhães Barata foi Interventor do Pará nos períodos de 1930 a 1935 e 1943 a 1945. Foi Governador do Pará no período de 1954 a 1959, ano em que morreu, além de ter exercido o cargo de Senador.

grupos oligárquicos que até então se alternavam no poder local foram substituídos pelas mãos de ferro de um jovem militar que já havia participado dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924<sup>17</sup>. Paulatinamente, Magalhães Barata, um braço de Getúlio Vargas no Pará, foi impondo uma liderança carismática que vigorou no Estado até a década de 50.

Como Lemos, Barata manteve vinculações muito fortes com o interior do Estado, mas com uma grande diferença: enquanto Lemos se apoiava nos chefes políticos, Barata ampliava esse círculo de apoio, envolvendo a população tanto da cidade como do interior. Contudo, os dois chefes políticos tinham consciência de que a manutenção do poder vinha de fora dos limites da capital. Antonio Lemos, por exemplo, inaugurou uma ponte no município de Santa Isabel a qual chamou de "Viaduto Antonio Lemos", também chegou a dar nome a um pequeno povoado no município de Breves, na ilha do Marajó. Mas uma vila não era muito apropriada para uma figura da estatura política de Lemos, daí após três anos, isto é, em 1909, o antigo povoado de Nazareth ter passado à condição de cidade.<sup>18</sup> No que concerne à figura de

---

<sup>17</sup> Sobre esse assunto ver, entre outros, RODRIGUES, Denise de Souza Simões. *Pará/1935: Um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade Cândido Mendes, IUPERJ.

<sup>18</sup> APEP. Fundo Legislativo. Atas da Câmara do Senado. Belém, 1906.

Magalhães Barata, segundo a socióloga Denise Rodrigues, a complexidade de sua personalidade transformou-o em um mito e como tal foi odiado ou amado, na mesma proporção que caracteriza a sua atuação no poder.<sup>19</sup> Como Antonio Lemos, o político Barata também fixou sua memória no espaço interiorano, tanto que um município paraense da zona bragantina leva o seu nome.

Retomando a questão desse "esquecimento" da data de aniversário de Lemos nos anos 1930, isto significou, na verdade, a construção de uma outra memória que veio estabelecer a ruptura com um passado visto como de violências e destruição, mesmo porque nessa época ainda não estava descortinada a ação política violenta de Magalhães Barata. Havia também a necessidade de se romper com os vínculos da República Velha, que espelhava a imagem das oligarquias políticas, e nada melhor do que começar quebrando os laços com as memórias que se identificavam com esse tempo e que o grupo dominante no poder desejava destruir. Então, as atenções se voltaram para a figura de Magalhães Barata, que canalizou para si os sentimentos mais diversos e contraditórios de seus governados.

---

<sup>19</sup> RODRIGUES, Denise. *op. cit.*, p. 31.

Os vestígios das lembranças de Lemos, porém, não se apagaram inteiramente. Vamos encontrar, na edição de 18 de fevereiro de 1940, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro um longo artigo, quase meia página, assinado por Raul Azevedo, antigo redator de *A Província do Pará*, retratando a vida de Antonio Lemos. O artigo era um extenso relato da vida pública de Lemos que se misturava com os sentimentos de saudade, gratidão e indignação. A ênfase estava sempre calcada nas virtudes do homenageado e na sua capacidade de transformar Belém e *A Província do Pará* em verdadeiros exemplos de "beleza estética". Contudo, o autor fez questão de ressaltar o caráter bondoso do homenageado e para corroborar esse seu julgamento tomou como exemplo o esforço que Lemos despendeu junto a Lauro Sodré, que na ocasião era Governador do Estado, para trazer Carlos Gomes para a cidade, embora o maestro já estivesse bastante enfermo.<sup>20</sup> O cronista Jolumá Brito, ao escrever uma *História da Cidade de Campinas*, também fez referência a essa proteção de Lemos a Carlos Gomes no final da vida, enfatizando o lado piedoso do senador.

---

<sup>20</sup> Esse empenho de Lemos em trazer Carlos Gomes para Belém vai render-lhe uma homenagem *post-mortem* da cidade de Campinas, que nomeia uma de suas ruas localizada no bairro da Vila Industrial de Cel. Antonio Lemos, de acordo com o Ato nº 159 de 17 de fevereiro de 1939. Cf. MONTEIRO FILHO, João C. *Ruas de Campinas*. Campinas: UNICAMP/ Centro de Memória, s/d.

"Dia 15, à sua chegada(a Belém), seu aspecto consternava a todos. Antonio Lemos ficara assombrado com a mudança que se operara no seu dileto amigo e protegido, magro, abatido, falando com esforço, sofrendo sempre, enormemente! Tivera verdadeira piedade de ver seu sofrimento físico e moral(...)O Senador Lemos tomou todas as providências possíveis para tentar a cura de Carlos Gomes."<sup>21</sup>

Para Raul de Azevedo, a bondade constituiu-se numa das mais importantes virtudes de Lemos, ao lado do caráter pobre do ex-intendente. Chegava mesmo a afirmar que Lemos havia morrido pobre, paupérrimo.

Este texto busca recompor a memória do injustiçado. "O Pará deve-lhe uma estátua", enfatizava o articulista, como forma de reparar "A noite de São Bartolomeu" vivida por Lemos. Esta analogia aponta para um acontecimento maior na história da violência religiosa, cujo significado, segundo Natalie Davis, está intimamente ligada à expressão da "alma primitiva do povo".<sup>22</sup> Por outro lado, estabelecer relação entre os acontecimentos de 29 de agosto de 1912 e o massacre ocorrido na França do século XVI é atitude reveladora da glorificação e da imposição de uma memória do homem público que foi

---

<sup>21</sup> BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. v. 15. Campinas: s/ed., 1962. p. 138.

<sup>22</sup> DAVIS, Natalie Zemon. "Ritos da Violência". *Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 131.

sacrificado pela turba enfurecida. Quer dizer, no lugar dos católicos franceses estavam os "arruaceiros'", "os turbulentos" das memórias de Theodoro Braga.

O interessante é que nesse momento em que foi escrito o artigo, o autor lembrava que no ano de 1943 Antonio Lemos faria centenário de nascimento, o que com certeza seria comemorado não somente no Pará, mas em todo o país, dando uma dimensão nacional à memória do ex-intendente. Sugeria também que era preciso comemorar, afinal, como registra Mona Ozouf ao descrever a festa revolucionária a serviço da memória — "comemorar era uma forma de alimentar a recordação."<sup>23</sup> Não é de surpreender que os guardiões da memória insistissem na comemoração, já que os festejos sempre fizeram parte do projeto de auto-promoção de Lemos. Também se observa que a memória nacional de Lemos, que havia desaparecido com sua morte, ressurgiu nesse momento não mais em caricaturas de revistas ilustradas ou em noticiários nacionais, mas através de artigo de uma pessoa que havia participado do círculo de amizade do ex-intendente

---

<sup>23</sup> OZOUF, Mona. "La fête révolutionnaire, 1789-1899". In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. p. 462.

No aniversário do ano de 1943, se a homenagem não foi em todo o país como queria o articulista do *Jornal do Comércio*, pelo menos foi uma comemoração mais solene e com as bençãos da intelectualidade da terra. Nesse 17 de dezembro, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará promoveu uma sessão em homenagem ao centenário de nascimento de Antonio Lemos.

O IHGP tinha razões para promover comemorações. Um mês antes, em 10 de novembro, o Instituto ganhava, através de um Decreto Municipal, os móveis, a biblioteca e o prédio onde havia residido, no século XIX, o Barão de Guajará. Então por que não começar com o trabalho de recuperação da história paraense com a cultuação da memória de um dos fundadores daquela associação? O orador da solenidade, o literato Romeu Mariz, já conhecido como amigo e colaborador de Lemos, sob a forma de eloqüente discurso, registrou sua proximidade com o homenageado ressaltando que se esforçaria para falar de Antonio Lemos "aos espíritos ilustres e afeitos às pesquisas históricas" daquela Casa, com isenção de ânimo, afinal estavam ali para "celebrar, sem ódio e sem paixões" a memória do ex-intendente.<sup>24</sup> Nesse momento, a memória de Lemos adentra o lugar da memória oficial, o espaço do culto aos grandes homens, e, dessa forma, Romeu Mariz

estava naquela solenidade ocupando um lugar muito mais relevante do que o de um simples jornalista; ali ele era o historiador, o literato, o portador de um saber, o dono de uma memória que seria elevada à consagração e à legitimação dentro de um ambiente de distinção cultural.

O discurso obedeceu a uma ordem já presente na obra de Carlos Fernandes sobre a figura de Antonio Lemos, o que denota uma recuperação de uma dada tradição escrita. Lemos foi focalizado a partir de diversos ângulos: o político, o homem, o jornalista e o administrador. A cada uma dessas partes correspondia mais virtudes do que defeitos do homenageado. No entanto, ao iniciar sua fala focalizando Lemos, a figura política, Romeu Mariz justificou-se afirmando que foi da política que "mais golpes desferiu contra os homens e mais golpes dos homens recebeu"<sup>25</sup>. Lemos não era nenhum Machiavel dizia o orador, embora sua astúcia se assemelhasse "aos traços e manhas" do Príncipe da obra do escritor italiano.<sup>26</sup> De fato, continua o orador: "Lemos era um senhor feudal, com iguais truculências de todos aqueles que na época, por todo o Brasil, se desmandavam, com isto quase que se eternizando no poder e no mandonismo ilimitado." Ao comparar as ações políticas de Lemos a de outros

---

<sup>24</sup> MARIZ, Romeu Marques. O centenário de Antonio José de Lemos - O "Velho Lemos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 13, p. 31. 1957-65.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 32.

políticos do país, o orador procurou colocar essas lembranças num lugar de permanência da memória de um determinado grupo. Ao mesmo tempo, numa atitude contemporizadora, marca dos Institutos espalhados pelo país, o orador justificava esse desvio, pois ele nada mais era do que o "produto do ambiente nacional, reproduzido no Pará e que imperava por toda a parte do país."<sup>27</sup>

Segundo as palavras do orador, Lemos não era tão pecador como afirmavam os inimigos, pois as truculências eram feitas por amigos subalternos ou por culpa de seus adversários políticos, que inventavam arbitrariedades inexistentes. Desse modo, é importante perceber que mencionar as arbitrariedades do tempo de Lemos - o que era quase um tabu para seus aliados - não significava um ato de coragem ou desprendimento do orador. As palavras de Romeu Mariz já ecoavam distantes no tempo. Este, como membro do Instituto Histórico, se considerava portador da tarefa árdua da divulgação da chamada "verdade histórica", sobretudo porque era uma das testemunhas oculares dos acontecimentos.

Para amenizar aspectos da imagem do político, o orador colocou em relevo o papel do "mecenas" paraense, o que estava intimamente ligado ao espírito de altruísmo.

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 34.

Então, nada melhor do que ressaltar mais uma vez os esforços de Lemos para trazer Carlos Gomes para Belém, que "teve os compromissos saldados, graças aos recursos daqui lhe enviados por Lemos"<sup>28</sup>, quando a iniciativa de convidar o maestro para dirigir o Conservatório de Música do Estado tinha sido do governador Lauro Sodré.<sup>29</sup> Essa recorrência ao gesto benemérito de Lemos para com Carlos Gomes, um reconhecido monarquista, enfatizado em vários momentos por autores diferentes, guarda outros significados, além da questão do mecenato. É uma memória reafirmadora do caráter humanitário e solidário de Lemos e que se transformou em uma imagem muito forte: basta ver a pintura que retrata a morte do maestro campineiro, na qual aparecem as mais altas autoridades da terra e, no meio delas, a figura de Lemos em destaque, o que é representativo da importância política dada ao senador. Por outro lado, retratar a figura de Lemos naquele ato piedoso é imprimir uma imagem não só ligada ao altruísmo; a pintura é uma imagem que vai ser cristalizada na memória e que, portanto, não deve perecer. A solenização

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 45

<sup>29</sup> Cf. PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. p. 212. Ver também COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 1995.; ROSÁRIO, José Ubiratan da Silva. "Carlos Gomes e o sagrado luso-amazônico." In: QUINTO CONGRESSO-ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS, 9, 1996, Oxford. Actas...Oxford - Coimbra, 1998, p. 1831-1839.

da morte de Carlos Gomes<sup>30</sup>, representada no quadro de De Angelis e Capranesi, artistas de prestígio, associa a imagem do artista ao esforço de enraizamento de uma outra memória, que era a de Antonio Lemos.



Os Últimos Dias de Carlos Gomes - 1899

Fonte: Acervo do Museu de Arte de Belém - MABE

A eloquência do orador torna-se mais vibrante quando retrata Lemos, o administrador. Ainda que o homenageado fosse um maranhense, o orador enfatizava "a obra formidável deixada pelo grande paraense, obra vasta e imperecível a que nenhuma outra se igualou até hoje, em extensão e esplendor." Continuava o orador: "Paraense, Antonio Lemos, exclamarão? Sim, paraense, e dos melhores, dos maiores, dos que mais quiseram e amaram e

---

<sup>30</sup> A solenização da morte de Carlos Gomes está num ensaio muito

engrandeceram a terra paraense.”<sup>31</sup> Ao tentar reconhecer Lemos como paraense, Romeu Mariz revela a tensão que se estabeleceu nesse momento sobre a questão da nacionalidade e da naturalidade e que os biógrafos não conseguiram dissimular. O local de nascimento de Lemos, nessa ocasião, não era relevante. O mais importante era firmar a terra onde havia sido produzido o urbanizador, o grande chefe político, enfim, essa manipulação da identidade, que não era algo novo, fazia parte do jogo de manipulação política. Era necessário inserir o urbanizador no contexto paraense como forma de apontar esses benefícios para que “as gerações de hoje possam aquilatar do trabalho de seus antepassados”, numa conformação de uma história que parecia funcionar também como elemento pedagógico. Assim, o conteúdo das lembranças agora é partilhado não só pelos amigos e correligionários. Havia necessidade de se ampliar os “guardiões das memórias”, para que momentos importantes da história local fossem preservados de acordo com a tradição estabelecida pelo grupo dominante.

Ao longo desses anos, a memória de Lemos que circulava na cidade esteve associada à destruição e à morte, vestígios que o faziam “o mensageiro da desgraça, irmão-gêmeo daquelas figuras sinistras que povoam as

---

interessante de COELHO, Geraldo. *op. cit.*

<sup>31</sup> MARIZ, Romeu Marques. *op. cit.*, p. 32.

tragédias de Shakespeare.”<sup>32</sup> A manipulação da memória lemista estava sempre associada à morte, tanto que comparar Belém a uma cidade em ruínas, como fez o jornalista Reynaldo Bruno, era expressar um sentimento de perda, um sentimento de descontinuidade, um desejo afetivo de estabelecer ligações com o passado. Nesse sentido, a homenagem prestada ao ex-intendente no Instituto Histórico e Geográfico do Pará tinha a intenção de imprimir um lustre à memória de Lemos, um caráter homogeneizador, um sentido de permanência capaz de reproduzir um tempo vivenciado por muitos dos integrantes daquela associação. A homenagem do IHGP sinaliza o anseio de preservação da memória restauradora indispensável à sobrevivência das memórias compartilhadas pelos associados.

Entretanto, esta conferência não poderia ficar entre as paredes do silogeu. Após três anos, no dia 17 de dezembro de 1947, ela foi publicada no jornal *A Província do Pará*, sob o título “Nos Refolhos do Passado”.

Em 1950, a mesma gazeta, ou seja, *A Província do Pará*, publicou no dia do aniversário de Lemos o mesmo artigo publicado em 1931 no jornal *O Imparcial*, de autoria do já conhecido Romeu Mariz. Como pode-se observar, Romeu Mariz foi assumindo o papel de um dos

---

<sup>32</sup> CORRÊA PINTO. *Antonio Lemos*. Rio de Janeiro: s/e, 1973. p. 9.

guardiões da memória lemista cunhada por um tipo de história selecionadora e hegemônica.

Até agora, percorremos o caminho da memória através dos periódicos da cidade, mas é preciso percorrer outros caminhos, buscar outros lugares. Nessa trajetória convido o leitor a voltar ao ano de 1923, quando veio a público a obra de crítica literária *Carvalhos e Roseiras*, e lá vamos encontrar as memórias de Humberto de Campos. A obra reúne um ensaio sobre diversas figuras políticas e literárias do final do século. Humberto de Campos, escritor já conhecido dos leitores, pode ser considerado o que mais construiu alegorias para justificar as realizações de Antonio Lemos. Apoiando-se no fenômeno da metempsicose, o escritor tentou explicar como o "absurdo do repentino aparecimento desse homem inculto, com uma tão alta concepção de majestade e beleza", pudesse ter surgido nos trópicos e realizado obras que somente os grandes reis e príncipes realizaram em suas cortes européias<sup>33</sup>. Comparou Lemos a um Médici, a Luis XIV e também aos grandes doges de Veneza. Belém tornou-se esplendorosa e, sem dúvida, acreditava o escritor, "a corte do intendente de Belém era, proporcionalmente, a

---

<sup>33</sup> Humberto de Campos embora não praticasse nenhum credo acreditava que as almas viajassem nos homens. Para conhecer melhor o pensamento e a vida desse escritor ver o livro recentemente lançado na Bienal do Livro pela editora Lúmen, de autoria de Humberto de Campos Filho cujo título *Irmão X, meu pai*, é uma referência ao pseudônimo usado por Humberto de Campos nas mensagens psicografadas por Chico Xavier.

corde de um príncipe italiano da Renascença"<sup>34</sup>. A construção de uma imagem associada à realeza expressa o desejo de dar a essa memória um lugar de reconhecimento de um grupo que se considerava distinto na sociedade. Os fragmentos dessa memória com raízes míticas na Europa ressoaram ao longo do tempo, como num pequeno trecho que encontramos na obra de Dalcídio Jurandir:

"Virgílio nunca esquecerá a mulher repetindo a exclamação do oficial de gabinete do Palácio: este Guajará é o Adriático, o Senador é o Doge. Estamos celebrando as núpcias do Senador com o Adriático. Era uma festa veneziana em pleno Guajará com os gaiolas e vaticanos embandeirados, feéricos, os fogos cruzando o rio. A sensação que tudo acontecia mesmo em Veneza dominava a côrte do Senador. Veneza poderia de súbito boiar com o seu Adriático nas águas do Guajará."<sup>35</sup>

Essa associação da imagem de Lemos a um Doge vamos encontrá-la até em Camara Cascudo, quando escreveu um artigo sobre Carlos Dias Fernandes registrando a passagem do poeta paraibano de Mamanguape por Belém, num "período paraense rutilante do senador estadual Antônio Lemos, o último Doge amazônico."<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> CAMPOS, Humberto de. *Carvalhos e Roseiras*. 2 ed. São Paulo: José Olympio, 1934. p. 28.

<sup>35</sup> JURANDIR, Dalcídio. *op. cit.*, p. 19.

<sup>36</sup> CASCUDO, Luis da Camara. Três Provincianos. *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, I (2), p.160, out/dez. 1969.

A obra de Humberto de Campos é de fato um trabalho de construção da lembrança, não de qualquer lembrança; mas aquela pautada nos "grandes vultos" da história e em figuras mitológicas, recursos que a imaginação poética do autor tão bem soube construir e que deitam raízes em referências que podem representar o percurso de uma suposta civilização.

### **3.2. A memória mediando o presente e o passado**

Quando me propus na primeira parte deste capítulo a percorrer a trilha do esquecimento num período que vai desde a morte de Lemos até a década de 50, estava tentando entender como se dava o jogo da memória do extintendente nos diversos momentos de configuração de uma sociedade que passava por um período de transição política, econômica e social. Continuo perseguindo esses "relampejos da memória", como bem explica Walter Benjamin<sup>37</sup>, procurando detectar a persistência dessa sagração à figura de Antonio Lemos. Desse modo, o tempo de Antonio Lemos representou um ponto de referência na construção de uma "civilização" nos trópicos, expresso pelos boulevards, jardins, roupas, comportamentos e uma gama de símbolos que marcaram uma estreita ligação com os

---

<sup>37</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *Obras Escolhidas - Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

hábitos vindos da glamourosa Paris ou da aristocrática Londres.

Nesse percurso da memória da "civilização", constituiu-se uma galeria de "vultos notáveis" do Pará Antonio Lemos destacou-se por representar uma síntese desse passado que deveria ser permanentemente cultuado. Os cultuadores dessa memória sempre privilegiaram a distinção e a civilidade, o refinamento e o poder - significados simbólicos que se enquadravam no perfil de Antonio Lemos, enquanto homem público que deveria ser portador dessas qualidades. As memórias não se esgotaram nos artigos que foram publicados na imprensa em homenagem ao aniversário do ex-intendente. A partir da década de 60 emerge uma série de obras que, embora não tivessem um caráter propriamente biográfico, privilegiaram sempre a figura do grande urbanizador da cidade.

Essas memórias apareceram em fragmentos dispersos. Por isso mesmo, foi necessária uma operação de "salvamento" do que poderia ser uma espécie de memória coletiva para que, nesse jogo, o esquecimento não sobressaísse. Na verdade, esse aparente sentido de coletividade expressava a memória de um determinado grupo social que sempre manteve estreitas ligações com a política local. Nesse sentido, a rememoração do mito apresenta-se, em 1963, sob a forma de um guia histórico

com o sugestivo título de *Santa Maria de Belém do Grão Pará* de autoria do escritor Leandro Tocantins.

O autor reúne uma série de informações sobre o processo de formação da cidade para "revelá-las ao turista e reavivá-las no espírito dos belemenses."<sup>38</sup> Era preciso "valorizar esse patrimônio", manter as "boas tradições" maltratadas pelo pretense progresso. No meio dos palacetes, das igrejas, das águas, do teatro e das mangueiras, sobressaía a memória de "O 'Velho' Lemos, o transformador da cidade." No entender do escritor, "quem quiser adquirir melhor compreensão de Belém terá de se informar sobre a vida e obra de uma figura que se ligou à capital paraense: o Intendente Antonio José de Lemos."<sup>39</sup> A proposta, segundo o autor, não era descrever o chefe político considerado pela oposição um homem que não sabia ter adversários, pois a obra realizada por Lemos, o seu desempenho na municipalidade, "o redimirá dos erros ou dos excessos de mandonismo."<sup>40</sup> Essa memória que é veiculada, ao mesmo tempo é também não-dita, pois não é esta a memória que os cultuadores desejam transmitir às gerações. Concordo com Pollak que reconhece que entre "o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa (...) uma memória coletiva subterrânea da

---

<sup>38</sup> TOCANTINS, Leandro. O "Velho" Lemos, O transformador da cidade. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará - instantes e evocações da cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 15.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 91.

sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor.”<sup>41</sup> O que torna-se importante nessa memória é sua capacidade de enfatizar o papel de Lemos enquanto urbanizador, pois o chefe político arbitrário, articulador e astucioso não deveria prevalecer nessas lembranças.

Para Leandro Tocantins, é o sentido prático das realizações que caracterizou a administração lemista; daí, a explicação para o clima bellepoquiano que impregnou a cidade no final do século. Afinal, Lemos “nem sequer apresentava no seu roteiro de vida a clássica viagem à Europa, que era na Amazônia daquela época, o traço *distingué* da personalidade.”<sup>42</sup> Portanto, apesar de Lemos não ser um homem culto, isto segundo os parâmetros das elites locais, sabia manifestar o gosto por uma cultura ilustrada; era uma pessoa refinada e distinta que conseguia imprimir majestade a tudo que o cercava. O texto de Tocantins apresenta semelhanças com as idéias esboçadas por Humberto de Campos na obra *Carvalhos e Roseiras*. A imagem do ex-intendente continuava alegoricamente ligada às grandes figuras da história universal, embora o autor também o considerasse um

---

<sup>41</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 8. 1989.

precursor de Burle Marx na concepção brasileira de jardinagem. Na verdade, não existe nenhuma preocupação do escritor em dar um novo enfoque à narrativa. Para ele, o importante era dizer que existiu um homem que foi o grande responsável pela "Renascença" experimentada pela cidade.<sup>43</sup> O texto de Leandro Tocantins desde o início já revela uma saudade do tempo que passou, pois Lemos é "O Velho" que transformou a cidade, ele é o símbolo de um passado mítico. As idéias selecionadas funcionam na reificação do indivíduo, na sacralização de um tempo, na transformação da imagem de Lemos num *ethos* urbano, pois sua memória não está presa num monumento, ela paira sobre a cidade, como bem disse o autor anônimo de um artigo no jornal: "Tudo perdura, ainda tudo se ergue como um protesto solene a eternizar-lhe a memória."<sup>44</sup>

Em 1968, vem a público a obra de Corrêa Pinto - *Belém - Imagens e Evocações*, centrada numa representação da cidade em que viveu o autor em sua juventude. Constituída de imagens de Belém "como teatro de acontecimentos memoráveis", a obra retrata um cenário que compõem-se de fragmentos reveladores de múltiplas memórias. O capítulo denominado "Presença de Antonio Lemos" relembra a Belém da *belle époque*. Seu texto repõe um discurso que os apologistas de Lemos sempre souberam

---

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> TOCANTINS, Leandro. *op. cit.*, p.97.

explorar: Lemos era aqui a representação do governante de todas as classes, pois "fremente e generosa vitalidade parecia que nivelava todas as categorias sociais, irmanando-as num só ideal: o engrandecimento da cidade."<sup>45</sup> A narrativa, no entanto, acrescenta comentários acerca do caráter autoritário e caudilhesco do administrador, que se desfaz diante da pretensa verdade que o autor tenta atribuir à sua lembrança:

"Na realidade, atribuíram-lhe atos que nunca praticou, frases que jamais proferiu, vinganças que nem por sombra concebeu. E mesmo que houvesse cometido um sem número de erros, como político, o que realizou em Belém, como administrador, dava-lhe direito ao amor público irrestrito e perene."<sup>46</sup>

O escritor utilizou-se de vários artifícios, como a valorização do esteta, do administrador preocupado com "a adaptação de um povo às mais confortáveis condições de existência"<sup>47</sup>, para eliminar das lembranças elementos que não se coadunavam com a memória coletiva. Afinal, Lemos teria sido a representação do "povo no poder", além de ter representado "a perfeita imagem do anônimo e caprichoso poder chamado Povo; vindo da obscuridade,

---

<sup>44</sup> *A Província do Pará*. Belém, 17 de dezembro de 1924.

<sup>45</sup> CORRÊA PINTO. *Belém - Imagens e Evocações*. Rio de Janeiro: s/e, 1968.p. 144.

<sup>46</sup> *Ibidem*. p. 137.

<sup>47</sup> *Ibidem*. p. 142.

chegou a decidir da sorte de um Estado."<sup>48</sup> Tanto no texto de Corrêa Pinto como no de outros autores já referenciados aqui, sobressai a idéia do indivíduo predestinado a ser o grande esteta da cidade, o auto-suficiente, o protetor das artes.

"Sozinho, era ele todo um programa administrativo, todo um sistema de governo. Verdadeira influência planetária a sua personalidade dominadora exerceu na vida paraense no passado, pois em torno de Antonio Lemos gravitava a maior constelação de valores existentes naquela tradicional unidade federativa."<sup>49</sup>

Considerava Lemos um modelo de distinção aristocrática, "sempre superior nos gestos e nas atitudes", afirmando ser a elegância um "dom congênito", portanto o ex-intendente já teria nascido com esse atributo, por isso ele era diferente dos "outros". Recorre à fotografia para descrever minuciosamente "as magníficas revelações da sua alma, do seu mundo interior." Através dos retratos tenta descrever "o febril encantamento pela cidade que tanto amava."

"Em seus olhos plácidos, não cintila, de modo algum, a vibração de um temperamento impetuoso, mas a luz concentrada da experiência. Esses olhos, entretanto, denunciavam um espírito sensualmente enamorado pela poesia e pelas delícias do mundo. Sob o bigode pendente, os lábios

---

<sup>48</sup> *Ibidem.* p. 136.

<sup>49</sup> *Ibidem.* p. 137.

esboçam um sorriso de ironia perante a vida. Detalhe curioso é não haver, nesse conjunto fisionômico, nenhuma ruga que nos fale de possíveis dissabores, das mil preocupações cotidianas, dos íntimos conflitos para a solução de um problema, como também nenhum sinal anunciador dos futuros dias trágicos do velho caudilho. Ao contrário: a despeito da fronte encanecida, o rosto conserva, esplendidamente, uma serena pureza de linhas."<sup>50</sup>

A narrativa se alimenta de elementos que transformavam o jogo da memória em um retorno a um tempo da história que deve ser conservado e consagrado. Nessa relação que o memorialista mantém com a história, se estabelece a necessidade de narrar acontecimentos que fazem parte dessa memória mesmo que a narrativa carregue em si o apelo para uma outra compreensão. Nesse sentido, a narração dos acontecimentos que culminaram com a expulsão de Lemos da cidade traz um misto de indignação e surpresa; tais fatos parecem descabidos diante das obras realizadas pelo ex- intendente.

"A mesma multidão que o levara ao triunfo o levou igualmente ao opróbrio. O povo - em favor do qual empenhara quatorze anos de devotadíssimos esforços, ao qual possibilitara viver numa capital maravilhosamente remodelada; esse povo o cobriu de ultrajes, o submeteu às mais tremendas humilhações e acabou por enxotá-lo como um réprobo."<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 139-140.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 146.

Nessa crítica ao povo está em jogo um trabalho de construção da memória do injustiçado, e os biógrafos, com um olhar diferente dos contemporâneos e por estarem distantes por décadas, tornaram-se instrumentos de enquadramento dessa memória. Desse modo, esse trabalho de enquadramento sempre refletirá "tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes."<sup>52</sup>

Contudo, a execração de Lemos ou mesmo a sua morte não representaram uma ruptura com o passado. O dimensionamento da memória revela uma teia de significados:

"Mas a figura de Antonio Lemos não é daquelas que as pás de terra atiradas sobre o ataúde fazem desaparecer para sempre.

Para estar presente na memória dos paraenses, ele não necessita de uma estátua em praça pública, nem de ter seu nome dado a uma avenida ou gravado no frontispício de uma instituição. Sua imagem está para sempre ligada à própria imagem de Belém."<sup>53</sup>

A evocação do escritor sinaliza uma luta contra o esquecimento, pois desde o artigo de Reynaldo Bruno já se verifica um embate entre memória e esquecimento, e o

---

<sup>52</sup>POLLAK, Michael. *op. cit.* p. 9. Enquanto Halbwachs utiliza o conceito de "memória coletiva", Pollak prefere trabalhar com o conceito "enquadramento da memória".

legado de Antonio Lemos é visto como um elemento redentor desse passado. Como tantos outros escritores, Corrêa Pinto vislumbra um *ethos* urbano capaz de dispensar qualquer outro símbolo, dado que a cidade por si mesma se constitui na memória de Lemos.

No momento em que Corrêa Pinto escreveu essa obra, ainda não havia sido cogitada a vinda dos restos mortais de Lemos para Belém, e nem tão pouco haviam erigido alguma estátua ao senador - apenas uma avenida que se chamava 1º de Maio passou a ser denominada de Avenida Senador Lemos, em 1943. Para o escritor a memória do ex-intendente se sobrepunha aos símbolos de concreto, pois as vozes individuais ressoavam na memória dos paraenses. Antonio Lemos era uma presença constante na cidade apesar das injustiças sofridas, reafirmava o autor, pois ele mesmo "várias vezes percorrendo as alamedas do Bosque Rodrigues Alves - esse logradouro que ele transformou num horto romântico"- teve a impressão de que "a alma do velho político andava, sonâmbula, por ali." Essa presença fantasmagórica de Antonio Lemos cria asas na imaginação do escritor que insere no texto assombrações shakespereanas evocadoras da permanência de uma

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 147.

corte festiva sob o comando do velho político: "Fechados os portões (do Bosque), no mistério das noites, Antonio Lemos se apodera daquele reino taciturno e preside a estranhos festins, cercado pela sua côrte de fantasmas."<sup>54</sup>

Por outro lado, o livro de Corrêa Pinto coloca em evidência uma construção de imagens contraditórias acerca da figura de Lemos. Se por um lado afirma que as truculências praticadas pelo então intendente eram apenas detração dos opositores, por outro lado, em determinado trecho de sua narrativa o considera um caudilho, de personalidade dominadora, verdadeira síntese de uma "legião de homens", que "terminou seus dias como um mártir e reduzido à condição de um ser indesejável."<sup>55</sup> Novamente se percebe que a obra de Lemos é usada na redenção de aspectos do passado que não deverão fazer parte da memória, ao mesmo tempo que ela é capaz de transformá-lo num símbolo da crucificação e da ingratidão dos homens.

Nesse circuito de reavivação da memória lemista distingue-se a mais conhecida obra sobre Antonio Lemos. Trata-se do livro *Antonio Lemos e sua Época*, publicada em 1973 pelo jornalista Carlos Rocque. Era o mês de outubro de 1973 e, em meio às festas do Círio de Nazareth, o

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 138.

prefeito da cidade, Cel. Nélío Lobato, que já havia programado para o mês de dezembro a vinda dos restos mortais de Antonio Lemos, encomendou a Carlos Rocque uma obra que completasse essas reparações à memória do ex-intendente. Assim, num período de dois meses, o jornalista escreveu sua obra, com a seguinte advertência:

"Apesar de ser uma obra comemorativa da transladação dos restos mortais de Lemos, não lhe fazemos nenhum panegírico (...) procuramos analisar e descrever, friamente, os fatos. Logicamente, como historiadores, damos a nossa interpretação, que inclusive, não agradará a muita gente que conosco mantém afetivas relações de amizade."<sup>56</sup>

O texto construído por Rocque, apesar de enfatizar que "será uma análise fria", numa clara concepção de que os fatos podem ser apreendidos num olhar neutro, busca entender a figura de Lemos através de memórias construídas por autores do início do século, no caso Carlos Fernandes e Valente de Andrade, entre outros. As fontes primárias utilizadas por Rocque se limitam aos editoriais de jornais, polêmicas travadas na imprensa e alguns depoimentos. Tudo isso, segundo o autor, "para que o leitor sinta com mais crueza ou mais realismo" o ambiente da época vivida pelo biografado. Isto significa que, para Rocque, o conhecimento histórico se limita a

uma organização de fatos cuja imagem deverá estar o mais próxima possível do real, ao mesmo tempo que o olhar esteja bem distante de seu objeto de estudo, no sentido de garantir o estatuto científico da pesquisa histórica. É uma análise de cunho positivista pouco sólida, considerando que as fontes manuseadas pelo autor foram utilizadas sem grandes cuidados. Por outro lado, fica claro que o ambiente que ele tenta recuperar se enquadra exclusivamente no espaço do embate das lutas político-partidárias, excluindo quaisquer outras configurações do social.

Compartilhando de pontos de vista expressos por autores que escreveram no início do século, como já enfatizei, Carlos Rocque limita-se a repetir *ad nauseam* os mitos construídos sobre Lemos, seja por seus áulicos ou pelos seus adversários. O biógrafo apenas referenda as opiniões acerca do seu biografado sem nenhuma tentativa de analisar a personalidade de Lemos e suas ações enquanto um político que administrava uma cidade, e que vivia uma situação de conflitos e contradições. A semelhança entre o trabalho e as idéias de Rocque e de outros biógrafos de Lemos se evidencia até na maneira de se compreender a vida do biografado, e que é uma maneira muito própria de pensar a história enquanto uma sucessão

---

<sup>56</sup> ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua Época - História Política do Pará*. 2 ed. Belém: Cejup, 1996. p. 11.

de fatos e vultos de nosso passado. Na referida obra, Rocque, ao justificar o estudo da figura do intendente, enfatiza que qualquer análise sobre Antonio Lemos "obrigatoriamente deve ser dividida em três partes: o jornalista, o político e o administrador." E para defender esse pressuposto metodológico, Rocque diz que é difícil saber em que Lemos foi mais perfeito, visto que:

"Como político, criou a maior oligarquia que já houve no Pará, enfrentando os mais respeitáveis nomes do republicanismo local; como jornalista fez de *A Província do Pará* o melhor jornal de todo o norte e, sem qualquer exagero, um dos maiores do Brasil; como administrador transformou a pequena Belém em uma das mais modernas metrópoles do país."<sup>57</sup>

Em 1904, o jornalista Carlos Fernandes, ao escrever o seu estudo biográfico de Lemos, já havia dividido a sua obra em capítulos intitulados: "o homem", "o político", "o jornalista" e "o administrador", visto que "era mister para isso relacionar o homem com o político, e é dos intuitos deste livro estudá-lo separadamente em cada uma das manifestações superiores de sua individualidade."<sup>58</sup> Para Carlos Fernandes, Lemos assumia várias identidades, como se a cada momento o intendente tivesse que desempenhar um determinado papel que lhe era atribuído.

---

<sup>57</sup> ROCQUE, Carlos. *op. cit.*, p. 20.

Como já vimos, a mesma compreensão tinha Romeu Marques Mariz, que ao ser escolhido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará para ser o orador da solenidade de comemoração do centenário do nascimento de Lemos a 17 de dezembro de 1943, focalizou a figura pública do homenageado a partir dos mesmos ângulos: o político, o homem, o jornalista e o administrador. Isto quer dizer que, no rastro da memória construída por Carlos Fernandes, outras obras surgiram com o mesmo tipo de enfoque, uma mesma tradição historiográfica, sendo que para Carlos Rocque, o "homem", o indivíduo Antonio Lemos, foi menos enfatizado ao longo do livro. O olhar do jornalista estava voltado prioritariamente para o plano político, como aliás o sub-título do livro deixa claro.

Retomando as colocações de Rocque, ficam várias indagações. O que seria Antonio Lemos como político que "criou a maior oligarquia no Pará", se não houvesse uma conjuntura política que permitisse sua ascensão? Que seria do jornalista que fez de "A *Província do Pará*, o melhor jornal de todo o norte", se não trabalhasse junto com uma qualificada equipe de redatores e colaboradores, e se o jornal não tivesse recursos financeiros para sustentar uma operacionalização perfeita, além de que para Lemos era uma "tribuna" de onde divulgava suas

---

<sup>58</sup> FERNANDES, Carlos. *Antonio Lemos: Monographia de: o homem, o político, o administrador, esboço biographico*. Pará: C. Wiegandt,

idéias, um "palco de consagração"<sup>59</sup> fundamental na estratégia de ampliação do seu domínio político? E o que teria sido o Lemos administrador, se não estivesse situado no momento histórico de apogeu na produção e exportação da borracha, que lhe deu sustentáculo econômico para que pudesse imprimir em Belém as reformas que estampavam as faces da *belle époque*? Além disso, as obras de urbanização e embelezamento da cidade sobreviveriam ao seu desaparecimento, funcionando como testemunhos de um passado que deveria ser constantemente lembrado. Apesar de Lemos ser a personagem central nesse estudo, Rocque tentou fazer um resgate da história política paraense, na primeira fase republicana, tanto que o autor ressalta que o seu "velho sonho era fazer uma história política do Pará". O olhar de Rocque, além de ser fragmentado, se direciona mais para as brigas políticas, nas quais surgem outros personagens, obscurecendo, de certo modo, a figura do seu biografado.

Não se esgotam aí as considerações sobre a obra de Rocque, pois questões mais relevantes ainda não foram abordadas. Onde estão os sujeitos que fazem parte desses embates políticos de Lemos? Por que o biógrafo insiste em colocar o seu objeto de estudo, sujeito de ações multifacetadas, apenas em um cenário de disputas

---

1904. p. 22.

político-partidárias? E a população que circulava pelas ruas de Belém puxando carroças e carregando tabuleiros, como se relacionava com as normas baixadas pelo intendente Lemos? Na verdade, o que se observa é que Rocque, dentro desse espaço dos embates políticos, valoriza uns, como é o caso de Lauro Sodré, em detrimento de outros, no caso, os populares que, como ele bem registra em determinada passagem de seu livro, estavam nas ruas a chutar as latas de lixo, num gesto revelador do descontentamento da população com as posturas baixadas pela Intendência Municipal. Será que Antonio Lemos só pode ser biografado através da própria imagem que ele construiu e que seus admiradores e opositores manipularam? Todavia, a vida de Lemos pode ser encontrada tanto nas manchetes políticas de *A Província do Pará* e da *Folha do Norte*, fontes largamente usadas pelo jornalista, quanto nas ocorrências policiais ou até mesmo nas colunas policiais dos referidos periódicos, sobretudo da *Folha do Norte*, quando a população contestava as normas implementadas pelo intendente.

Entretanto, a preservação dessa memória restauradora descolada de um contexto maior, novamente, estabelecerá um vínculo com os quadros institucionais, visto que neste mesmo ano em que Rocque lançava a

---

<sup>59</sup> GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 46.

biografia de Lemos, o historiador Ernesto Cruz publicava, sob o patrocínio da Universidade Federal do Pará, uma edição comemorativa ao sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil, uma publicação em dois volumes intitulada *História de Belém*. De imediato, já se percebe essa associação da publicação de uma história da cidade com uma dada tradição que se estabeleceu no Brasil, a partir da década de 40, de comemorar eventos importantes da história nacional lançando publicações ou fazendo comemorações.

Ernesto Cruz, que durante muitos anos dirigiu o Arquivo Público do Pará, por ser um erudito, um apaixonado pela pesquisa documental e que viajou várias vezes para a Europa, principalmente para Portugal, a fim de recolher fontes sobre a história do Pará, nessa obra, como não poderia deixar de ser, embora seja uma grande síntese da história da cidade, dedica um de seus capítulos à administração de Antonio Lemos.

Trata-se, mais uma vez, da exaltação da figura de Lemos enquanto o administrador que transformou Belém em "um ninho de cultura e de beleza, muito embora o seu sistema político não fosse por todos apreciado."<sup>60</sup> Essa preocupação em ressaltar apenas as realizações urbanísticas do intendente faz com que o texto lembre os famosos "Detalhes" que Lemos fazia questão de registrar,

diariamente, dando um panorama dos problemas da cidade e que deveriam ser resolvidos pelos funcionários da Intendência.

Pois bem, Ernesto Cruz elaborou uma longa lista das obras realizadas por Lemos; registrou ano a ano as obras que foram executadas durante toda a administração lemista. Como historiador tradicional, Cruz entendia que a recuperação do passado dava-se através da organização e catalogação de datas e fatos, e com isso procurou demonstrar que Lemos tinha sido o maior urbanizador da cidade, pois "o que não é possível calar, porém, é a admiração profunda e respeitosa pelo esteta que soube fazer de uma cidade despretensiosa, a mais bela capital do Norte."<sup>61</sup>

Como herdeiro de uma história positivista, Ernesto Cruz tendeu a ler a história da inserção de Belém no modelo de civilização a partir de sua compreensão de fatos históricos, selecionando-os e submetendo-os a novas releituras de modo que a memória de Antonio Lemos sempre estivesse associada a de "um verdadeiro urbanista, um artista primoroso, plasmando com o cinzel da sua imaginação a cidade que amava com o enternecimento de um poeta."<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> CRUZ, Ernesto. *História de Belém*, v. 2. Belém: UFPA, 1973. p. 405.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 415.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 414.

Nessa permanente luta pela cristalização da memória de Lemos enquanto urbanizador, surge em 1978 uma publicação de Augusto Meira Filho, engenheiro ligado ao patrimônio histórico, vereador pela ARENA e que também foi agraciado depois da morte de Ernesto Cruz com o título de "Historiador de Belém".<sup>63</sup> Trata-se de uma resposta a uma entrevista concedida por Emmanuel Sodré, filho de Lauro Sodré, ao jornalista Carlos Rocque, que na ocasião estava escrevendo matérias para *A Província do Pará* sobre a história política republicana no Pará.

As idéias manifestadas por Meira Filho neste discurso pronunciado na Câmara Municipal, e que transformou-se em um opúsculo, tenta desfazer "o terrível e grande veneno de intrigas e ódios"<sup>64</sup> destilado por Emmanuel Sodré, que além de chamar Lemos de "jardineiro" pela mania que o intendente tinha de fazer jardins, ainda o acusou de ter deixado a Prefeitura de Belém endividadíssima e com as ruas "sem asfalto" (sic). Talvez o fato de Lemos ter se dedicado com entusiasmo ao paisagismo da cidade tenha levado a esse tipo de comentário,

---

<sup>63</sup> Augusto Meira Filho, engenheiro, historiador e político foi o responsável pelo projeto que concedeu o título *post-mortem* de Cidadão de Belém a Antonio Lemos, em 20 de novembro de 1970. Em 05 de dezembro de 1984, o título de "Historiador de Belém" é outorgado a Carlos Rocque.

<sup>64</sup> MEIRA FILHO, Augusto. *Antonio José de Lemos - O plasmador de Belém*. Belém: Grafisa, 1978. p. 8.

mas o orgulho dessas realizações está registrado em seus relatórios.

"Tenho legítimo orgulho em proclamar a beleza dos jardins de Belém. Os mais ilustrados viajantes nacionais e estrangeiros, fazendo sem restrições a apologia desses magníficos pontos da nossa capital, consagraram já a excelência do sistema por mim adotado."<sup>65</sup>

Quanto às acusações de endividamento da municipalidade, elas eram muito freqüentes nas gazetas, sobretudo quando os funcionários da Intendência procuravam as redações dos jornais para reclamar de direitos trabalhistas.

"Procurou-nos ontem um trabalhador da intendência para queixar-se nos que tendo sido despedido do serviço com muitos outros companheiros, no dia 8 de abril, deixou de receber suas férias relativas aos meses de fevereiro, março e abril, até aquela data. Inutilmente tem requerido esse pagamento. É certo que o intendente já despachou favoravelmente, mas na tesouraria da intendência o cobre mal chega para sustentar o velho em suas exhibições."<sup>66</sup>

Não é tão sem sentido esta acusação de Emmanuel Sodré, pois inclusive nos próprios relatórios de Lemos vamos encontrar reclamações quanto à escassez de

---

<sup>65</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*: A. A. Silva, 1904. p. 156-158.

<sup>66</sup> *Folha do Norte*. Belém, 20 de julho de 1904.

recursos, tanto que no relatório de 1903 está registrado que "por medida de economia, o Gabinete da Intendência será extinto no exercício financeiro de 1904"<sup>67</sup>. No entanto, Meira Filho tinha uma resposta para isso:

"Antonio José de Lemos recebeu empréstimo externo é verdade, mas empregou esses recursos conscientemente: não construiu ruas asfaltadas mas as previu, fixando-as e urbanizando com planejamento que perdura aos nossos dias, as fez de granito, de pedra, de paralelepípedos importados, e até pisos de borracha utilizou nas vias públicas para dar a esta cidade o que então merecia."<sup>68</sup>

Essa defesa da memória de Lemos também guarda um conteúdo pedagógico, na medida em que procura recolocar esse passado num fundo comum de referências que possa servir "para a mocidade paraense que precisa, nos exemplos do passado, conhecer a vida política de nosso Estado nos albores do século, para dignificá-la(...)."<sup>69</sup> Nessa ótica positivista, Meira Filho utiliza-se do caráter modelar de Antonio Lemos como exemplo de vida para que sirva a seus próprios "filhos que vão ler, vão tomar conhecimento a respeito do grande Senador Antonio José de Lemos e reconhecer no maranhense de nascimento o

---

<sup>67</sup> LEMOS, Antonio José de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém*. Belém: A. A. Silva, 1904.

<sup>68</sup> MEIRA FILHO, Augusto. *op. cit.*, p.9.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p.6.

notável paraense de coração"<sup>70</sup>, que injustamente foi chamado de "gestor jardineiro".

A narrativa de Meira Filho procura também relacionar a destruição da memória de Lemos e sua época, com outro período da história paraense que também teria tido sua memória deturpada. A época em questão era a Cabanagem, cujas recordações foram transformadas num pesadelo depreciativo da alma e da bravura do paraense.<sup>71</sup> Assim como, durante muito tempo, ficou fixada à memória do paraense a imagem do cabano sanguinário, a lembrança de Lemos também foi associada à destruição. Notadamente, esse entrelaçamento de memórias vislumbra a necessidade de vincular o ex-intendente à terra paraense, numa tentativa de enraizamento não só do indivíduo, mas de sua própria memória. No lugar do Maranhão, Lemos teria sua memória assentada definitivamente no Pará.

Assim como Corrêa Pinto, que atribuiu ao povo paraense a culpa pelo "desterro" de Lemos, Meira Filho também culpa o paraense por esse pesadelo e que "continua sofrendo e, queira Deus, o mal não alcance os séculos pelos pecados e as humilhações que se cometeram à figura ímpar desse maranhense."<sup>72</sup> Parece que a vinda dos restos mortais de Lemos para Belém em 1973 não conseguiu redimir o povo paraense da humilhação imposta ao plasmador da

---

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 14.

cidade. Cada vez que alguém traz à superfície as lutas políticas entre lemistas e lauristas, em que a ação política de Lemos é desnudada, esse sentimento de desrespeito à memória do ex-intendente é violentamente contestada. Foi o que aconteceu com a entrevista de Emmanuel Sodré, que teve a pachorra de mexer com essa memória organizada a partir de fragmentos, mas que se constituiu hegemônica.

Ainda nessa composição da memória, vamos encontrar Meira Filho referindo-se ao preparo intelectual de Lemos de uma maneira bastante incisiva. O esteta aqui chegou "com um cabedal de inteligência insuperável"<sup>73</sup> e assim teria que ser, pois com sua invulgar inteligência conseguiu superar até mesmo sua condição humana, pois "como não haveria de ser um tigre ou um valente jaguar, contra os leões gulosos que viviam em volta dos seus próprios tesouros?"<sup>74</sup> Essas imagens são utilizadas na manipulação da memória política; o conteúdo embute uma justificativa dos desmandos que porventura Lemos tivesse praticado em nome da ordem, do progresso e da coletividade.

Ligando todas essas obras, há traços em comum que se traduzem na perpetuação da memória de Lemos enquanto o urbanizador de uma cidade que ficava bem longe do centro

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

do poder republicano. A memória de Antonio Lemos não é vista em relação ao seu poder de mando político, mas sim, ligada à cidade que foi motivo de elogio por tantos que por aqui passaram, quer estrangeiros ou nacionais. Os guardiões da memória continuam achando que têm um papel fundamental na difusão do mito da *belle époque* personificada na figura de Antonio Lemos.

Em 1978 é reavivada a data de aniversário do "Velho" Intendente em artigo que muito lembra aqueles de décadas atrás, escritos por Romeu Mariz. Lembrança de um patrimônio histórico tal como se insere na memória coletiva é retomada neste artigo.

"Belém começou o século semeando cultura. Lemos, na Intendência daria à cidade foros de metrópole(...) O Teatro regorgitava em seus espetáculos maravilhosos. As praças e os jardins embelezavam a urbe, eram comentados na Europa. Mangueiras, aos milhares, cresciam marcando os logradouros. As livrarias expunham edições francesas, alemães, italianas e inglesas. Subiam, com ênfase, a Caixa d'água, a construção do Grande Hotel, a edificação da Palmeira, a obra de Carvalhaes. (...)Em toda parte se espelhava a grandeza paraense exaltada na palavra de Pereira Passos, o notável prefeito carioca. Isso na primeira década. Veio a segunda, com a grande guerra. O fim do conflito. A borracha a zero. Falências e miséria. Belém entrava no caos do abandono e do

---

<sup>74</sup> *Ibidem.*

desinteresse.(...) Nova fase surge na paisagem."<sup>75</sup>

Nas lembranças mais próximas, a obra de Lemos se constitui num passado que deve ser reavivado, pois é este passado que continua dando à cidade o estatuto de civilização. Nos pontos de referência, o articulista anônimo recupera símbolos dessa civilização como uma necessidade de integrá-los em nossos sentimentos de filiação e de origem. Vê-se que a memória é enquadrada no percurso das grandes civilizações que eram explicadas através de uma linha evolucionista. Isto é, a cidade surgiu, teve seu período de apogeu na época de Antonio Lemos e a decadência com a queda da produção da borracha que coincidiu com o fim da administração de Lemos, e para fechar esse ciclo, a grande guerra. Essa formulação do articulista leva-me a lembrar o texto de Michael Pollak ao tratar do enquadramento da memória. Ele considera este recurso "um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade."<sup>76</sup> No caso de Belém, a memória enquadrada tornou-se necessária para firmar um passado cuja imagem deveria manter os referenciais do grupo social que ajudou a construir o mito da *belle époque*.

---

<sup>75</sup> A *Província do Pará*. Belém, 17 de dezembro de 1978.

<sup>76</sup> POLLAK, Michael. *op. cit.*, p. 11.

Entretanto, é necessário não esquecer que essa memória lemista prossegue em seu desenvolvimento através dos discursos políticos, de artigos em jornais e até mesmo através de uma parcela da sociedade paraense. Então, qual o significado da evocação desse passado considerado esplendoroso, especialmente a partir da década de 70, quando se lança uma biografia de Antonio Lemos e se inumam seus restos mortais no palácio municipal?

Então, se tomarmos como parâmetro o modelo de administração pública que se estabeleceu no Brasil, sobretudo nos últimos anos dos governos militares, que se firmou foi o das grandes obras. Desse modo, nada mais conveniente do que a apropriação da imagem do Intendente Antonio Lemos, por um militar que administrava Belém, o Cel. Nélio Lobato, e que precisava de um referencial que o associasse à imagem do "bom administrador". Então, nada melhor do que trazer o intendente de volta, na esperança de que isto o vinculasse a um passado largamente idealizado e autorizado pela população paraense.

Contudo, hoje, os esforços para a imortalização da memória de Lemos ainda se fazem presentes nos jornais da cidade, que reiteram:

"Depois de Antonio Lemos, nunca mais Belém teve um (intendente) administrador à altura de seu merecimento. Entra administrador, sai administrador e quase todos se igualando pela mediocridade e fisiologismo. Com exceção de alguns poucos incluindo-se aqui Nélio Lobato, Ajax de Oliveira, Stélio Maroja e poucos mais."<sup>77</sup>

Nélio Lobato ficou certamente associado a Lemos, como pode-se observar nesta carta de um leitor publicada no jornal *O Liberal* há dois anos. Mas o que quero mostrar é que em Belém é impossível deixar de associar o papel de melhor administrador da cidade a Antonio Lemos. Existe um constante rememorar do passado que faz com que os moradores dessa cidade sintam uma nostalgia por aquele tempo que passou.

Nessa recuperação do tempo de Lemos a imprensa tornou-se um dos veículos mais significativos. Os porta-vozes desse saudosismo não cansam de reinvidicar

#### UM SONHO PARA BELÉM

"(...)Vocês sabem quantos prefeitos Belém já teve até hoje?" E nós, uma turma de adolescentes ingênuos, saindo da faculdade e começando a encarar a vida, respondíamos: `Seis`, `Oito`, `Dez`. E ele, o pai do amigo: Só um! Só Antonio Lemos foi um verdadeiro prefeito nesta cidade. Só ele sonhava em melhorar esta

---

<sup>77</sup> *O Liberal*. Belém, 05 de outubro de 1996. p. 2.

cidade a qualquer custo.(...) De lá para cá, Belém não teve um prefeito sequer que sonhasse realmente com mudanças na cidade(...)."<sup>78</sup>

Antonio Lemos ainda é a utopia. "O sonho que nós ainda podemos sonhar", como escrevia o leitor, era a certeza de que agora tinha aprendido que Lemos foi o "marco luminoso", e não apenas um simples prefeito da cidade que acudamente teve que deixá-la. Desse modo, a imprensa tornou-se um eco<sup>79</sup> dessas lembranças, constituiu-se o lugar onde se inscreve a memória de um mito.

Ecos desta memória construída ainda vamos encontrar nos discursos de políticos locais que a utilizam sempre que desejam ser identificados com o progresso e com o amor à cidade. Um exemplo disso é o ex- prefeito da cidade Hélio Gueiros que, em 1994, fez Lemos ressurgir de maneira esplendorosa na reinauguração do "Palacete Azul". Muito paradoxalmente, ainda nos deparamos com a manipulação dessa memória por ocasião das últimas eleições municipais, tanto por partidos considerados de direita, centro-esquerda, como pela própria esquerda que, nos discursos em que sobressai a promessa de fazer Belém retornar ao tempo da *belle époque*, conseguem despolitizar

---

<sup>78</sup> *O Liberal*. Belém, 10 de julho de 1997.

<sup>79</sup> Para a utilização do conceito de eco utilizei o texto de VOVELLE, Michel. "A Revolução Francesa e seu eco". *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 3 (6), maio/agosto, 1989.

a ação política de Lemos e dar-lhe um conteúdo coerente com seus interesses. Não se trata do simples retorno de um passado; ele é reapropriado como modelo capaz de preencher uma lacuna que ainda perdura. Assim acreditam os saudosistas, desde a administração de Antonio Lemos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a construção das diferentes memórias do mais famoso mito da *belle époque* paraense, tentei desvendar as estratégias de veiculação dessas imagens que venceram o desgaste do tempo e aqui estão ainda, no final do século, como referenciais de uma época que buscou a inserção de Belém nas balizas da civilização européia.

Ao olhar para trás, como diria Burke<sup>1</sup>, ao longo do corredor da história, deparamos com uma cidade que, no final do século XIX e início do XX, viveu um tempo de transformações na sua face urbana - época em que espelhava uma pseudo-sintonia com os valores importados da Europa. Neste novo cenário político com fundamentos republicanos e positivistas, defrontavam-se dois grandes partidos, o Republicano Paraense e o Republicano Federal. O momento era especial para a criação de uma era de triunfo para Lemos, homem de governo. Para os cânones da época, o grande homem precisava ter seus feitos grafados para além das

fronteiras do tempo. Em 1904, surgiu a primeira biografia de Antonio Lemos, escrita por um jornalista de *A Província do Pará* e protegido do biografado que, num gesto de gratidão, destrinchava a vida da personagem transformando-a no mito do herói predestinado, disciplinado, dedicado à família, virtuoso e que sabia amar seu povo.

A criação de um perfil que combinasse distinção social com simplicidade foi tecida na convivência diária com o intendente. Carlos Dias Fernandes, o autor dessa primeira biografia sobre Antonio Lemos, utilizando-se de relatos do cotidiano do seu biografado, construiu uma imagem que o tornava diferente. Assim, "gravemente vestido de casimira marron, barbeado de fresco, calçando uns lustrosos sapatos amarelos, e todo abotoado e perfilado na sua cadeira"<sup>2</sup>, Lemos desempenhava suas funções de administrador, provedor, jornalista e chefe político. Porém, não bastava para Carlos Fernandes demonstrar todas essas qualidades inerentes a um estadista se não

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.211.

<sup>2</sup> FERNANDES, Carlos. *Antonio Lemos: Monografia de: o homem, o político, o administrador, esboço biographico*. Pará: C. Wiegandt, 1904. p. 11.

revestisse as tarefas rotineiras de uma aura sagrada. Era numa saleta que lembrava uma cela de abade santo, registra Fernandes, que o intendente passava longas horas de trabalho. Na biografia de Carlos Fernandes, Lemos aparece múltiplo e ambíguo, na medida em que soma várias facetas, o rígido e austero estadista que se transforma num cavalheiro gentil, jovial e acolhedor, capaz de deixar explodir seu gênio temperamental ou de manter-se reservado se assim fosse necessário, para impor sua autoridade de chefe político. Nessa multiplicidade construída por Fernandes, Antonio Lemos não poderia ser entendido na sua condição de indivíduo único, mas como vários indivíduos: o jornalista, o político, o administrador e o homem. A narrativa do biógrafo chega ao ponto de descrever minuciosamente o gestual de Lemos quando assumia a individualidade política; "Antonio Lemos tem o costume de baixar as pálpebras com estudada perícia, impedindo por este modo que o olhar complete a intenção da sua corrente palestra."<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 33.

No entanto, essa imagem construída quando Lemos estava no ápice de sua carreira política foi totalmente invertida quando o intendente viveu seus piores dias. Em 1913, Valente de Andrade tentava desmistificar essa imagem elaborada por Carlos Fernandes. Naquele momento, Lemos não era mais o temido chefe político, ao contrário, era o caudilho que sofria uma ampla campanha oposicionista, desafiado até por seus antigos aliados. O que se estabeleceu, então, foi uma disputa pela memória. Plenas de referências, essas lembranças do início do século, que foram mostradas ao leitor, apresentam diferentes significados e outros tantos pontos de vista em relação ao biografado.

Por outro lado, a construção de uma dada imagem de Antonio Lemos não foi via de mão-única; ele, enquanto administrador e interventor da cidade, também desempenhou o papel de construtor de sua própria memória. Ao implementar medidas de ordenação do espaço e do comportamento de seus habitantes, marcando presença nesse processo de definição do rosto da cidade, Lemos também moldava sua própria imagem e, com isso, construía sua própria memória. Talvez não lhe

bastasse ser lembrado como um simples intendente ou um hábil chefe político, ele exigia uma perenidade nessas lembranças.

Desse modo, sua intervenção ia desde a vida privada dos cidadãos, passando pela reurbanização da cidade até a organização do ensino. Com isso, pensou Belém muito mais para a elite do látex e para os ricos estrangeiros do que propriamente para os humildes habitantes da cidade. Orgulhava-se da arborização da cidade, do Bosque que lembrava a Imperial Quinta da Boa Vista, da "leveza" estética dos quiosques, do Asilo para os pedintes das ruas, do Orfanato que dava "às orfãs uma educação apropriada às suas condições", do moderno forno crematório importado da civilização, do necrotério com seu suntuoso mobiliário vindo do estrangeiro, do monumento ao Frei Caetano Brandão que embelezava o antigo largo da Sé, do matadouro público e dos mercados que imprimiam um aspecto de higiene à alimentação consumida pela população. Era, enfim, uma incessante busca pela libertação da cidade de sua "incharacterística arquitetura, aleivosamente

denominada manuelina"<sup>4</sup>, edificando obras que fizessem esquecer o passado lusitano e passassem a lembrar um modelo arquitetônico inspirado no traçado de Paris.

Essas imagens foram cuidadosamente reproduzidas nos Relatórios da Intendência e no famoso *Álbum de Belém*, obras que foram espalhadas no mundo dito civilizado. Esse poder transformador de Lemos, mesmo que tivesse custado muito caro à população, considerando as taxas que era obrigada a pagar, as posturas que deveria cumprir, as insatisfações com as medidas que mexiam no seu cotidiano, dava-lhe a certeza da vitória.

"Tudo fiz com o fito elevado de bem servir a população, mesmo quando era necessário contrariá-la em práticas descuidosas, coagi-la à obediência às leis. Não creio que outro homem, se menos enérgico e decidido, conseguiria iniciar e completar tão numerosas obras, inaugurar e regulamentar serviços tão complexos, dispondo de recursos relativamente exíguos."<sup>5</sup>

O envolvimento de Antonio Lemos com o mundo das artes foi outra característica desse administrador que

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>5</sup> Apud. FERNANDES, Carlos. *op. cit.*, p. 94.

muitos julgavam sem cultura. Pois bem, mesmo que através desse mecenato ele estivesse definindo qual era a memória que deveria ser fixada, o patrocínio aos pintores transformou Belém num celeiro de artistas. Pelo número de exposições realizadas durante a Intendência de Lemos, como está relatado no segundo capítulo deste trabalho, temos uma idéia do tanto que o administrador investiu nesse tipo de perpetuação da memória. Lemos é lembrado não apenas pelas pinturas que o retratavam, mas também pelo imenso e rico acervo que compunha a Pinacoteca Municipal e que hoje faz parte do Museu de Arte de Belém. O intendente fazia questão de exhibir essas preciosidades, basta ver os quadros expostos no Gabinete da Intendência e os que se encontravam expostos no gabinete de trabalho em sua residência, segundo aqueles que privaram de sua amizade. Esse mecenato não deixa dúvidas acerca da importância que representou na construção da imagem de um governante identificado com o gosto e o comportamento de uma sociedade culta e refinada.

Se Lemos procurou marcar sua administração com a construção de monumentos e bustos como o erguido no Bosque Rodrigues Alves, provavelmente sabia da

importância das medalhas na fixação de seu nome e de sua imagem. Desse modo, a inauguração dessa "história metálica"<sup>6</sup> na administração lemista ocorreu no ano de 1901, por ocasião da homenagem do *Clube União e Perseverança* ao seu patrono, ao distribuir uma medalha de bronze com a efígie do intendente.<sup>7</sup> Em 1906, Lemos mandou cunhar na Europa medalhas comemorativas à visita do Presidente Affonso Pena ao Pará, recurso politicamente utilizado para ser também lembrado pelo chefe da nação.

Contudo, após sua morte, todas essas lembranças serão reapropriadas para ocultar as várias mazelas dos governos subseqüentes, que não deixavam também, em certa medida, de ser suas. Foi assim que, no último capítulo, busquei recuperar os fragmentos dessas lembranças que insistiam em forjar uma memória coletiva oficial do intendente e seu tempo. Então, a partir da década de 20, criou-se vários lugares da memória: as festas de aniversário do intendente, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a imprensa. O último panteão dessa memória foi criado em 1973 por

---

<sup>6</sup> Termo cunhado por LE GOFF, Jacques. *op. cit.*, p. 84.

<sup>7</sup> *Jornal do Comércio*. Belém, 3 de fevereiro de 1901.

ocasião da inumação dos restos mortais de Antonio Lemos no Palácio que leva o seu nome. Os escritores, cronistas, memorialistas e historiadores também tornaram-se suporte dessa memória, a julgar pela quantidade de artigos e livros que foram escritos a partir da década de 60 para celebrar em Antonio Lemos o melhor administrador da cidade de Belém.

Nesse jogo da memória, várias imagens foram recuperadas e, assim, alguns construíram um Lemos piedoso, um administrador competente e injustiçado, um político caluniado e um indivíduo incompreendido. O elo que continua a ligar o presente ao tempo de Lemos ainda não foi rompido, ao contrário, ele se recompõe e se impõe como uma necessidade de preencher o grande vazio do mito que a cidade exige para recuperar sua importância no contexto nacional.

Por isso mesmo, este trabalho tentou perceber o modo como foram construídas várias leituras do mito Antonio Lemos, analisando de que maneira cada escrito recuperou uma personagem ambígua e multifacetada. Várias batalhas se estabeleceram em torno da figura do intendente para definir qual a memória que deveria prevalecer. Embora a cidade amotinada de 1912 ainda

venha ocasionalmente à tona, o que, por certo, ainda prevalece na memória dos paraenses é o mito do "Velho" Lemos, o grande urbanizador, aquele que foi insuperável na capacidade de dedicar sua vida a uma cidade.

E como os mitos não podem ser simplesmente destruídos, aqui está um texto que procurou ao menos contar a história de um deles, talvez o mais poderoso da história política paraense.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal - memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: LAPA/Rocco, 1996.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Saias, Laços & Língas: construindo imagens e lutas ( Um estudo sobre as formas de participação política e partidária das mulheres paraenses - 1910/1937)*. Belém, 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
- BARATA, Manuel. *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- BENCHIMOL, Jaime. Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. A renovação urbana da Cidade do Rio de Janeiro no início do sec. XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BORGES, Ricardo. *O Pará Republicano - Ensaio Histórico. 1824-1929*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Vultos Notáveis do Pará*, 2 ed. Belém: Cejup, 1986.
- BRAGA, Theodoro. *A arte no Pará - 1888-1918: Retrospecto histórico dos últimos trinta anos*. Belém: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1919.
- BOURDIE, Pierre. *L'illusion biographique*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62/63): 69-82, 1986.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei - a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- CASCUDO, Luis da Camara. Três provincianos. *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, I (2), out/dez. 1969.
- CAMPOS FILHO, Humberto de. *Irmão X, meu pai*. São Paulo: Lúmen Editorial, 1997.
- CARONE, Edgar. *A República Velha - Evolução política (1889-1930)*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas- o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: *História da vida privada no Brasil; Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 1995.
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. 2 v. Belém: Grafisa, 1973.
- DAVIS, Natalie Zemon Nas margens. *Três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- 
- Culturas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A Cidades dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia - a contribuição de um campo de estudo*. Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social)- IFCH/Departamento de História, UNICAMP.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil - ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência; criadas e seus patrões no Rio de Janeiro - 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HASKELL, Francis. *Mecenas e pintores: Arte e sociedade na Itália Barroca*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- \_\_\_\_\_ *Saint Louis*. Paris: Gallimard, 1996.
- LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales E.S.C.*, n. 6, novembre-décembre, 1989.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense do século XIX. *Revista de Estudos Históricos*, São Paulo, 15 (nº especial): p. 153-167, 1985.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou como a política mexe com a Igreja Católica. Belém, *Revista de Cultura do Pará*, v. 12(1).p. 61-79, 1991.
- MOURA, Levi Hall de. *Esquema da origem e da evolução da sociedade paraense, 1616-1901*. 1º v. Belém: Irmãos os Moura, 1957.
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. 4 ed. Paris: Gallimard, 1997.
- ORICO, Osvaldo. *Da Forja à Academia*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1956.

- PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lillian. A reforma urbana e o seu avesso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n. 8/9, 1984.
- PEREIRA, Leonardo. Do carnaval da Intendência à folia amazônica: a festa de Momo em Belém do Pará - 1895/1925 In: *Sob a linha do Equador: História e histórias das sociedades amazônicas*. Belém: Cejup, 1998. (no prelo)
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- RÊGO, Clóvis Morais. *Theodoro Braga. Historiador e artista*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1974.
- ROCHA, Osvaldo Porto & CARVALHO, Lia de Aquino. *A era das demolições/Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Coleção Biblioteca Carioca, v. 1, 1986.
- ROCQUE, Carlos. *História de A Província do Pará*. Belém: Mitograph, 1976.
- RODRIGUES, Denise de Souza Simões. *Pará/1935: Um estudo sobre liderança e conflito*. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade Cândido Mendes, IUPERJ.
- ROMERO, Sílvio. *Realidades e ilusões no Brasil: Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.
- SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: Cejup, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Sociedades de Euterpe: as bandas de música no Pará*. Brasília: Edição do autor, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Épocas do Teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro de Época*. Belém: UFPA, 1994.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a belle époque. Belém - 1870-1910*. Recife, 1990. Dissertação

- (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.
- SILVA, Eduardo. *Dom Obá D'África. O Príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Hélio. *Os Presidentes - Venceslau Brás*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983-1984.
- SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970.
- SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas - a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- TAVARES BASTOS, C. *O Simbolismo no Brasil e outros escritos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1969.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória. A batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- VIANNA, Arthur. *A Santa Casa da Misericórdia Paraense. Notícia Histórica, 1650-1902*. 2 ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.
- VOVELLE, Michel. *A Revolução francesa e seu eco*. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 3 (6), maio/agosto, 1989.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## TEXTOS BIOGRÁFICOS

CORRÊA PINTO. *Antônio Lemos*. Rio de Janeiro. s/e, 1973.  
(opúsculo)

\_\_\_\_\_ *Belém - Imagens e evocações*. Rio de Janeiro: s/e, 1968.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. 2 v. Belém: UFPA, 1973.

FERNANDES, Carlos. *Antonio Lemos: Monographia de: o homem, o político, o administrador, esboço biographico*. Pará: C. Wiegandt, 1904.

MARIZ, Romeu Marques. O centenário de Antonio José de Lemos - o "Velho" Lemos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, v. 13, 1957-65.

MEIRA FILHO, Augusto. *Antonio José de Lemos - o plasmador de Belém*. Belém: Grafisa, 1978.

ROCQUE, Carlos. *Antonio Lemos e sua época: história política do Pará*. 2 ed. Belém: Cejup, 1996.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará - instantes e evocações da cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VALENTE DE ANDRADE. *Evolução Política - A queda das oligarchias ( Ensaio de Crítica Social)*. Belém: Livraria Escolar, 1913.

## FONTES

### MANUSCRITAS E IMPRESSAS:

Obras raras da Biblioteca Pública "Arthur Vianna"-  
Belém/Pará.

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado do Pará. Indicador para 1904-1905. Pará: F. Cardoso & Co., 1904.

CAMPOS, Humberto de. *Carvalhos e Roseiras*. 2 ed. São Paulo: José Olympio, 1934.

\_\_\_\_\_. *Notas de um diarista*. 2ª série Obra póstuma. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: W.M. Jackson Inc., 1958

CHERMONT, Olympio Leite. *Casas para proletários - breve estudo*. Belém: Typ. Imprensa Oficial, 1899.

FERNANDES, Carlos. *In Memoriam. Excerptos de Frei Caetano*. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1905.

LEMOS, Antonio José de. Discurso pronunciado no Bosque Municipal, na 1ª reunião em 15 de agosto de 1903 pelo Senador.

#### **ROMANCES, VIAJANTES E MEMORIALISTAS:**

BONNEFOUS, Jean. *En Amazonie*. Paris: Kugelmann, 1898.

BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. v. 15. Campinas: s/e, 1962.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará*. São Paulo: Martins Ed., 1960.

MARTIUS. *O 29 de Agosto no Pará - Narrativa fiel do levante revolucionário de 1912, na capital paraense*. Belém: Typ. da papelaria Fonseca, 1915.

SOUZA, Márcio. *Galvez, Imperador do Acre*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Brasília/Rio, 1977.

PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

**HEMEROTECA E SESSÃO DE MICROFILMAGEM DA BIBLIOTECA PÚBLICA  
"ARTHUR VIANNA" - BELÉM**

**JORNAIS:**

A República. Belém, 12/05/1900

O Holofote. Belém, 16/05/1897

A Província do Pará. Belém, 17/12/1924, 17/12/1973,  
17/12/1978, 18/11/1995

Diário de Notícias. Belém, 1891, 1897

Folha do Norte. Belém, 1904, 1907, 1911, 1912

O Imparcial. Belém, 08/04/1924, 17/12/1931, 16/12/1933,  
17/12/1934

O Notícias. Belém, 1902, 1903

O Pará. Belém, 1898, 1899, 1900

O Critério. Belém, 30/03/1912

Correio de Portugal. Lisboa, 12/01/1913

A Tarde. Belém, 28/02/1916

A Palavra. Belém, 15/02/1925

O Liberal. Belém, 05/10/1996, 10/07/1997

**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**RELATÓRIOS:**

BELÉM. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos; 1897/1902. Belém: A.A. Silva, 1902.

BELÉM. Intendência Municipal. Colleção de Relatórios dos Intendentes Municipais de Belém dos anos de 1897-1901. II t. Belém: Typ. Casa Pinto Barbosa, 1903.

BELÉM. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos. Belém: A.A. Silva, 1904.

BELÉM. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1904 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

BELÉM. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1905 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

BELÉM. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1906 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

BELÉM. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1907 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

BELÉM. Intendência Municipal. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1908 pelo Exmo. Sr. Intendente Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

**FUNDO EXECUTIVO:**

Leis, Resoluções Municipais e Atos do Executivo. 1901-1903.

Livro de Detalhes. 1897-1901.

Leis e Posturas Municipais - 1892-1897.

Código de Polícia Municipal - 1900.

**FUNDO DA INTENDÊNCIA:**

Atos do Conselho Municipal

Ofícios recebidos pela Intendência Municipal

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ**

Coleção Palma Muniz. Panfletos e Boletins Impressos.

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO:**

Documentos Inéditos do Arquivo "Theodoro Braga".

Revista *O Malho*. Rio de Janeiro, 1905,1911.

**ARQUIVO EDGAR LEUENROTH- CAMPINAS-SP/UNICAMP****JORNAIS:**

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30/08/1912 a 20/09/1912;  
03/10/1913.